



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 86

IV Sessão Legislativa

Horta, Terça-Feira, 30 de Outubro de 2007

Presidente: *Deputada Fernanda Mendes (substituída no decorrer da Sessão pelo Sr. Presidente da ALRAA, Deputado Fernando Menezes)*

Secretários: *Deputados António Loura e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 25 minutos)

No Período de Informação Parlamentar foi apresentada a correspondência chegada à Mesa.

O Período de Tratamento de Assuntos Políticos iniciou-se com a apresentação de um **Voto de Protesto ao “Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado António Marinho (*PSD*). Sobre o mesmo usaram da palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Submetido à votação o voto de protesto foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*) e António Marinho (*PSD*).

Seguiu-se a apresentação de duas declarações políticas pelos Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Clélio Meneses (*PSD*). Sobre as mesmas usou da palavra o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*).

Para tratamento de assuntos de interesse político relevante usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Jaime Jorge (*PSD*), Cláudio Lopes (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e os Srs. Secretários Regionais da Economia (*Duarte Ponte*) e dos Assuntos Socais (*Domingos Cunha*).

Agenda da Reunião.

1. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regras relativas à integração nos Quadros Regionais de Ilha do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho por tempo indeterminado e respectiva relação jurídica de emprego na Região Autónoma dos Açores”;

Apresentada a Proposta pelo Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), participaram no debate os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Alberto Pereira (*PSD*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria

2. Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece o Regime de Mobilidade dos Funcionários e Agentes da Administração Regional Autónoma”;

Apresentada novamente pelo Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados Alberto Costa (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

Seguiu-se a votação registando a aprovação por unanimidade

3. Projecto de Resolução – “Propõe a realização, pela Comissão de Assuntos Sociais, do diagnóstico da real situação na RAA ao nível da maternidade na adolescência, e recomenda ao Governo Regional a efectiva aplicação do DLR n.º 18/2000/A, que determina a adopção de medidas no âmbito do Planeamento Familiar e da Educação Afectivo-Sexual”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata;

Apresentado o Projecto pela Sra. Deputada Carla Bretão (*PSD*), seguiu-se o debate onde usaram da palavra os Sr. Deputados Fernanda Mendes (*PS*), Nélia Amaral (*PS*),

Artur Lima (*CDS/PP*), Cláudia Cardoso (*PS*), Costa Pereira (*PSD*) e Clélio Meneses (*PSD*).

Submetido à votação o projecto foi rejeitado por maioria

4. Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projecto de Resolução – “Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de nas suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que a Empresa TAP Portugal presta o serviço público de Transporte Aéreo de e para os Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular;

Usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), José Rego (*PS*) e Jorge Macedo (*PSD*).

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade

5. Projecto de Resolução – “Resolve encarregar a Comissão Especializada Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de nas suas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa se ocupar especificamente da verificação das condições em que a empresa TAP Portugal presta o serviço público de transporte aéreo de e para os Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do CDS/Partido Popular;

Apresentado o Projecto pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), José Rego (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*) e Lizuarte Machado (*PS*).

(Os trabalhos terminaram às 20.00 horas).

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados.

Vamos proceder à chamada.

Eram 10 horas e25 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva Mendes

Maria Piedade Lima Lalanda Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de Matos

Nélia Maria Pacheco Amaral

Nuno Alexandre da Costa Cabral Amaral

Nuno André da Costa Soares **Tomé**

Osório Meneses da **Silva**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Avelar **Nunes**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Henrique da **Silva**

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Presidente: Estão presentes 47 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (*António Loura*): Da Presidência do Conselho de Ministros, pedido de parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que “procede à segunda alteração do Decreto-Lei nº 154/2005, de 6 de Setembro, transpondo para ordem jurídica interna as Directivas nºs 2007/40/CE, e 2007/41/CE, da Comissão, de 28 de Junho de 2007, relativas ao reconhecimento de zonas protegidas na Comunidade expostas a riscos fitossanitários específicos”.

Baixou à Comissão de Economia.

Presidente: Apresentada a correspondência, temos na Mesa um **Voto de Protesto ao “Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho para fazer a sua apresentação.

(*) **Deputado António Marinho** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Tendo vindo Sua Excelência o Ministro da República participar no Seminário: “Questões Ambientais do Atlântico Norte”, não resistiu a retomar as velhas questiúnculas dos que vêem as Regiões Autónomas e as suas Instituições como “sorvedouros” de dinheiros públicos da «centralidade».

O desvario veio a propósito da Universidade dos Açores.

Subscrevemos a preocupação geral com o saneamento económico e financeiro da Universidade dos Açores.

Não subscrevemos a presunção de que a estratégica tripolaridade da Universidade dos Açores não implica sobrecustos.

Repudiamos a musculada atitude do Ministro que, antes de manifestar solidariedade e vontade de colaborar na consolidação e na mudança de gestão da Universidade dos Açores, se mostrou, sobretudo, ameaçador.

A Universidade dos Açores não é a Universidade Independente e é muito cara à Região Autónoma dos Açores e aos açorianos.

Pela deselegância e pela inaceitável postura intimidatória do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior os açorianos não podem ficar impávidos e serenos.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe:

1- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta e repudia a atitude do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que, ao pronunciar-se sobre a Universidade dos Açores, exibiu uma musculada intimidação, em vez de assumir solidariamente o objectivo nacional de aperfeiçoar e qualificar a gestão do ensino superior nos Açores.

2- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores delibera dar conhecimento do seu protesto ao Primeiro-Ministro de Portugal.

Horta, sala das sessões, 30 de Outubro de 2007.

O Presidente do Grupo Parlamentar, Clélio Meneses.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O voto de protesto apresentado pela bancada do Partido Social Democrata é sobre uma matéria extremamente séria e importante para os Açores.

No entanto, até pelo seu linguajar carreiro nalgumas partes, infelizmente não é um voto sério, nem nos parece um voto responsável.

Desde logo, maltrata a verdade. O Sr. Ministro não veio dizer aos Açores que era contra a tripolaridade ou que a tripolaridade não era justificável. Até porque também acerca da tripolaridade, desde já, convém esclarecer que ela foi há não muitos anos devidamente contabilizada, que ela tem uma contabilização perfeitamente suportável e que, aliás, conforme foi promessa pública e política e tem vindo a ser assumida, o próprio Governo Regional dos Açores tem-se responsabilizado por esses custos e aquilo que o Governo Regional dos Açores, tem vindo de forma directa e indirecta a fazer, através de contratos-programa e de projectos concretos, de apoio a obras, e de

cedência de parte de receitas a que tem direito em próprios programas comunitários, é 10 ou 15 vezes superior àquilo que é a contabilização destes custos da tripolaridade.

Portanto, não é a tripolaridade que está causa, não foi o Sr. Ministro que a pôs em causa, e aí sim se a pusesse teria com certeza a nossa oposição.

O que o Sr. Ministro veio dizer foi outra coisa e devemos ter uma postura, para querermos autonomia, para exigirmos autonomia, seja ela qual for, séria, responsável e não somos imunes a críticas.

O melhor que podemos crer para a Universidade dos Açores, porque queremos que ela permaneça e seja uma instituição absolutamente essencial a esta Região, é que ela tenha uma vida estável, garantida, com perspectiva de futuro que dê estabilidade e segurança quer aos seus professores, aos seus funcionários, aos seus investigadores e à própria região que com ela convive e com ela contacta.

O que o Sr. Ministro veio dizer à Região e chamar a atenção é que a Universidade dos Açores, de há anos a esta parte, vive numa situação periclitante e que, por um lado, as receitas normais não chegam e, por outro, tem um problema também face aos recursos existentes de produtividade.

Há aqui problemas a resolver e pensamos que a melhor maneira de defender a Universidade dos Açores é acharmos que esses problemas devem ser encarados de frente, com responsabilidade, com frontalidade pelos seus responsáveis no sentido de se encontrar, encontrarmos todos, uma situação de estabilidade, de futuro e de garantia da Universidade dos Açores.

O que a tutela veio, com a legitimidade de ser tutela, dizer foi a constatação de uma realidade que nos deve preocupar, que nos deve fazer pensar. Mas não é com este tom “chocadeiro” e irresponsável que nós resolvemos o problema, nem da Universidade dos Açores, nem de um relacionamento que se pretende, construtivo e para resolver o problema por parte da tutela.

Por isso, esta maioria, consciente e orgulhosa, quer da Universidade dos Açores, quer daquilo que o executivo saído desta maioria tem feito de forma crescente pela Universidade dos Açores, julga que a Universidade dos Açores deve pensar, devemos todos pensar, numa maneira da Universidade dos Açores ter um equilíbrio financeiro e uma estabilidade pessoal, material, científica diferente.

Votos como este podem subir para a pequena política, mas não ajudam seguramente a Universidade dos Açores, por isso será chumbado por esta bancada.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Ministros Gago veio aos Açores e julgou que vinha aos Açores dizer o que disse e nos punha a gaguejar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Não nos põe a gaguejar o Sr. Ministro Gago, porque temos que ser firmes na defesa da nossa Universidade e aí também faço a inteira justiça de reconhecer que o Governo Regional se tem empenhado na defesa e no financiamento da nossa Universidade dos Açores. É a realidade, não a podemos negar.

Agora, o Sr. Ministro Gago quando vem aos Açores devia também trazer números das suas universidades em Lisboa. Por exemplo, a Faculdade de Ciências de Lisboa, que tem sensivelmente o mesmo número de alunos que a Universidade dos Açores, tem o dobro dos docentes, mas isso no Continente é lucro, nos Açores é prejuízo.

São essas diferenças que o Sr. Ministro quando cá vem criticar a nossa universidade devia ter em mente e primeiro devia criticar as deles, estudar bem as da República.

Quanto à tripolaridade, o Sr. Ministro não pode vir um dia e dizer que fazemos excelente investigação marinha, que temos grande produtividade marinha, para numa segunda vez vir dizer que afinal a Universidade dos Açores tem pouca produção.

O Sr. Ministro sabe quantos estudantes de mestrado tem a Universidade dos Açores? Quantos doutorados tem a dar aulas?

O Sr. Ministro não se preocupou com estes números.

Pode não ser (e não é, naturalmente) a melhor do mundo, porque a universidade tem defeitos, naturalmente, mas o que ela precisa é de mais alunos. Mas quanto a isto o Sr. Ministro também não está preocupado.

O Governo Regional que costuma ser exigente na defesa dos interesses dos Açores, mesmo em relação a outras matérias, nesta claudicou. Nesta o Sr. Ministro Gago

deixou-o a gaguejar. O senhor aí não foi firme na defesa da Universidade dos Açores. Devia ter sido mais firme, pelos argumentos que eu aqui apresentei, pela qualidade da investigação, pela produtividade que tem.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Não lhe posso responder agora, senão já ouvi-a a resposta.

O senhor sabe defender o meu cargo melhor do que eu!

O Orador: Não somos contra a que se faça um estudo e o saneamento financeiro da Universidade dos Açores.

Somos contra ao facto do Sr. Ministro vir cá dizer o que disse.

Tendo em conta as críticas que aqui fiz, acho que este voto no seu tom não é o adequado para trazer a esta casa, mas parece-me que o Sr. Ministro da Ciência e Ensino Superior deve realmente ter mais tino e talvez nessas questões gaguejar um bocadinho mais, porque os Açores são dos açorianos e deve ser mais condimentado nas suas críticas à Universidade dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho** (*PSD*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Eu reconheço uma coisa: é que de linguagem tenho que concordar que o senhor é um *expert* na matéria.

Deputados Mark Marques e Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Olhe que não!

O Orador: Mas passemos à frente.

Mais uma vez, nos momentos chave, o Governo e o Partido Socialista nunca estão ao lado da Universidade dos Açores. Viram-lhe a cara, neste momento, mais uma vez.

O Governo não reage nem se entende a si próprio. Um dia há um secretário regional que diz qualquer coisa, dois dias depois um outro secretário regional diz exactamente o contrário. O Governo não sabe o que é que está a fazer nesta matéria.

Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*): Até parece que não!!!

O Sr. Deputado poupe-nos!

O Orador: As contradições são visíveis. Há protocolos aqui e ali, muitos deles pomposos, que reeditam com novas roupagens aquilo que já existira há muitos anos. Portanto, não há nada de novo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Há imensos anos!

O Orador: Há “juras de amor eterno à universidade”, mas quando se trata de assumir com coragem a defesa de um dos símbolos mais respeitados da autonomia, optam porquê? Pela fidelidade partidária e tornam-se infiéis à própria autonomia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Fidelidade partidária? Seja sério naquilo que diz!

O Orador: É isso que os senhores fazem em relação à Universidade dos Açores.

O PS bem gostaria que toda esta actual situação se tivesse passado com o anterior Governo da República. Aí, seguramente, teríamos o Partido Socialista como protagonista, apresentando ali este voto de protesto. Só que tiveram azar! É que o anterior Governo da República teve a capacidade de entender as especificidades da Universidade dos Açores.

Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses): Se não fosse o Governo Regional a defender os Açores não tinham nada!

O Orador: Teve a capacidade de entender a importância da Universidade dos Açores.

Teve a capacidade de respeitar a instituição que é aquilo que não se vê neste momento, designadamente com o Sr. Ministro.

Teve a capacidade de a munir de meios, de a apetrechar no sentido de cumprir da melhor forma o seu papel importante no domínio da formação dos quadros superiores e da investigação a nível da Região.

Este Governo da República tem vindo sucessivamente a provar que não é capaz de fazer.

Aliás, o que é que se pode esperar de um Ministro que chegou a lançar para a Comunicação Social a possibilidade de criar uma universidade atlântica, que

resultaria da fusão das Universidades dos Açores e da Madeira? O que é que se pode esperar de um Ministro destes?

Pode-se esperar que tenha uma falta de conhecimento completa da realidade da Universidade dos Açores, dos factores que estiveram presentes na sua própria génese e este Ministro e o seu Governo aliam a tudo isto uma total insensibilidade em relação aos problemas específicos da Universidade dos Açores.

É por isso que merecem, e merecem bem, este voto de protesto.

Presidente: Sr. Deputado António Marinho, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Merecem eles e merecem aqueles que os apoiam, merecem aqueles que os suportam aqui e que não têm a coragem de esquecer o cartão partidário que transportam na sua bolsa, para se colocar ao lado de uma instituição respeitosa, de uma instituição emblemática da autonomia.

Deputados Clélio Meses e José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: O que este Governo diz não é o que este Governo faz!

Mais uma vez se prova que a submissão vence a coragem deste Governo!

O Governo não tem coragem, submete-se.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de protesto, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 19 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com este voto o Partido Socialista agiu em perfeitamente coerência com aquilo que é a sua ideia dos Açores e da sua Universidade.

O Partido Socialista e esta bancada orgulham-se de suportar um Governo que tem sido de longe aquele que mais apoiou, que mais apoia a Universidade dos Açores. Atrevo-me a dizer, com alguma pena até, que, provavelmente não fosse essa ajuda, a Universidade dos Açores neste momento já não existiria.

Portanto, é com esta coerência, é também com o sentido de responsabilidade, da importância que a Universidade dos Açores tem para a Região e para o país, com o sentido de responsabilidade e a consciência desta essencialidade, que esta maioria e o seu governo fazem muito mais para além do dever legal, mas fazem-no com coerência e com responsabilidade.

É verdade que a Universidade dos Açores tem, de há anos a esta parte, um problema, um problema estrutural, um problema que põe em causa a sua subsistência.

Esse problema não se resolve se não for encarado de frente, se não for consciencializado e se também com humildade institucional e democráticas a própria instituição também não fizer uma análise, uma auto-crítica e ver naquilo que pode melhorar.

É, portanto, fiéis à autonomia dos Açores, concordantes e apoiantes da autonomia universitária que tomamos em coerência esta posição.

De resto, fazemo-lo há muito tempo e fazemo-lo há muitos anos.

Temos nesta matéria como em tantas outras o apoio e o testemunho inolvidável e inultrapassável do tempo. Não nos impressionamos, portanto, com o entusiasmo que só alguns “cristãos novos” são ainda capazes de ter.

Muito obrigado.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Muito bem!

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com esta declaração de voto eu gostaria, em primeiro lugar, de comentar a declaração de voto do Partido Socialista, feita pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar.

Deputado José San-Bento (PS): Isto não é um debate, Sr. Deputado!

O Orador: A declaração de voto que fez traduz, exactamente, aquilo que fizemos, que é constante no voto de protesto e que consta da minha anterior intervenção, em que os senhores, pela incapacidade que têm e pela falta de coragem que revelam em assumir este voto de protesto,...

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Deputado, veja lá o que diz!

O Orador: ... esquecem, nos momentos adequados, a Universidade dos Açores. Está mais do que visto!

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor quer vir dar-me lições?!

O Orador: A Universidade dos Açores...

Deputado Francisco Coelho (PS): O debate tem regras, Sr. Deputado!

O Orador: ... da vossa parte, é, pura e simplesmente, um instrumento que serve em determinadas alturas. Não serve noutras alturas.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor veja lá o que é que diz. O debate tem regras!

O Orador: Estou a dizer-lhe que o Partido Socialista teve falta de coragem ao não votar este voto de protesto, mas isso para mim é claro.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD).

O Orador: É exclusivamente falta de coragem. Os senhores trocam a fidelidade partidária e assumem a falta de coragem em votar algo que seria importante para a manutenção de uma instituição, importante para a Região, como é o caso da Universidade dos Açores.

Os senhores não tiveram coragem de votar favoravelmente este voto de protesto.

Esta é uma questão que quem conhece bem a realidade da Universidade dos Açores sabe perfeitamente que os senhores não tiveram coragem. Seguramente, é isso que traduz o vosso voto.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Passemos para as declarações políticas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo da Região:

A madrugada do passado dia 19 de Outubro assinalou mais um momento histórico no difícil processo da construção europeia. O acordo obtido pelos representantes dos vinte e sete Estados que actualmente compõem a União Europeia relativo ao texto do novo Tratado Reformador Europeu, representa o culminar de mais um grande sucesso diplomático português e a consagração da Presidência Portuguesa rotativa da União.

O novo Tratado Reformador, que será assinado pelos chefes de Estado e de Governo no próximo dia 13 de Dezembro em Lisboa, representa indiscutivelmente a superação do complexo impasse institucional que assolava a União Europeia desde os referendos à Constituição Europeia de 2005 na Holanda e na França.

A crise aberta por essas duas consultas populares confrontou a União com diversos problemas resultantes de uma estratégia de sucessivas fugas em frente. Desde o rescaldo da queda do muro de Berlim, em Novembro de 1989, que era notória a necessidade da construção europeia encetar um conjunto de reformas no seu modelo institucional de funcionamento.

O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, representou, reconheça-se, um importante passo para a criação de uma Europa unificada. Assumiu-se, pela primeira vez, a ultrapassagem do objectivo económico inicial do mercado comum da Comunidade Económica Europeia para um desígnio de unidade política, consagrando assim a ideia de União Europeia.

O Tratado de Nice, assinado em 2001, procedeu a uma importante reforma institucional necessária a comportar o alargamento da União Europeia aos países candidatos do Leste e do Sul, mas infelizmente, como várias vozes referiram na

altura, revelou-se insuficiente para acomodar os sucessivos alargamentos que representaram a reconciliação da Europa ocidental com os Países do ex-bloco soviético. Apesar dos avanços de Nice, consubstanciados na limitação da dimensão e composição da Comissão, na extensão da votação por maioria qualificada, numa nova ponderação dos votos no Conselho e na flexibilização do dispositivo de cooperação reforçada, a verdade é que estas reformas ficaram aquém do que se revelaria necessário para gerir uma União política com 27 Estados (desde Malta com uma população de 400 mil habitantes até à Alemanha com uma população de 82 milhões) bem diferente duma realidade a 12 ou mesmo a 15 Estados.

Foi a consciencialização deste constrangimento que levou à criação da Convenção para o Futuro da Europa, com a finalidade de acordar os termos dum *Tratado que Estabelece uma Constituição para a Europa* que viria a ser assinado em Roma, em 29 de Outubro de 2004, e que para a posteridade ficaria conhecido como o projecto de Constituição Europeia. Foi este documento que mereceu a reprovação, em referendo, em dois países fundadores da União.

Foi, assim, num contexto de incerteza e grande dificuldade de conciliação de interesses que a Presidência Portuguesa rotativa da União teve de actuar. E actuou muito bem, garantindo a aprovação de um novo Tratado Reformador Europeu. Face ao desfecho bem sucedido dessa verdadeira maratona negocial é mais do que justo referir o papel central e o grande mérito do Primeiro-Ministro português José Sócrates e do Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso. Quis o destino que dois portugueses, numa Cimeira em Lisboa, fossem os principais responsáveis pela solução do impasse europeu.

Sra. Vice-Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O novo Tratado Reformador Europeu apresenta diversas alterações importantes no funcionamento da União Europeia visando, como já se disse, facilitar o funcionamento desta complexa instituição.

Entre as mais importantes alterações contam-se, a unificação institucional da União Europeia e da Comunidade Europeia; a explicitação das atribuições da União Europeia e a clarificação do perímetro de atribuições dos Estados-membros; a

definitiva superação da União enquanto mero mercado comum, reforçando a sua componente de espaço de liberdade, justiça e segurança; a atribuição de valor legal à Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia e a adesão à Convenção Europeia dos Direitos Humanos; o reforço do princípio da subsidiariedade e o seu controlo pelos parlamentos nacionais; a racionalização institucional da União Europeia, nomeadamente através da adopção de uma presidência permanente do Conselho Europeu, da diminuição do número de membros da Comissão Europeia e da criação do ministro dos Negócios Estrangeiros e da Defesa; reforço dos poderes do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais; maior responsabilização da Comissão Europeia perante o Parlamento Europeu; reforço do vector social da União Europeia; a criação da cláusula de solidariedade com os Estados-membros, accionada em caso de calamidades; e ainda, talvez o aspecto mais sensível de todos, o aumento do elenco de matérias sujeitas a decisão por dupla maioria qualificada, em detrimento da decisão por unanimidade;

Este último aspecto, extremamente sensível do ponto de vista político, representa o abandono do princípio fundador do consenso que garantiu durante 50 anos a base jurídica para o sucesso da chamada estratégia dos pequenos passos. Apesar do risco evidente da União Europeia se confrontar, no futuro, com situações de desfechos negociais que realcem, nitidamente, países vencedores e países vencidos, que colocará governos nacionais fragilizados a responder no seu país ao seu próprio eleitorado, é indiscutível que a solução agora adoptada representa um compromisso inevitável, sensato e democrático na superação duma crise institucional que durava há mais de 10 anos e que ameaçava, sem dúvida, o próprio desígnio da construção europeia.

Todavia, o aparente desequilíbrio da condução política da União, em favor dos Estados mais populosos, deve ser entendido num quadro geral duma comunidade política que se revela agora mais forte, mais unida, mais eficiente, mais solidária e mais respeitadora dos direitos dos Estados-membros e dos cidadãos.

O desbloqueio institucional agora alcançado representa, também, uma importante revitalização operacional dum grande bloco geopolítico, do gigante europeu do qual Portugal se insere de pleno direito, imprescindível para materializar uma Europa

capaz de intervir internacionalmente na concertação das nações, na manutenção da paz e na regulação da globalização e de todos os enormes desafios que esta nova realidade representa para a Humanidade – tal como ainda muito recentemente alertou Jacques Delors.

Sra. Vice-Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O novo Tratado Reformador é também positivo para os Açores. Teremos mais Açores na Europa e também mais Europa nos Açores.

A nossa Região obtém neste novo contexto ganhos evidentes, desde logo pelo facto do nosso espaço de referências económica, social e política superar uma crise institucional que se arrastava e ameaçava paralisar soluções específicas para os Açores.

Importa referir que o novo Tratado Reformador mantém inalterado o estatuto já adquirido anteriormente pelas regiões ultraperiféricas. A presidência portuguesa da União Europeia integrou no Tratado todas as disposições relativas às especificidades das RUP's.

Entre os aspectos mais importantes contam-se, entre outros, o reconhecimento da pertinência do princípio da coesão territorial e do princípio da subsidiariedade, bem como a manutenção de uma base jurídica que permite a aplicação do regime derogatório ao direito comunitário para as Regiões Ultraperiféricas da União. O que no caso dos Açores, com constrangimentos próprios da sua dupla insularidade, representa uma garantia essencial para a subsistência de sectores económicos estratégicos, tais como a agricultura, as pescas, as agro-indústrias, bem como outras indústrias de transformação, entre outros.

Confirmou-se, assim, as expectativas do Governo Regional de defesa dos interesses dos Açores no quadro do novo Tratado Reformador, conforme prontamente referiu o Presidente Carlos César, em data anterior ao arranque da Presidência Portuguesa rotativa da União Europeia.

Mesmo a redução para 22 deputados da representação portuguesa no Parlamento Europeu não parece representar ameaça à defesa dos interesses dos Açores, isto se

considerarmos a prática, que nos parece interiorizada, levada a cabo pelos grandes partidos portugueses nos últimos actos eleitorais.

Neste momento de reflexão sobre este importante avanço da construção europeia, importa relembrar a importância que uma região pequena, ultra-periférica e insular como os Açores pode ter na influência da orientação política da União em áreas de reconhecida aptidão do nosso Arquipélago, conforme ficou bem patente no nosso contributo para o Livro Verde da Política Marítima Europeia. E certamente como voltará a ficar patente, estamos certos, no que vier a ser a futura Política Comum de Pescas, concretamente no tocante à protecção ambiental, à preservação dos stocks e à exploração sustentável dos recursos marinhos, domínios onde a Europa tem muito a aprender connosco.

Sra. Vice-Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo da Região:

Faltava à União Europeia completar o difícil trabalho de adaptação das suas instituições e das suas regras de funcionamento a uma realidade interna completamente nova, marcada por 27 Estados soberanos, e uma abrangência geográfica alargada à dimensão do continente Europeu.

Este trabalho está finalizado e terá o seu momento de consagração a 13 de Dezembro no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa. Foi um trabalho difícil. Implicou cedências. Compromissos. Alterações. E criou novas soluções. Novos quadros normativos. Mas está concluído.

Talvez a União Europeia tenha abandonado um espírito de refundação e um rumo federalista que pontificaram o passado recente. Mas o que interessa salientar agora, tal como disse o Primeiro-ministro Português no passado dia 19, é que a Europa pode agora finalmente olhar em frente.

É para o futuro que a Europa se deve agora debruçar. O teste ao projecto europeu vem agora do exterior, de um mundo muito diferente que se altera a uma velocidade alucinante e onde o Ocidente democrático é desafiado por pólos autocráticos, fanáticos e anti-democráticos, e que não se regem pelos mesmos valores nem prosseguem os mesmos desígnios que a Europa germinou no Século das Luzes e que a Segunda Guerra Mundial confirmou como universais e intemporais.

Acreditamos que a Europa vai continuar a seguir em frente e que será, como sempre foi nos últimos 50 anos, um reduto da paz, da prosperidade e da lei; e um emblema de liberdade, de solidariedade e de tolerância.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para uso da palavra.

Relembro que cada Grupo Parlamentar e a Representação Parlamentar tem direito a uma só intervenção de 5 minutos e o Governo também tem direito a intervir.

Não havendo inscrições, tem palavra para uma declaração política o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A construção de um espaço político integrado no continente europeu, sendo uma aspiração de séculos, tem vindo a ser alcançada ao longo dos tempos com avanços e recuos, êxitos e insucessos.

Sempre com o contributo e muitas vezes com o sofrimento dos europeus foi sendo fundamentado e consolidado o projecto da Europa unida.

Para além deste percurso comum e quotidiano, os grandes passos do caminho da Europa estão marcados pelos significativos momentos que fazem os dias lembrados das importantes decisões de paz, desenvolvimento e igualdade das nações europeias.

Em Roma, no Luxemburgo, em Haia, em Rodes, em Maastricht, em Amesterdão, em Nice, em Laecken, com os primeiros e sucessivos passos da construção europeia, com a consagração do estatuto da ultraperiferia em Dezembro de 1988, com a liberdade de circulação de pessoas e bens com a moeda única, em cada lugar e em cada momento foi-se construindo o novo edifício do velho continente.

Agora, Lisboa passou a fazer parte dos marcos do projecto europeu.

O PSD saúda, por isso, o Acordo obtido na Cimeira de Lisboa relativo ao Tratado da União Europeia.

Com o Acordo celebrado, a Europa sai de um impasse institucional que se arrastava e comprometia os próprios pressupostos da União.

Em Lisboa, concretiza-se a reforma necessária das instituições, consagra-se a alteração das regras de funcionamento, reforça-se o plano das competências.

Em Lisboa, sob a Presidência portuguesa e tendo a Comissão como Presidente um português, a União Europeia fica institucional e formalmente dotada dos meios para funcionar com os 27 estados membros que a compõem e com todos aqueles que estão em fase de adesão.

Por unanimidade, foi decidido que a regra da unanimidade na decisão é substituída pela regra da maioria, evitando bloqueios recorrentes.

Tornou-se possível uma intervenção mais efectiva nos domínios da Política Externa e Segurança Comum, decisiva para uma maior afirmação no mundo, bem como numa área com a delicadeza e importância da Justiça e Assuntos Internos, criando-se condições para melhor responder a problemas deste tempo, nomeadamente o crime organizado e imigração clandestina.

Tudo isto é importante para a Europa, logo é importante para Portugal e para os Açores.

A nossa dimensão europeia depende da nossa afirmação nos areópagos da União tanto como do nosso envolvimento nas grandes questões e debates europeus.

Por isso, o trabalho desenvolvido nas anteriores presidências e concluído em Portugal merece a saudação dos vários estados e regiões da Europa.

Porém, naquilo que diz respeito especificamente aos interesses dos Açores e às posições que a Região havia manifestado como prioritárias, poderia ter-se ido mais além.

Com efeito, se nada se alterou relativamente à consagração do regime da ultraperiferia, não se foi ao ponto de colocar a respectiva norma na parte relativa às Disposições Comuns, de modo a ter uma aplicação transversal na política europeia.

No fundo, manteve-se aquilo que havia sido inicialmente estabelecido em Rodes, em 1988, não se avançando ao ponto de fazer com que a ultraperiferia fosse consagrada como política geral da União, possibilitando-se, assim, outra amplitude e segurança

na actuação comunitária a este respeito. Pelo contrário, as medidas específicas adoptadas pelo Conselho ficam dependentes de um processo legislativo especial.

É, ainda, de assinalar que, no contexto do fundamental princípio da Subsidiariedade, continua por prever a possibilidade dos parlamentos regionais com capacidade legislativa poderem recorrer ao Tribunal de Justiça por alegada violação do mencionado princípio.

Por outro lado, a importância e a aposta do Mar no âmbito do contributo que os Açores podem dar para esta importante realidade da Europa não mereceu a atenção que foi sendo manifestada pela Região.

Efectivamente, a Política Comum de Pescas e a gestão de stocks que lhe está associada não sofreu qualquer alteração.

Nem o País, nem a Região assumem novas competências na gestão da Zona Económica Exclusiva.

Por tudo isto, o PSD deixa registado nesta Assembleia a saudação ao Tratado de Lisboa, pelo que este momento significa para a estabilização do processo de construção europeia e para o desenvolvimento da Europa no quadro da União e pelo que poderá relevar para a afirmação da paz e segurança no Mundo.

Aquilo que, na perspectiva dos Açores, ainda não foi alcançado, deverá continuar a constituir desafio permanente da Região, na busca incessante e fundamentada das melhores soluções políticas para a vida dos açorianos.

Foi sempre assim. As conquistas dos Açores e dos açorianos no mundo, na Europa e no País resultaram, sempre, da insistência, do esforço e da afirmação das nossas características e ambições.

Por isso, em qualquer espaço e perante quaisquer entidades devemos continuar a afirmar a nossa dimensão insular e arquipelágica no meio do Atlântico e, sobretudo, devemos assegurar a afirmação de políticas regionais, nacionais e europeias que promovam as pessoas e qualidade das suas vidas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Habitados como estamos a ver as dificuldades da República em reconhecer a sua ultraperiferia, a reconhecer as dificuldades e a situação periférica das suas ilhas (vemos isso na República Portuguesa), é muito positivo, ao contrário do que alguns, às vezes, por aí dizem, contradizendo outros, que o Estatuto da Ultraperiferia fique definitivamente consagrado neste tratado.

É positivo que este tratado tenha sido aprovado. É positivo para os Açores! É positivo para Portugal!

É preciso ver que se tratou de um processo diplomático e negocial complexo, porque se tratou, ao fim e ao cabo, de sair de um imbróglio, o imbróglio em que a União Europeia se meteu ao querer aprovar uma Constituição.

Acabaram por aprovar este tratado, o que consideramos positivo. Somos Açorianos!

Somos Portugueses!

Somos Europeus!

Muito obrigado.

Presidente: Passamos ao período de tratamento de assuntos de interesse político relevante.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aconteceu nos passados dias 23 a 25 de Outubro a visita do Governo dos Açores à ilha do Pico, conforme determina o nosso Estatuto Político-Administrativo.

Cumpriu-se o Estatuto, mas fez-se muito mais. Volvidos que estão três anos sobre o início da presente legislatura e onze anos de Governo do Partido Socialista na Região, evidenciou-se o elevado grau de cumprimento do programa eleitoral e de Governo no que à ilha do Pico diz respeito e cimentou-se entre os picarotos a convicção de que o Pico é já uma ilha com futuro, com muito futuro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

E porque o balanço da acção governativa e, em particular, da visita governamental não se faz – ao contrário do que o PSD e o Presidente do Conselho de Ilha, demagogicamente, pretenderam fazer passar – unicamente pela leitura do comunicado do Conselho do Governo, mas antes pela análise de todo o programa e das declarações e posições assumidas, nos vários momentos, pelos membros do Governo.

Assim, esta visita permitiu constatar o ponto da situação de alguns projectos fundamentais e cujas deliberações já haviam sido tomadas anteriormente, algumas delas aquando da visita governamental do ano transacto:

- O projecto relativo ao ordenamento do Porto da Madalena, que será submetido a ensaios em modelo reduzido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), já no próximo mês, de forma a que, muito em breve, possa lançar-se a obra a concurso. Obra esta que é de extrema importância, pela emergente necessidade de criar melhores condições de operacionalidade e segurança naquele porto, e comporta melhorias no cais de passageiros, com a construção de um novo ponto de acostagem, que permitirá a operação dos novos navios de transporte de passageiros e viaturas; a construção do cais de pesca; a construção do porto de recreio, no canto da Areia Funda, com mais de 70 lugares de amarração; tudo isto num espelho líquido que será protegido por um quebra-mar destacado, a construir a Oeste;

- Depois de em 2006 ter sido aprovada a localização do novo Centro de Saúde da Madalena, determinando-se a aplicação de medidas preventivas aos respectivos terrenos, decorreu o processo de identificação das parcelas a adquirir e o processo de elaboração do plano funcional da nova unidade de saúde encontra-se em fase adiantada. O novo Centro de Saúde da Madalena é uma infra-estrutura essencial para o Pico e será dotado de novas e importantes valências, como por exemplo o bloco de partos – anunciado pelo Senhor Presidente do Governo –, o qual possibilitará que, a médio prazo e de forma progressiva, os picarotos voltem a nascer na ilha;

- Dando seguimento às deliberações tomadas quanto à localização e ao lançamento do concurso para a execução do projecto, decorrem os processos de aquisição dos terrenos e de elaboração do projecto da nova Escola Básica e

Secundária das Lajes do Pico, cujo concurso público para a empreitada de construção será lançado brevemente;

- No domínio dos transportes aéreos, foi reiterado o anúncio, feito nesta Assembleia no anterior período legislativo, de aumento das obrigações mínimas de lugares disponíveis nas ligações com Lisboa, tornado possível a realização mais voos já no próximo ano, bem como a imposição de que uma das ligações semanais se faça ao fim-de-semana, ao mesmo tempo que se constatou o andamento dos projectos de instalação do ILS e da tancagem de combustível para a aviação;

- Foi também anunciado que, em execução da deliberação tomada no ano passado, está em curso o processo de elaboração do projecto de ampliação e ordenamento do Porto Comercial do Pico;

- Pela visita ao local, foi possível constatar o bom andamento das obras de reabilitação do Convento de São Pedro de Alcântara e do porto de recreio das Lajes do Pico.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Focando-nos, agora, no comunicado da reunião do Conselho do Governo, este dá nota de novas e importantes deliberações, das quais nos permitimos destacar:

- A autorização para o lançamento do concurso para a construção das instalações necessárias ao funcionamento do 2.º Ciclo do Ensino Básico na Escola Básica da Ponta da Ilha, na freguesia da Piedade, incluindo as respectivas instalações desportivas;

- O lançamento dos concursos para a reabilitação da entrada Norte da Vila da Madalena e para uma empreitada de pavimentação de bermas em diversos troços da estrada regional;

- O apoio à Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico com vista à elaboração do projecto de um edifício para uma creche, jardim-de-infância e atelier de tempos livres, projecto de vital importância para aquele concelho, bem como o apoio às obras do centro de convívio para idosos e do atelier de tempos livres do Salão Recreativo dos Toledos, na Madalena;

- O apoio à reabilitação da sede do Clube Naval das Lajes do Pico.

- O lançamento do procedimento concursal para a construção do Laboratório Regional de Enologia, que ficará sedado na ilha do Pico;
- As decisões de reabilitação de diversos caminhos agrícolas e florestais, e de continuação do processo de abastecimento de água à pecuária em diversas freguesias;
- O lançamento do concurso público para a construção das casas de aprestos e da oficina de reparação naval do Porto da Madalena, bem como dos procedimentos para a ampliação da rampa de varagem do porto da Manhêna e para a instalação de guas de 10 toneladas nos portos de Santo Amaro e de Santa Cruz das Ribeiras;
- E, ainda, a celebração de protocolos com a Empresa de Electricidade dos Açores (EDA) para a electrificação do Lajido de Santa Luzia e para o fornecimento de energia eléctrica ao Centro Interpretativo da Casa de Apoio à Montanha do Pico e à Estação Internacional de Monitorização da Atmosfera.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Todo este rol integra uma vasta obra, em curso desde 1996 e que nos permite afirmar, peremptoriamente e a um ano do final da legislatura, que o Partido Socialista cumprirá integral e exemplarmente o seu manifesto eleitoral sufragado, maioritariamente, pelos picarotos em 2004.

Citando Sua Excelência o Presidente do Governo dos Açores, “COMPROMISSO ASSUMIDO, COMPROMISSO CUMPRIDO!”

Disse!

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Não havendo inscrições, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído no lugar de Secretário da Mesa, pelo Deputado Mark Marques)

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sra. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos dias 23, 24 e 25 do corrente, o Governo Regional visitou a Ilha do Pico, para cumprir esta que é a sua obrigação estatutária, para 2007.

Na ilha do Pico, como provavelmente em qualquer outra ilha, a visita do Governo Regional, apesar de se verificar todos os anos, é sempre um acontecimento aguardado com muita expectativa, pelas populações, empresas e instituições locais, pelas novidades que poderão ser anunciadas e pela oportunidade do reencontro com todos os membros do Governo Regional, que deve ser aproveitada pelos agentes promotores do desenvolvimento da ilha, para debater as suas questões mais prementes.

Tratando-se de uma obrigação estatutária que acontece uma vez por ano, estes encontros devem ser sempre importantes momentos de discussão com as forças vivas de cada ilha, eficazmente representadas nos seus conselhos de ilha, de modo que o projecto do Governo seja exaustivamente discutido e concertado com aquilo que são as expectativas dos agentes locais.

Bem informado, revelando ter estudado bem as questões que melhor cairiam no ouvido dos picoenses, logo na sua primeira intervenção – inauguração do aeroporto da ilha do Pico – o presidente do Governo Regional prometeu, confirmando aquilo que já tinha sido anunciado pelo Sr. Secretário Regional da Economia: que depois da conclusão da obra, adjudicada ainda este mês, de ligação dos combustíveis do porto aos depósitos, passaríamos a ter dois voos semanais para a ilha do Pico, passando a três durante os meses de verão, reequacionando-se os dias da semana em que estes virão a ser efectuados e dispensando definitivamente a paragem na ilha Terceira, evitando-se assim os incómodos e inconvenientes que daí resultam, tanto para os passageiros com destino ao Pico, quer para os passageiros com destino à ilha Terceira.

É óbvio que estas alterações devem passar primeiro por serem consignadas às novas obrigações de serviço público dos voos para o Pico, que deverão ser lançadas a

concurso, já no início do próximo ano, tendo também esta questão sido devidamente tratada e anunciada.

O povo do Pico congratula-se com estas medidas sem dúvida importantes e desejadas, embora não possamos deixar passar a oportunidade de confrontar o Governo com a seguinte questão:

De tanto ouvir falar em combustíveis no último ano e meio, fomos formando a ideia de que esta obra estaria quase terminada e prestes a entrar em funcionamento, potenciando assim, tal como prometido, a autonomia dos voos do Pico-Lisboa. Por isso, qual não foi o nosso espanto, quando ouvimos, da parte deste Governo Regional, que só agora, repito, só agora, é que a obra foi adjudicada, tendo esta, um prazo de execução de seis meses.

Demorou-se muito e os picoenses impacientam-se, já que esperaríamos todos que no início deste ano o aumento dos voos para o Pico fosse um dado adquirido e uma certeza alcançada.

De resto e a este propósito, os dois voos anunciados, passando a três nos meses do Verão, terão de ser encarados como uma situação meramente transitória, devendo tão rapidamente quanto possível, só terminar, quando houver uma repartição mais ou menos equitativa dos voos do exterior, que tenham como destino as duas “Gateway” que existem actualmente no triângulo.

Enquanto tal não acontecer, os deputados do PSD do Pico não deixarão que este assunto, eleito que está, até para este Governo como um dos mais caros e imprescindíveis para lançar definitivamente o desenvolvimento desta ilha, perca no tempo ou mesmo caia no esquecimento.

Outra questão abordada no discurso de inauguração do aeroporto foi a que se relaciona com as duas principais infra-estruturas portuárias da ilha: O porto da Madalena e o porto de S. Roque.

Relativamente ao primeiro e depois de no ano anterior ter sido apresentado um anteprojecto na gare marítima da Madalena, era de todo expectável que este ano e nesta visita fosse apresentado o projecto definitivo para reordenamento de toda aquela baía. O povo do Pico esperava, a este propósito, outras notícias.

Anunciar-se que o projecto ainda está no Laboratório Nacional de Engenharia Civil para ensaio, sabe a pouco, cheira a desleixo e leva-nos todos a pensar que este assunto só é verdadeiramente importante e premente para quem tem de lidar diariamente com a falta de condições daquela unidade.

Quanto ao segundo, porto de importância estratégica para a ilha, já que por aqui entram e saem praticamente todas as mercadorias da ilha e ainda porque ocupa uma posição privilegiada na ligação das ilhas que constituem o triângulo, sem a qual o conceito do desenvolvimento deste, não tem pernas para andar, basta de adiamentos, assumam de uma vez por todas, de forma devidamente programado no tempo, as vossas intenções para aquela obra.

Sem que estas duas obras sejam de facto iniciadas e concluídas, não se poderá ainda esperar que a operação de transporte marítimo de passageiros com os dois barcos que o Governo Regional tem em construção, tenha efectivamente sucesso, penalizando fortemente uma importante operação turística para os Açores.

Outra questão muito cara para todos os picoenses e que mantêm há já muitos anos bem presa a sua atenção e preocupação, é a que diz respeito à saúde.

Sendo mais que certo a construção do novo centro de saúde na Madalena, ou como agora pomposamente gostam de lhe chamar, hospital de cuidados intermédios, persistem no entanto muitas dúvidas sobre as valências que este irá conter.

De uma coisa o PSD está certo, este processo está todo ele a avançar com muita lentidão e a este ritmo nem na próxima legislatura esta unidade será inaugurada.

Convém lembrar as acesas discussões levadas a cabo por ilustres deputados da ilha do Pico, da bancada do Partido Socialista, sobre a necessidade de se nascer no Pico.

Se calhar por isso mesmo esta também foi uma promessa que o governo deixou no Pico, nesta visita, e que o PSD aplaude.

Lamentamos no entanto, que só agora e após onze anos de governação socialista, quase no final da terceira legislatura, o governo anuncie, finalmente, aquilo que já era uma bandeira sua, desde o tempo em que era oposição nesta região.

Os picoenses poderão vir a nascer no Pico, mas teria ficado muito melhor para este governo, e caído melhor no povo daquela ilha, se em vez do anúncio com pompa e circunstância, o Sr. Presidente do Governo tivesse desta vez, inaugurado a obra.

Aliás todo este atraso é por si só testemunho do falhanço deste governo na área da saúde e nem as tão apregoadas virtudes da Unidade de Saúde de Ilha, consegue esconder esse facto.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não deixa de ser muito estranho que relativamente a estas medidas, curiosamente aquelas que são as mais caras para a ilha do Pico, não apareça registada uma única palavra no comunicado final do Conselho de Governo.

Quem fala assim, de peito aberto e de forma convincente, na presença dos mais altos dignitários da ilha, e de toda a comunicação social dos Açores, não deveria ter problemas de espécie alguma em registar todas as suas promessas nesse mesmo comunicado final da visita.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Afinal o que é que desta vez a montanha pariu?

A não ser que tenhamos todos presenciado outro facto, que a coberto da visita oficial do Governo Regional, o Partido Socialista tenha ido ao Pico dar início à pré-campanha para as legislativas de 2008, com direito mesmo a jantar comício, infelizmente para o Partido Socialista, não televisionado!

Percebendo antecipadamente o que no Pico se esperava ouvir, este Governo Regional contra-atacou gerindo expectativas, voltando a adiar aquilo que até agora ainda não foi capaz de realizar.

Eleitoralismo? Sim! Quanto baste.

Daí que o Sr. Presidente do Governo tenha provavelmente preferido que o comunicado final do Conselho de Governo, não se confundisse com um folheto eleitoral de campanha do Partido Socialista.

Disse.

Deputados Clélio Meneses e Maria José Duarte (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos para debate o Sr. Deputado Hernâni Jorge, o Sr. Secretário Regional da Economia e os Srs. Deputados Cláudio Lopes, Lizuarte Machado e Luís Henrique Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Infelizmente o Sr. Presidente do Governo na intervenção que referiu, efectuada na inauguração das instalações do aeroporto do Pico não disse nem anunciou tanto relativamente aos voos para o Pico, conforme consta da sua intervenção.

Disse e anunciou aquilo que o Sr. Secretário da Economia já tinha anunciado no plenário anterior nesta casa, e que foi o aumento das obrigações mínimas de lugares das ligações com Lisboa e a imposição no caderno de encargos da obrigação de um dos voos se realizar ao fim-de-semana. Foi isso que foi anunciado pelo Sr. Presidente do Governo, foi isso que o Governo Regional pôde e pode neste momento anunciar. Infelizmente não foi ainda tanto como o Sr. Deputado Jaime Jorge ali referiu.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): É muito pouco!

O Orador: Um dia será! Dentro em breve, estamos nós absolutamente convictos.

Relativamente à questão e à demagogia que já foi usada pelo PSD, pelo Presidente do Conselho de Ilha e repetida naquela tribuna pelo Sr. Deputado, confundindo ou querendo fazer confundir o comunicado do Conselho de Governo, com um comunicado final da visita, que não existe, as questões relativas ao porto da Madalena, ao porto comercial do Pico, ao Centro de Saúde da Madalena, entre outras, foram questões que constam de comunicados anteriores do Conselho de Governo, foram deliberações tomadas designadamente, a maior parte delas, no ano anterior, em 2006, e que estão no comunicado do Conselho de Governo de 2006, e que durante a visita, nas diversas acções, nas diversas intervenções feitas pelos membros do Governo, foi possível informar os picarotos e constatar o ponto de situação destas obras e destes projectos.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Estudos! Ensaios!...

O Orador: Em momento oportuno quando estejam criadas todas as condições para se fazer o lançamento das obras, essas decisões são tomadas em Conselho do

Governo, independentemente dele se realizar no Pico ou noutra ilha qualquer. No calendário e com os timings definidos pelo Governo e pelo Partido Socialista.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Será no próximo ano, não é? Ano de eleições!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria esclarecer aqui 4 pontos que foram aqui levantados e que dizem respeito, no fundo, à Secretaria Regional da Economia.

Primeiro: a *gateway* do Pico.

A *gateway* do Pico não se faz contra nenhuma *gateway*, ou seja, a *gateway* do Pico vai crescer, naturalmente. Tudo faremos para que isso ocorra.

Ontem estive em Lisboa a apresentar, ao Sr. Secretário de Estado, as obrigações de serviço público que pretendemos para o próximo ano. Colocamos uma ligação ao Pico, ao fim-de-semana, de Sexta ao Domingo, aumentámos a oferta. Estamos a trabalhar nos combustíveis, porque o parque de combustível que está a nascer no porto de São Roque é imprescindível para as suas ligações directas, para que a ligação não passe pela Terceira, o que é importante.

Estamos a trabalhar para que os empresários apostem no turismo na Ilha do Pico e neste momento temos 137 quadros a construir-se. Temos a remodelação do Hotel Caravelas; muito em breve, até ao final do ano, outro novo hotel vai surgir e há outro hotel a surgir nas Lajes. No fundo, há quase 305 quartos de 4 estrelas que vão surgir no Pico, ou vão crescer, vão originar mais fluxos turísticos e vão fazer com esta *gateway* se afirme.

Nós estamos crenes que o número de ligações vai aumentar, não à custa da *gateway* do Faial, nem à custa da *gateway* da Terceira, nem de São Miguel, mas por evolução natural do mercado. É assim que se faz uma *gateway*. É uma *gateway* que terá que ser auto-sustentada.

Foi assim que também aconteceu com o Faial. Começou com uma ligação, depois passou para duas e agora já tem 8 no Verão. Portanto, é assim que acontece e vai acontecer com o Pico.

No que diz respeito ao porto da Madalena, acredite Sr. Deputado que nós não podíamos andar mais depressa. Fizemos aquilo que tínhamos que fazer.

Neste momento temos os dados levantados, o projecto está a ser colocado no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e quando estiver pronto, quando estiver com as rectificações feitas, vamos lançar o concurso.

Não pudemos fazer mais cedo. Estamos a fazer com o ritmo que podemos fazer.

Quanto ao porto de São Roque, o que nos comprometemos nesta legislatura foi a apresentar o projecto. Já temos dois cenários que vão ser discutidos e até ao final da legislatura vamos apresentar o cenário que o Governo Regional prevê para a sua ampliação.

Basicamente são estes os 4 pontos que queria referir.

O Governo Regional está a investir fortemente no Pico, está a investir em infra-estruturas fundamentais para o seu desenvolvimento, nas acessibilidades, no caso do Pico, porque é preciso perceber-se uma coisa. Todos esses investimentos que estamos aqui a falar são muito elevados. O aeroporto do Pico foram 25 milhões, ainda não está totalmente completo, mas está quase.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que concluísse.

O Orador: Já concluo, Sra. Presidente.

O porto da Madalena é um investimento de 20 milhões. É um investimento que está a ser preparado com todos os cuidados para que não aconteça nenhum erro e o porto fique operacional e o porto de São Roque da mesma maneira, também é um investimento muito elevado.

Temos que fazer de uma forma atempada no tempo. Não podemos é fazer tudo ao mesmo tempo, porque não há verbas para isso e temos que fazer com as possibilidades técnicas que existem na Região e no país.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às duas intervenções que foram aqui feitas sobre a Ilha do Pico e sobre a visita estatutária do Governo ao Pico, havia aqui motivos para um debate bastante

alargado. Naturalmente que ele não vai ter lugar aqui porque não há tempo para isso, no entanto, eu não gostava de passar esta oportunidade sem sublinhar alguns aspectos das intervenções que aqui foram proferidas pelos Deputados Hernâni Jorge e Jaime Jorge.

O Governo esteve uma vez mais no Pico cumprindo a sua obrigação estatutária, como foi dito.

Deixou um comunicado do Conselho do Governo resultante dessa ilha que é considerado por todos os picoenses, desde os mais diversos quadrantes político partidários, à sociedade civil em geral e também assim foi tratado com a maior isenção que é própria da comunicação social, como uma visita que foi um insucesso. Um insucesso para o Governo e um desaire para a Ilha do Pico.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não apoiado, Sr. Deputado!

O Orador: Escusam os Srs. Deputados do Partido Socialista de vir para aqui fazer um grande esforço, de elogio a essa visita e aos compromissos que foram deixados ao Pico, porque não conseguem convencer nem os picoenses, nem a sociedade em geral, de que esta visita tenha sido bem sucedida. Têm que admitir isso! Assumam-no! Se calhar para o ano será melhor, assim aguardamos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Para o ano vai ser muito melhor!

O Orador: Naturalmente para o ano vai ser muito melhor, eu concordo consigo, porque para o ano é um ano propício a boas visitas às ilhas e a bons comunicados, cheirando naturalmente àquilo que todos nós sabemos que vai acontecer para o ano, as campanhas eleitorais.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): E vai continuar a acontecer!

O Orador: Este ano não era o ano próprio de fazer campanha eleitoral, depois do insucesso que se passou em São Jorge e na Graciosa, e prudentemente o Governo entrou no Pico de mansinho e com o cuidado de não repetir a dose que acabou de deixar na Graciosa e em São Jorge. Portanto, ressalva-se dessa visita esta prudência, apesar de que o governo tenha habilmente entrado no Pico desta vez falando devagarinho e de mansinho nas duas questões essenciais que os picoenses mais desejariam ouvir, que eram as acessibilidades aéreas e a matéria da saúde.

Aqui, habilmente o Governo foi deixando umas conversas de agrado ao ouvido dos picoenses, mas como aqui também já foi afirmado, meteu rapidamente essas duas conversas na gaveta e naturalmente que as retirará da gaveta no próximo ano, porque convém mais utilizá-las no comunicado do governo do próximo ano.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Em matéria de acessibilidades aéreas, Sr. Secretário Regional da Economia, admita que não há vontade política de incluir nas obrigações de serviço público do próximo ano dois voos semanais no período de inverno e três voos semanais durante o Verão, como os picoenses lhe exigiram nessa sua visita ao Pico. Não há vontade política e não me venha com a desculpa dos combustíveis, porque os dois voos semanais já aconteceram e podem acontecer se o senhor quiser e se tiver vontade política para isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Ouvi atentamente a sua intervenção e as que se seguiram e gostaria de tecer alguns comentários.

Relativamente às ligações aéreas, o Sr. Secretário da Economia já se pronunciou, aliás, no seguimento daquilo que já tinha informado esta casa no mês passado e que voltou a informar os picoenses na visita do Governo ao Pico.

Gostaria de lembrar que o trabalho que o Governo e os Deputados Socialista fazem no Pico e para o Pico faz-se no dia-a-dia. Não se faz nos três dias em que o Governo vai ao Pico. O resultado desse trabalho surge, aparece, mostra-se também no dia-a-dia, todos os dias, ao longo de todo o ano e não é pelo facto de andarmos mais ou menos engravatados atrás do Sr. Presidente do Governo para aparecermos na comunicação social, coisa que não fazemos, que o trabalho surge ou deixa de surgir, porque o trabalho já está feito, as nossas obrigações estão cumpridas e orgulhamo-nos do cumprimento dessas obrigações.

Relativamente à saúde, todos os compromissos que foram assumidos estão a ser cumpridos. É óbvio que podíamos estar muito mais adiantados, podíamos estar numa outra fase, muito mais à frente...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): De acordo!

O Orador: ... se aquando da construção do Centro de Saúde de São Roque, os compromissos que foram assumidos com os picoenses nessa altura tivessem sido cumpridos e existisse o tal bloco operatório que não é mais do que uma sala que serve para uma arrecadação e outras valências que era suposto ter, que tinha sido prometido aos picoenses e que à última da hora, por alguma razão, que nunca foi explicada, não foi feito. Por essa razão nós estamos a avançar com o processo. Criámos a Unidade de Saúde de Ilha e o nosso objectivo é muito claro, é que a Unidade de Saúde de Ilha, no conjunto dos três edifícios onde presta serviços, adquira as valências necessárias para que possa ser considerada um verdadeiro hospital de cuidados intermédios para que se possa voltar a nascer no Pico e não foi por acaso que foi o Sr. Presidente do Governo que o anunciou.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Ah! Não foi por acaso!...

O Orador: Isso demonstra bem o seu empenho nesta matéria.

Cumprimos os nossos compromissos.

A Comissão que tinha por objectivo definir a localização e a tipologia fez o seu trabalho. A administração fez o seu projecto e apresentou-o à tutela, sobre a definição das valências. Os terrenos estão definidos e todo o processo está a andar.

Daqui há algum tempo temos o concurso para o projecto e posteriormente para obra como é nossa obrigação.

No que diz respeito às questões do porto da Madalena e ao porto comercial do Pico, é bom que fique bem claro que relativamente ao porto comercial do Pico, o compromisso que nós assumimos que está no nosso manifesto eleitoral, é o início da obra de ampliação no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que concluisse.

O Orador: Eu peço desculpa, mas julgo que tenho direito a 10 minutos.

Presidente: Não, Sr. Deputado. São 3 minutos. Estamos na fase dos esclarecimentos. São 3 minutos.

O Orador: Para que isto aconteça e para que isto possa acontecer, foi assumido publicamente o compromisso, por parte do Secretário da Economia, que aliás está a dar cumprimento a ele, de que até ao final desta legislatura teremos encontrado uma

solução e um projecto para poder ser candidatado a esse Quadro Comunitário de Apoio. É isso que está a ser feito.

Relativamente às possíveis soluções, já no início do mês de Novembro os picarotos terão conhecimento delas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Henrique Silva.

(*) **Deputado Luís Henrique Silva (PSD):** Prescindo, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta intervenção eu gostaria de realçar aqui duas ou três questões que me parecem as mais importantes e gostaria de deixá-las com clareza nesta casa.

O PSD congratula-se e aplaude as medidas que foram anunciadas pelo Sr. Presidente do Governo relativamente à Ilha do Pico. Não estamos, nem nunca estivemos contra nenhuma delas, mas não posso deixar de colocar aqui algumas dúvidas, relativamente aos voos, ao contrário do que disse o Deputado Hernâni, o que eu ouvi na cerimónia de inauguração do novo aeroporto, da boca do Sr. Presidente, foi falar em dois voos no período de Inverno, depois de resolvidas as questões relacionadas com o serviço público e eventualmente três de Verão.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ouviu mal, Sr. Deputado!

O Orador: Eu estava nessa cerimónia, estava atento às declarações do Sr. Presidente do Governo e o Sr. Presidente do Governo falou nestes números.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não senhor!

O Orador: Eu não quero crer que estou aqui na presença de um recuo ostensivo do Partido do Governo relativamente às promessas do Partido Socialista.

Mesmo que não seja esta a intenção do governo atingir estas metas para o ano, que eu, repito, foram anunciadas, eu gostaria de dizer...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não foram. Em nome da verdade, não foram Sr. Deputado!

O Orador: ... que o PSD só se satisfaz se para o ano tivermos este número de voos para aquela *gateway*.

Outro esclarecimento, Sr. Secretário Regional da Economia é de que na minha intervenção eu nunca falei na *gateway* do Faial, nem nunca de forma a me opor ao seu número de voos. O que eu disse foi que o processo gradual de crescimento do números de voos para a *gateway* do Pico deve visar, no fim do seu percurso, um número de voos de certa forma equitativa, que divida os número de voos para o triângulo de forma mais ou menos equitativa entre o Faial e o Pico. Isto é extrapolar um significado que não resulta da minha intervenção, porque eu nunca falei contra a *gateway* da Horta e os voos que ela comporta neste momento.

Também não posso deixar de dizer, Sr. Secretário Regional da Economia que, ao tempo que nós no Pico ouvíamos falar das ligações dos combustíveis, foi estranho o anúncio de que só este mês é que foi adjudicada a obra, aliás, quando nós no Pico estávamos todos à espera do anúncio da conclusão daquela obra. Eventualmente até aceitaríamos de bom agrado a inauguração daquela obra, agora dizer-se que foi adjudicada este mês de Outubro é para nós um significativo atraso nas expectativas de que esta venha o mais rapidamente a entrar em funcionamento.

Eu falo especificamente nesta obra (não é esta a única obra que falta no aeroporto do Pico) porque esta é a que mais condiciona o número de voos para aquele aeroporto.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Eu concludo, Sr. Presidente.

Portanto, esta é de facto uma questão muito cara ao povo do Pico. O Sr. Presidente do Governo percebeu-o atempadamente e foi simbólico que tenha marcado o início da sua visita com esta inauguração.

Eu continuo numa próxima intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Continuando nesta matéria dos transportes aéreos, a *gateway* do Pico é obviamente um processo em evolução e é, ou foi, como eu já lhe chamei, uma “*Windows way*”. Ainda não é uma *gateway* verdadeira. Caminha-se nesse sentido.

Sr. Secretário, permita-me que lhe diga uma coisa, ao senhor, aos senhores do PS e aos senhores do PSD. O desenvolvimento destas ilhas deve ser harmonioso. Devem desenvolver-se todas.

Quando se faz discriminações positivas é preciso ter muito cuidado como é que se as faz, porque é muito bonito e interessante uma *gateway* para o Pico, uma *gateway* para Santa Maria, voos directos a Lisboa. Isto é tudo muito interessante, mas nesta Região onde vivemos Sr. Secretário, existem duas ilhas que continuam sem voos ao Domingo e isso ainda não se resolveu. Existem duas ilhas que são discriminadas negativamente, que nem *gateways* têm e que nem têm possibilidade de sair quando os outros têm. A essas não se dá a devida atenção. Está-se a dar a devida atenção a outras.

Isto traduz aqui um problema complicado, porque como já se ouve aí dizer, também São Jorge, daqui a uns dias, quer um aeroporto para jactos. É o que eu ouço.

Portanto, se o Governo introduz estas discriminações positivas, os outros têm as mesmas expectativas. Quando se introduz estes conceitos, é preciso ter cuidado, muito cuidado e é preciso, Sr. Secretário, resolver primeiro as acessibilidades dos que cá estão.

Permita-me que lhe diga, Sr. Secretário, o senhor já se começa a distinguir nesta matéria dos voos ao Domingo, das acessibilidades das ilhas mais pequenas, pela sua teimosia. Isso não se faz porque o Sr. Secretário teima em não querer fazer.

Qual é o motivo objectivo para não se fazer?

A discriminação positiva é para todas as ilhas.

Sobre o parque dos combustíveis o senhor já esclareceu o mês passado. Portanto, estamos perfeitamente entendidos sobre o que se passa. Agora, é um apelo que lhe faço.

Abandone um bocadinho a sua teimosia e atenda às justas pretensões das pessoas que querem sair da sua ilha e chegar ao seu destino a horas decentes, a tempo e a horas e todos os dias.

Na área da saúde eu fico absolutamente estupefacto com o que eu ouvi aqui hoje.

Então querem fazer uma maternidade no Pico.

O Sr. Deputado do PSD aplaude.

Presidente: Sr. Deputado agradecia que concluísse.

O Orador: Então a parte da saúde ficará para a minha próxima intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente ao aeroporto e aos voos aéreos esperávamos mais, mas infelizmente não temos. Aliás, o Governo aproveitou esta visita para fazer a terceira ou a quarta inauguração desta infra-estrutura. Não sei quantas mais temos pela frente.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: É a terceira ou a quarta, não sei bem.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É a primeira, depois do lançamento da primeira pedra!

O Orador: Podiam confirmar-me se é a terceira ou a quarta. Já ouvi falar não sei em quantas.

Assistimos aqui no aeroporto a uma “novela” que já decorre há muito tempo e que ainda terá muitos episódios certamente. Espero que tenhamos bons momentos de episódios desta “novela” no próximo futuro.

Sr. Deputado Hernâni Jorge, o que é que o senhor disse?

“Compromissos assumidos, compromissos cumpridos!”

Gostei.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Ideia do Sr. Presidente!

O Orador: Gostava mais se isso fosse efectivamente assim, mas infelizmente não é.

Sr. Deputado Lizuarte Machado, da maneira como o senhor fala, se fosse Secretário da Economia ou se fosse Secretário da Saúde, tinha um adepto ao seu lado desta bancada, mas infelizmente não é e essa é que é a grande diferença. O senhor é um deputado e o Sr. Secretário da Saúde e o Sr. Secretário da Economia estão naquele lado e aquilo a que nós vamos assistindo cada vez mais é aos Srs. Deputados Socialistas a falarem por um lado e o Governo a decidir para outro. Infelizmente, essa relação tensa que existe entre os Deputados Socialista do Pico e o Governo é cada vez mais notória, infelizmente.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Vamos ao assunto da saúde porque é um assunto muito caro à Ilha do Pico e aqui compete-me a legitimidade de zelar pelos interesses dos picoenses em matéria de saúde também.

Em 11 anos os senhores pouco ou nada fizeram neste domínio na Ilha do Pico. Aliás, este é declaradamente o maior défice de governação deste Governo Socialista em relação ao Pico.

Os senhores podem pintar os cenários todos que quiserem em termos de saúde na Ilha do Pico, das cores todas que quiserem, amarelo, azul, cor-de-rosa até, mas não conseguem convencer os picoenses de que temos um bom sistema de saúde na Ilha do Pico, nem sequer um sistema de saúde suficiente.

É que na verdade, o sistema de saúde no Pico, nos últimos 11 anos não melhorou nada ou quase nada ao contrário daquilo que os senhores apregoam.

A Unidade de Saúde da Ilha do Pico que aqui por várias vezes já foi referida neste Parlamento como um bom exemplo até...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Um excelente exemplo!

O Orador: O senhor há-de dizer isso aos picoenses que eles vão acreditar em si!

... não tem na realidade do dia-a-dia traduzido na vida dos cidadãos do Pico essa melhoria que os senhores tanto apregoam.

Os dois grandes objectivos da criação da Unidade de Saúde da Ilha do Pico, que era a melhoria dos cuidados de saúde por um lado e a racionalização dos recursos humanos e meios materiais por outro, desapareceram ou nunca se concretizaram.

Até agora para os picoenses a USIP tem sido um grande equívoco.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já concluo, Sra. Presidente.

Até diria mais, se calhar um grande fiasco, porque trata-se de mais uma ideia (uma boa ideia!) mal implementada.

Vou aguardar para a próxima intervenção, mas em jeito desafio aos Srs. Deputados Socialistas do Pico, aqui fica o meu entendimento sobre a Unidade de Saúde da Ilha do Pico: um fiasco para os picoenses até agora!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um pedido de esclarecimento, antes de mais, ao PSD, aos Srs. Deputados Jaime Jorge e Cláudio Lopes. Congratulam-se (as palavras foram vossas!) e aplaudem as declarações e decisões do Governo no Pico, mas ao mesmo tempo manifestam dúvidas e reiteram desilusões do PSD as quais, inclusivamente e de forma abusiva, querem considerar serem de todos os picarotos.

Que dúvidas, que desilusões são essas, uma vez que nós ainda não conseguimos perceber, porque ainda não tiveram a capacidade de as concretizar?

Certamente não são as nossas dúvidas, não são desilusões nossas, porque conforme disse o Sr. Presidente do Governo (eu citei-o naquela tribuna e volto a referir) “compromissos assumidos, compromissos cumpridos!”

É com orgulho que a um ano do final da legislatura afirmamos aqui que tudo o que consta neste compromisso eleitoral com os picarotos, está cumprido, muitas mais coisas com excepção de uma única questão, que é a reinstalação dos serviços da Secretaria da Habitação e Equipamentos e dos Serviços de Desenvolvimento Agrário das Lajes do Pico...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Só?!

E o quartel de bombeiros?

O Orador: ... mas ainda temos esperança de que neste último ano consigamos cumprir essa única obra neste nosso manifesto eleitoral assumido há 3 anos com os picarotos.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): E a Escola Secundária das Lajes?

Leu mal algumas folhas desse panfleto!

O Orador: Srs. Deputados do PSD, equívocos resultam das palavras que os Srs. Deputados afirmaram aqui, e hoje, designadamente no que respeita à questão da saúde. Os picarotos sabem, os picarotos sentem que de 96 para cá, particularmente nos últimos 3 ou 4 anos com excepção da Unidade de Saúde de Ilha, os avanços em termos de qualidade e de prestação de cuidados de saúde no Pico foram significativos, como serão ainda mais significativos a partir do momento em que se avance e se construam as obras do Centro de Saúde da Madalena.

Os picarotos sabem-no, os picarotos sentem-no, os picarotos confiam em quem ao longo destes 11 anos tem mudado substancialmente aquela ilha para melhor e continuarão a dar o voto e o apoio ao Partido Socialista porque o Pico segue no caminho certo, um caminho de futuro, um futuro que neste momento já se começa a sentir e que não tem nada a ver com o passado, aquele passado de 30 anos de governos do PSD.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Enganou-se! Não são 30 anos!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao desafio concreto do Deputado Hernâni vou esclarecer as dúvidas.

Porto de São Roque/ Porto da Madalena – grande atraso na concretização das obras, grande atraso nas respostas concretas que o povo do Pico gostava de ouvir.

No que se refere aos voos há um grande atraso relativamente àquilo que eram as expectativas dos picoenses.

Relativamente à saúde, o Sr. Deputado Hernâni disse agora que o povo do Pico está maravilhado com as condições de saúde daquela ilha.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Mas quis dizer! É o que se deduz das entrelinhas!

Eu vou dar-lhe um exemplo, se não ouviu (provavelmente até ouviu!), de uma reportagem da RTP/Açores sobre o transporte da deslocação de doentes para o Faial.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mesmo aí!

O Orador: Ontem foram deslocados 5 doentes no Cruzeiro do Canal. O último doente chegou ao Hospital da Horta uma hora depois de ter chegado ao porto. Esperou uma hora dentro da lancha, alegadamente porque os encaixes das macas nas ambulâncias dos bombeiros não são compatíveis com as macas na Unidade de Saúde de Ilha.

Sr. Secretário Regional

Só agora, 11 anos depois, é que se lembraram de uma ambulância marítima. Só agora, 11 anos depois de serem Governo é que se lembraram da unidade de partos.

Eu queria dizer-lhe, Sr. Secretário, que relativamente à saúde e a propósito das medidas que vocês tanto apregoam, só nos falta ver, na cidade da Horta, quando andarmos nestas ruas, passar por nós uma maca com um doente do Pico, provavelmente perdido pela ambulância a caminho do Hospital. Só nos falta ver isto, porque de resto já vimos tudo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É exactamente as questões da saúde que eu quero deixar aqui bem expressas.

Ouvimos há pouco que vai ser feito um bloco de partos no Pico; ouvimos o Governo anunciar, com pompa e circunstância, isto; ouvimos o Sr. Deputado do PSD aplaudir.

O que eu quero dizer é que toda esta gente perdeu o juízo!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não perderam não, Sr. Deputado!

O Orador: Fazer uma maternidade no Pico.

O Sr. Presidente do Governo diz que fica muito satisfeito, porque pelas informações que tem, é possível fazer um bloco de partos no Pico.

Pergunto, Sr. Secretário Regional da Saúde, em que condições é que é possível fazer um bloco de partos no Pico?

O senhor vai explicar aqui, tintim por tintim, o que é que é necessário para fazer um bloco de partos no Pico?

No meu entender, esta é a asneira do regime, a barbaridade do regime fazer um bloco de partos no Pico, no Pico ou noutra ilha qualquer.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mas explique porquê!

O Orador: O senhor vai explicar como é que é possível fazer isto?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não. O senhor que explique primeiro!

O Orador: As pessoas têm que ter consciência o que é uma maternidade e o que é um bloco de partos. Também têm que ter consciência onde é que ela é possível, com os progressos da ciência, com a exigência dos doentes, com os processos que existem contra médicos.

Quais as condições que o senhor tem para fazer um bloco de partos no Pico, já que eu deduzo que o senhor foi conselheiro do Sr. Presidente do Governo, mas é dedução minha.

Depois, é absolutamente ridículo quando se diz que vai encomendar um barco ambulância aos estaleiros navais de Viana do Castelo. Mas os estaleiros navais de Viana do Castelo fazem barcos ambulância?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Claro que fazem!

O Orador: Que tipo de barco é, Sr. Secretário? – é a minha pergunta.

Quais as condições que o barco vai ter?

Isto de mandar para o ar as coisas não serve. O senhor tem que explicar aqui que tipo de barco é, para quantos doentes são, como é que vai funcionar, etc., etc. etc.

Ir ao Pico dizer barbaridades, não vale, Sr. Secretário.

Vai explicar a maternidade, vai explicar o barco ambulância e porque só agora anuncia com pompa e circunstância que vai mandar construir aos estaleiros de Viana do Castelo. Não há outra maneira de ter um barco já daqui a um mês?

É preciso que isto fique tudo bem clarinho.

Isto é demagogia da mais barata, da que eu já não ouvia há muitos anos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às incertezas e desilusões do PSD e que o Sr. Deputado Jaime Jorge acabou por concretizar 3 delas e o Sr. Deputado Cláudio Lopes 1 delas, começando pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes, relativamente à Escola Secundária, o processo sofreu todas as peripécias que conhecemos, como a definição da localização, a actual ou outra, etc.

Neste momento o projecto está em fase de elaboração. Concluído o projecto avançará naturalmente o concurso para a obra, durante o próximo ano. Essa é uma questão mais que esclarecida e da qual ninguém tem dúvidas.

Relativamente ao porto de São Roque eu já expliquei. Os compromissos que estão no nosso manifesto eleitoral são os compromissos que vão ser cumpridos e que estão a ser cumpridos. Até ao final da legislatura teremos uma solução, teremos um projecto.

Dele, naturalmente o Sr. Secretário da Economia dará conhecimento ao Pico e aos picoenses e estaremos em condições para poder candidatá-lo ao IV Quadro Comunitário de Apoio como era nosso compromisso.

Relativamente ao porto da Madalena, efectivamente existem aqui alguns atrasos. Porquê? É uma questão da solução de responsabilidades e de sentido de responsabilidade.

Efectivamente quando se ensaiou as valências e o ordenamento do porto da Madalena em modelo matemático, verificou-se que este modelo não era absolutamente conclusivo relativamente à estabilização do espelho líquido do porto.

O Sr. Secretário da Economia, e muito bem, preferiu atrasar alguns meses o lançamento do concurso para poder ensaiar no Laboratório Nacional de Engenharia Civil a posição do contra-molhe por forma a que daqui a uns anos não venhamos a ler aquilo que eu li há relativamente pouco tempo num relatório de um porto construído há muitos anos atrás relativamente às deficiências construtivas, localização e definição do porto.

Nós não queremos que isso aconteça e por isso o Sr. Secretário da Economia, e muito bem, com enorme sentido de responsabilidade, atrasou o lançamento do concurso da obra durante alguns meses para fazer o teste no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e garantir que a obra será a obra que queremos para o Pico. Nós somos pelo Pico, não somos, como no passado, “pró Pico”. São questões ligeiramente diferentes e que convém não confundir.

Relativamente à saúde, as questões estão mais do que explicadas.

Relativamente à Unidade de Saúde de Ilha, nós não temos dúvida nenhuma de que a Unidade de Saúde de Ilha não é um milagre. Criar a Unidade de Saúde de Ilha não foi um milagre, foi uma necessidade absoluta de termos um instrumento para gerir de forma racional a prestação de cuidados de saúde na ilha.

Tivemos a coragem de o fazer. Fizemo-lo e estamos satisfeitos com os resultados.

Basta ver, e é público, o relatório de actividades de 2005 e de 2006. Vemos lá o que cresceu em termos de prestação de serviços e isso não foi nenhum milagre. Foi o imenso esforço de todos os que lá trabalham, com os quais nós ficamos muito gratos e reconhecidos.

Relativamente às evacuações de doentes por via marítima, é evidente que há problemas. Não há dúvida nenhuma relativamente a isso. Já o assumimos.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

As entidades competentes estão a trabalhar nessa matéria com as condições que oferecem os cruzeiros.

É possível melhorar ligeiramente, mas não é possível ir muito mais além.

Os novos navios que estão a ser construídos terão melhores condições, mas também estamos em crer que com a construção do Centro de Saúde da Madalena e as novas valências que a Unidade de Saúde de Ilha vai ter, o decréscimo de evacuações vai cair muito consideravelmente. Portanto, esta situação melhorará.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Deputado Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de responder de uma forma muito breve a duas perguntas vindas de duas bancadas diferentes.

A primeira, terceirense, que fala na teimosia do Secretário da Economia em manter os voos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É Sr. Secretário. É teimosia!

O Orador: O Sr. Deputado enganou-se, porque não são 2 ilhas que não têm voos ao Domingo. São 3. O Corvo também não tem.

Devo dizer com toda a franqueza que nós temos uma visão estratégica para os Açores. Ao criarmos as *gateways* que o senhor chamou não sei bem o quê...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uma “*Windows way*”. Uma janela!

O Orador: “*Windows way*”. Devo dizer o seguinte:

A *gateway* do Pico fez crescer o número de passageiros do Pico de 45.479 passageiros para 57.750 passageiros. Foi um crescimento de quase 20% num ano e meio.

É importante. Fez com que a iniciativa privada começasse a apostar no Pico.

Neste momento, a *gateway* de Santa Maria fez com que, por exemplo, o número de dormidas de Santa Maria, este ano, crescesse 36,2%. É importante.

É evidente que nem todas as ilhas são iguais. Nós temos populações diferentes em todas as ilhas. Ou seja, neste momento, nas Flores e na Graciosa, temos voos ao Domingo, no Verão IATA que vai de 30 Março até aos finais de Outubro. Nós chegaremos lá, porque quando começamos fomos colocando lentamente os voos ao Domingos, fomos aumentando. Nós sabemos as taxas de ocupação que existem e vamos criando as condições para que a ilha se desenvolva, também fomentando o desenvolvimento do turismo.

Neste momento, na Graciosa e nas Flores estão a ser construídos 2 hotéis que vão fazer aumentar o fluxo.

Portanto, tudo visto vem na sequência de uma visão estratégica que é fazer crescer os Açores.

No caso de São Jorge penso que (não posso garantir) a meados do próximo mês ou até ao seu final vai ser lançado o concurso para a obra. Portanto, estamos também a avançar.

Agora, não podemos construir as mesmas acessibilidades em todas as ilhas, porque elas têm condições e necessidades diferentes. É a isso que se chama desenvolvimento harmónico dos Açores.

Criamos a *gateway* do Pico com uma visão de fazer com que esta *gateway* fosse auto-sustentável. O seu crescimento não será feito à custa de nenhuma outra *gateway*.

Não se trata de dividir, mas de adicionar, aumentar. É isso que se pretende para o Pico, é que, lentamente, mas de uma forma correcta e progressiva, não fazendo pesar um custo adicional nas outras *gateways* no transporte aéreo para os Açores e para os açorianos, fazer com que esta ilha se desenvolva, crie mais riqueza, emprego, crie o seu próprio desenvolvimento. É isso que estamos a fazer no Pico. Foi uma aposta decisiva e não vale a pena desmerecer.

Nós tivemos esta iniciativa, é nossa! Foi do Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista.

O PSD nunca a teve, mas nós tivemo-la.

Nós vamos fazer uma grande reforma no porto da Madalena. É uma iniciativa nossa. Vamos fazer com as cautelas necessárias para que seja uma obra bem feita. É isso que estamos a fazer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O porto que está lá também foi feito pelos senhores!

O Orador: No caso do porto de São Roque do Pico estamos a fazer a mesma coisa.

Temos iniciativa, temos ideias novas e uma visão estratégica para os Açores.

Nuvens negras, meus amigos, estão a começar a aparecer no caso do PSD. É normal!

Estamos habituados a isso.

Repitam a dose e verão o resultado nas eleições.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Relativamente à questão do transporte de doentes e à ocorrência de ontem, que tomei conhecimento pelas notícias, lamento o sucedido! O que posso dizer é que junto do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, com competência no transporte de doentes nas ambulâncias, já foram tomadas as iniciativas que ele entendeu adequadas para esclarecer objectivamente o sucedido, de modo a que não volte a acontecer situações destas que infelizmente aconteceram ontem.

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima, dir-lhe-ia que as barbaridades anunciadas pelo Sr. Presidente do Governo e pelo Governo no Pico relativamente à saúde serão julgadas pelos picoenses na altura certa e devida.

Posso dizer-lhe que qualquer plano funcional de uma Unidade de Saúde tem aquilo que se convencionar ter e de acordo com os aspectos demográficos, de acordo com a realidade e os objectivos que se pretende para a prestação dos cuidados de saúde na Ilha do Pico.

Antes de responder objectivamente àquilo que me colocou, gostaria de lembrar, só para esclarecer, que mais do que aquilo que já foi dito pelos Srs. Deputados quanto à Unidade de Saúde da Ilha do Pico em relação à qualidade dessa prestação de cuidados, e não só à produtividade, que de 2005 para 2006, no âmbito da deslocação de médicos especialistas ao abrigo da Portaria em vigor, passaram de 156 para 623, 17 especialidades diferentes, o que quer dizer que na nossa opinião a prestação de cuidados de saúde na Ilha do Pico melhorou significativamente com a entrada em função na Unidade de Saúde daquela ilha.

Quanto à instalação de uma maternidade e das condições técnicas para além das exigências físicas que requer uma unidade deste género, com certeza que é possível, como lhe digo, definir um plano funcional visto que estamos perante a construção de um novo edifício para o Centro de Saúde da Madalena.

O Centro de Saúde da Madalena, para além de todas as valências que terá de ter no âmbito dos cuidados de saúde direccionados para a medicina geral e familiar, pode ter outras valências como seja a maternidade, um bloco para intervenções de pequena cirurgia, pode ter aquilo que se definir no seu plano funcional.

Neste momento, o plano funcional está a ser elaborado para ser aprovado e o Governo, na altura própria apreciará e decidirá a estrutura e as condições.

Está feito, está definido que no novo plano funcional do Centro de Saúde da Madalena haverá uma estrutura, um bloco de partos e condições para que se possam efectuar partos na Ilha do Pico.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Duarte Ponte:

Gostaria de lhe lembrar uma coisa que a mim me parece essencial e que V. Exa. devia ter em atenção.

As ilhas não têm apenas objectivos económicos, têm também sociais e é preciso ter isso em atenção no transporte aéreo, não só o crescimento económico, mas também as condições sociais. Era esse reparo que lhe queria fazer.

Sr. Secretário Regional da Saúde, a sua resposta é obviamente uma não resposta propositada.

Temos um exemplo. Quando aqui se falou que agora o novo Centro de Saúde da Madalena ia ser o novo hospital de cuidados intermédios isso não é novidade nenhuma, porque o PSD, no passado, também disse que o Centro de Saúde de São Roque ia ser um hospital de cuidados intermédios. Foi feito para isso, com um bloco operatório que está lá fechado. Porquê? Porque nunca teve cirurgião. É o mesmo que vai acontecer à maternidade do Pico.

Agora é de uma inconsciência total, clínica, científica, social dizer o que os senhores disseram no Pico, uma maternidade, um bloco de partos, chamem-lhe o que lhe chamarem. O senhor não sabe quais são as condições para uma maternidade funcionar? Não é o edifício, porque o edifício é fácil fazer. Falo das condições humanas, técnicas, de recursos para fazer uma maternidade.

O senhor vai dizê-lo aqui hoje, porque eu exijo que o senhor diga, quais são as condições mínimas para funcionar um bloco de partos?

O senhor vai ter que dizer e assumir hoje aqui. Eu não posso admitir leviandades dessas!

Os açorianos não podem admitir isso!

O senhor vai ter que dizer o que é que precisa para funcionar uma maternidade no Pico.

Sr. Secretário, vou dizer-lhe, muito francamente, eu gostava muito que os picoenses nascessem no Pico. O que eu não gostava era que os picoenses morressem no Pico por inconsciência vossa. É isso que o senhor vai ter que explicar aqui hoje.

Fico à espera da sua resposta.

Que os picoenses nasçam do Pico, até acharia muito bem!

Que os picoenses morram no Pico, na sua maternidade ao nascimento, é um crime Sr. Secretário, uma inconsciência!

Os senhores estão fazendo pura demagogia com isso. Assumam as vossas responsabilidades, assumam as coisas como deve ser e assumam que não é possível fazer uma maternidade no Pico, nem em São Jorge, nem numa ilha pequena, porque é impossível fazer e o senhor tem exemplos a nível nacional, europeu e mundial, Sr. Secretário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Também um desafio para que V. Exa. demonstre aquilo que fundamenta essa sua aparente convicção, em vez de desafiar aqueles que tomaram uma decisão política correcta e que o povo do Pico aplaude.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Política!

O Orador: É claro que é política, porque no passado também foram políticas as decisões de não fazer aquilo que ao longo destes 11 anos tem sido feito pelos Governos do Partido Socialista.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É uma decisão política assumida e que vai ser cumprida.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vamos ver!

O Orador: O Sr. Deputado vai dar-nos razão e vai eventualmente voltar atrás com aquilo que hoje aqui disse.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Pergunte ao Sr. Ministro Correia de Campos que ele explica-lhe!

O Orador: Fica o desafio ao Sr. Deputado que eu, a bancada do Partido Socialista e os picarotos gostaríamos de ouvir o que é que fundamenta essa sua opinião ou essa sua decisão, que mais não será do que uma opinião.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Ministro Correia de Campos vai explicar isso quando vier aos Açores, como o Sr. Ministro Mariano Gago veio!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que repudio as suas afirmações de leviandade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): As minhas?!

O Orador: Sim. Acabou de me acusar de leviano e referiu a leviandade com que eu trato os assuntos nesta casa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Recuso determinantemente esse tipo de postura.

Sr. Deputado Artur Lima:

Com certeza – penso que o senhor é uma pessoa bem informada – que não me quer passar um atestado de menoridade ou de diminuição da inteligência ao dizer que se calhar eu não sei quais são os requisitos para se ter um serviço ou uma maternidade...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quero é que o senhor os diga nesta casa!

O Orador: Com certeza que tanto sei eu, como sabe o Governo.

Portanto, se o Governo sabe e se eu sei, o Governo decidirá mediante aquilo que for decidido e que for apresentado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas então diga!

O Orador: É esta a política assumida pelo Governo e é isso que vai ser executado na ilha do Pico.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Só para registar que afinal o Deputado Lizuarte Machado concorda com o atraso de algumas questões, quer no desenvolvimento dos projectos do porto da Madalena, quer nalgum atraso que também está associado às promessas do novo Centro de Saúde da Madalena do Pico.

Gostaria também de dizer, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais que, relativamente à Unidade de Saúde de Ilha mais importante do que falar dos sucessos é ter a humildade de reconhecer aquilo que não está bem e empenharem-se todos na sua resolução. Aprecio a sua postura.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

^(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Hernâni Jorge:

O senhor pode falar muito alto e depressa, mas não resolve, nem altera a situação da Unidade de Saúde da Ilha do Pico.

Oxalá, com essa voz tão alta e tão bom dom de oratória, conseguisse resolver, mas infelizmente não resolve.

Sr. Deputado Lizuarte Machado, se o senhor conhece resultados, divulgue-os. Anuncie-os ao povo do Pico...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Fez uma intervenção aqui!

O Orador: Aquela intervenção não me cheira a resultados fiáveis nem a bons resultados que os picoenses sintam no seu dia-a-dia com melhoria nos cuidados de saúde da Ilha do Pico. Portanto, essa avaliação cheira a muito pouco.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é uma questão de cheiro!

O Orador: Voltemos aos dois grandes objectivos USIP: melhorar os cuidados de saúde e racionalização dos meios materiais e recursos humanos.

Quanto ao primeiro objectivo, está por confirmar a sua implementação e os resultados dessa boa implementação.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Foi demonstrado nessa intervenção!

O Orador: Os picoenses não o sentem no dia-a-dia.

Quanto ao segundo objectivo, racionalização dos meios materiais e dos recursos humanos, o que ressalta mais, Sr. Deputado Hernâni Jorge, é o aumento de encargos com um novo Conselho de Administração.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: O que ressalta mais, Sr. Deputado Hernâni Jorge é a contratação de dois juristas, não sei para quê.

A Unidade de Saúde da Ilha do Pico não é um Tribunal, não é um escritório de advogados. É uma unidade de saúde que deve estar ao serviço das populações da Ilha do Pico.

Os senhores, em vez de darem prioridade, por exemplo, a um serviço que se chama fisioterapia para uma população que está cada vez mais envelhecida, mais carenciada deste tipo de serviço, negligenciam isso, dão prioridades a juristas em vez de contratar fisioterapeutas.

O Conselho de Madalena está carenciado de médicos há muitos anos. Já está há mais de 11 anos, mas continua a estar carenciados de médicos nestes últimos 11 anos.

O Sr. Secretário da tutela, nesta última visita ao Pico aproveitou, e bem, para propor uma deliberação no Conselho de Governo, que cria um novo esquema de incentivos à fixação de médicos. Essa iniciativa é bem-vinda, pena é que não tenha sido tomada há mais anos.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A melhoria das condições de saúde na Ilha do Pico só se tem traduzido no maior fluxo de doentes do Pico para o Hospital da Horta. Basta andar nos Cruzeiros, dia a dia e vê-se que as estatísticas do fluxo de picoenses, utentes do Serviço de Saúde da Ilha do Pico, em direcção ao Hospital da Horta, aumentam.

Ainda ontem aquilo que se passou foi uma vergonha autêntica, própria de uma terra terceiro-mundista. No Cruzeiro do Canal vinham 5 doentes em maca; 2 deles no pequeno cubículo que o barco da Transmaçor oferece para levar 2 macas; 3 macas estendidas no chão, em pleno Cruzeiro, atravessando o canal.

Ao chegar à Horta, nem uma ambulância para receber qualquer uma das macas. Nem uma! O último doente a ser transportado para o Hospital foi ao fim de uma hora, Sr. Deputado. É esta a realidade dos Serviços de Saúde que temos na Ilha do Pico.

Deputado Hernâni Jorge (PS): As evacuações não significam a realidade!

O Orador: É cada vez maior o fluxo de doentes para a Ilha do Faial nestas precárias condições.

Esta é que é a realidade do dia-a-dia dos doentes e dos pacientes do Pico e é este o sistema de saúde que os senhores não conseguiram alterar, nem melhorar.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sra. Presidente.

Aqui há uns anos um ilustre Deputado do PS nesta Assembleia pregava alto e bom som, quanto ao engravidar no Pico e nascer na Horta. Pois passados tantos anos, o fenómeno mantém-se. Pior ainda, cada vez se nasce mais no Faial e cada vez mais os picoenses morrem no Faial.

Quanto a mim, talvez pior do que nascer no Faial, é morrer no Faial.

Sr. Secretário dos Assuntos Sociais:

Felizmente que o senhor fez esta intervenção agora, porque eu fiquei aqui um bocadinho atrapalhado com a sua primeira intervenção, porque o senhor dá um pouco

o dito pelo não dito, já dizia que ia pensar no bloco de maternidade da Ilha do Pico. Agora já confirmou que o vai executar. Eu fico feliz com isso. Oxalá que isso venha a acontecer.

Agora quero deixar-lhe uma pergunta muito clara:

Quando vamos ter esse serviço no Pico e em que condições esse serviço será realizado?

É isso que os picoenses precisam saber com muita objectividade.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: De resto, Srs. Deputados, os senhores contentam-se com pequenas melhorias, com meras operações de cosmética no Sistema de Saúde da Ilha do Pico. Nós exigimos mais e não admitimos que não haja uma vontade política dos senhores para melhorar substancialmente esta Unidade de Saúde da Ilha do Pico e os cuidados dos picoenses.

Oxalá que os senhores tenham muito sucesso com essa vossa nova vontade, para bem dos picoenses, para bem de todos nós.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Como já sabe tem 1 minuto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais:

Eu não lhe admito que a sua única defesa seja chamar-me malcriado.

Secretário Regional dos Assuntos Socais (Domingos Cunha): Não chamei malcriado.

O Orador: Não lhe admito, porque eu não fui malcriado. O senhor chamou-me mal-educado, aí sentado. Eu não fui mal-educado. Eu sou convicto! Tenho as minhas convicções.

Secretário Regional dos Assuntos Socais (Domingos Cunha):

Não lhe admito a si, nem a ninguém, que me chame de leviano!

O Orador: Mantenho a leviandade, mantenho a inconsciência, porque é leviano e inconsciente querer fazer uma maternidade no Pico.

V. Exa., Sr. Secretário, clínica e cientificamente sabe que não é possível fazer, agora politicamente o senhor não o pode dizer aqui. É esse o problema. Foi isso que eu disse.

Eu não quis dizer que o senhor não sabia. O senhor sabe, porque o senhor é médico e sabe o que é que é preciso.

Agora, politicamente o senhor não o pode dizer aqui e politicamente interessa-lhe manter a demagogia até às próximas eleições, porque a partir das próximas eleições não vai haver nenhum bloco de partos no Pico.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Domingos Cunha): Vai, sim senhor!

O Orador: Que fiquem os picoenses bem cientes disso!

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já terminou. Agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Hernâni Jorge, a opinião não é minha: Ministério da Saúde – Comissão Nacional para a Saúde Materna. Leia os relatórios que lá estão e vai ficar esclarecido. OMS – *Safe Child Birth* – Leia. Está aqui escrito. Eu não inventei nada. Está tudo aqui.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Há mais escritos sem ser esses!

O Orador: Os senhores que vejam, sejam conscientes e sejam realistas. Sobretudo não criem expectativas infundadas, irrealistas e até perigosas ao povo dos Açores. Está tudo aqui, Sr. Deputado. Eu posso dar-lhe cópia se V. Exa. quiser ler.

O Sr. Secretário naturalmente não precisa.

Reitero, Sr. Secretário: não lhe admito mais uma vez que me chame mal-educado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) Deputado Lizuarte Machado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Eu não disse que concordava com alguns atrasos. Eu disse que alguns atrasos, como o caso em concreto do porto da Madalena, era perfeitamente justificado e que era por uma boa causa, porque se tratava de garantir uma boa obra.

Relativamente às outras questões não há qualquer atraso. Não há qualquer atraso relativamente ao que estava previsto e programado para o Centro de Saúde da

Madalena. Portanto, está tudo a correr de acordo com o calendário que foi previsto e que foi pelo Governo definido.

Relativamente aos resultados da Unidade de Saúde de Ilha, é claro que os resultados podem não ser convincentes, mas nem sequer vou compará-los com o passado. Não costumo fazer muito esse tipo de comparações, mas gostava de lembrar que, por exemplo, em 2006, as consultas de especialidade foram 1713, que os serviços de enfermagem cresceram 32%, passaram de 192.000 para 253.000. A unidade básica da urgência reduziu o número de atendimentos em 10,26%, o que traduz claramente, e se atendermos à população que está cada vez mais envelhecida, uma melhoria nos cuidados primários de saúde.

Na unidade de internamento houve uma redução, quer no número de internamentos, quer no número de dias de internamento, em 12,25%.

Entre muitas outras coisas que melhoraram nos rácios que dizem respeito à prestação dos cuidados de saúde, no que diz respeito aos resultados da gestão, da utilização racional dos recursos, eu lembrava, por exemplo, que as despesas com pessoas cresceram 2,55%, tendo apenas crescido os reembolsos em cerca de 14%.

O pagamento de horas extras decresceu 9,56%, das prevenções decresceu 3,26 e que a rubrica compras decresceu 17,86%. São números públicos, é do relatório de actividades da Unidade de Saúde de Ilha.

Nós não temos dúvidas de que a Unidade de Saúde de Ilha é o instrumento certo, é o instrumento correcto para gerir a saúde no Pico.

Quanto às questões absolutamente demagógicas de aumentos de encargos com o Conselho de Administração, eu gostava de dizer que era bom que o Sr. Deputado visse o relatório. Isto é absolutamente demagógico, é falso.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Eles não recebem ordenado!

O Orador: Eles recebem ordenado. Evidentemente que recebem ordenado, porque bem o merecem. Inclusive o Presidente do Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha continua a dar consultas e a fazer serviço de urgência.

Presidente: Sr. Deputado, agradeia que concluísse.

O Orador: Quanto à questão dos juristas, é efectivamente verdade que neste momento a Unidade de Saúde de Ilha tem dois juristas. Eu também acho que não se

justifica, que basta apenas um. Estamos de acordo, Sr. Deputado. Aliás, nem poderia ser de outra forma, mas é evidente que quando o segundo jurista entrou a contrato (se me permite concluir) o primeiro integrava a administração. Portanto, não estava disponível para funções no âmbito dos pareceres jurídicos que têm que ser dados. A situação agora será resolvida como não podia deixar de ser.

Sr. Deputado, nós assumimos tudo. Assumimos o bom e o menos bom e orgulhamo-nos do bom que temos feito e o menos bom os picarotos vão avaliá-lo, tem-no avaliado e sabem que o menos bom anda em níveis muito, muito baixos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge. Informo que só dispõe de 2 minutos e 37 segundos.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Obrigada, Sr. Presidente. É mesmo para terminar e o tempo é mais que suficiente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Lizuarte Machado:

Depois da infeliz ocorrência de ontem, relacionada com a deslocação daqueles doentes, eu não falaria de números da Unidade de Saúde de Ilha. Eu procurava empenhar-me junto do meu Governo Regional para resolver estas questões, porque seguramente os utentes do Pico não estarão satisfeitos nem preparados para ouvir números.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Jorge:

Se há coisa que os picoenses sabem é que os Deputados do PS do Pico, em nenhum momento, deixam de defender o Pico, os picoenses e os seus interesses.

Em nenhum momento, deixam de defender posições, até posições que muitas vezes são contrárias, são antagónicas, algumas defendidas pelo Governo Regional.

Temo-lo assumido publicamente e também aí levamos muitos quilómetros de vantagem relativamente aos Deputados do PSD, quer os do presente, quer os do passado. Nós estamos sempre ao lado do Pico e ao lado dos picoenses, mesmo quando é necessário em algumas circunstâncias estar contra o Governo. É essa a

nossa postura, sempre foi. Os picoenses sabem e reconhecem todos os dias, no dia-a-dia e em todos os momentos.

Presidente: Srs. Deputados, findado o tempo dos partidos da oposição e faltando meia hora para atingirmos o tempo regimental para intervalo, tendo em conta que Deputado do PS inscrito, o Deputado Osório Silva, não tem tempo de debate, agradece aos líderes parlamentares para se aproximarem da mesa para tomarmos uma decisão.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos e regressamos às 15.00 horas. Bom almoço.

Eram 12 horas e 30 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 20 minutos.

(Após o intervalo, o Sr. Presidente da ALRAA ocupou o seu lugar na Mesa)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Vamos retomar os nossos trabalhos com a Agenda da Reunião. Como primeiro ponto temos a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regras relativas à integração nos Quadros Regionais de Ilha do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho por tempo indeterminado e respectiva relação jurídica de emprego na Região Autónoma dos Açores”**.

Para apresentar a Proposta tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As pessoas que trabalham na nossa Administração, com e sem vínculo definitivo, têm o mesmos direitos, deveres e regalias.

É este o nosso desígnio. É esta a nossa missão.

Tendo por base esse pressuposto, o Governo Regional dos Açores apresenta a esta Assembleia a Proposta de Decreto Legislativo Regional que define as regras relativas à integração nos Quadros Regionais de Ilha do pessoal em regime de contrato de trabalho por termo indeterminado e respectiva relação jurídica de emprego na nossa Região Autónoma.

O presente diploma é mais um instrumento que vem garantir que os funcionários da Administração Regional que se encontram vinculados com contratos de trabalho por tempo indeterminado possam, tal como os funcionários que já se encontram nos quadros, integrar os Quadros Regionais de Ilha, mecanismo já implementado e que permite a mobilidade dos funcionários entre os diversos serviços e organismos da Administração em cada uma das nossas nove ilhas dos Açores.

Esta Proposta de Decreto, já recebeu o parecer favorável das várias organizações sindicais, o que nos assegura o consenso dos principais intervenientes neste processo, ou seja, os funcionários públicos dos Açores.

Aliás, não creio que esta proposta pudesse ter outro desfecho que não o consenso, uma vez que visa proporcionar a igualdade entre todos os trabalhadores.

Mais uma vez se nota nesta proposta, tal como em muitas outras que têm sido submetidas à aprovação deste Parlamento no âmbito do processo de reforma e modernização da Administração Pública Regional, particularidades na nossa Região, havendo por isso que criar diferenças entre a legislação nacional e regional.

Uma vez que nos Açores não há problemas de quadros de excedentes, não é possível, nem necessário, transportar para a Região as directivas legais que têm vindo a ser aplicadas no âmbito da Administração Central, sem no entanto pôr em causa os novos rumos da Administração Pública que apontam cada vez mais para o novo regime de contrato de trabalho como forma de vínculo.

Aliás, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional em apreço, pretende-se estabelecer regras relativamente à integração nos Quadros Regionais de Ilha de um quadro de pessoal próprio para os trabalhadores em regime de contrato de trabalho

por tempo indeterminado em termos semelhantes aos efectuados para o pessoal em regime de emprego público constando já no Decreto Legislativo Regional 49/2006.

O presente diploma determina ainda que as funções a desempenhar em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado são as mesmas que integram as correspondentes categorias e carreiras da função pública e que a competência para a celebração dos contratos individuais de trabalho está também definida neste diploma. Para além disso, procede-se também a uma harmonização entre os trabalhadores pertencentes aos quadros da Administração Pública Regional e os trabalhadores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado no que diz respeito a matéria salarial, carreiras e processo de selecção, as quais operam mediante decreto regulamentar regional, devendo ser publicadas também para o devido efeito na Bolsa de Emprego Público da Região Autónoma dos Açores.

Este Decreto Legislativo Regional vem, pois, dar continuidade a uma significativa alteração da política de gestão de recursos humanos na Administração Regional Autónoma, no âmbito, já anunciado, de uma nova geração de políticas que irá proporcionar sinergias e o aproveitamento mais racional dos recursos humanos existentes em cada uma das ilhas, além de aliar uma maior sustentabilidade e autonomia dos meios disponíveis em cada um desses quadros de pessoal de ilha.

Em suma, os recursos humanos da nossa Administração Regional passarão a ser geridos através de dois quadros de pessoal em cada uma das ilhas, um em regime de função pública e outro em regime de contrato de trabalho, possibilitando-se assim uma gestão global integrada dos mesmos.

Gostaria também de aproveitar esta ocasião para agradecer toda a colaboração prestada pela Comissão Parlamentar que acompanhou este mesmo diploma e todas as sugestões que foram dadas nesse sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Praticamente já tudo foi dito pelo Sr. Vice-Presidente, sobre este diploma que naturalmente o PS apoia, conforme também resultou dos nossos trabalhos na Comissão.

Permitam-me apenas complementar a discussão na generalidade destes diploma com a chamada de atenção para as alterações que são feitas nos Decretos Legislativos Regionais 49/2006/A e no 50/2006/A.

Também chamo a atenção para um aspecto que o Sr. Vice-Presidente referiu e que me parece ser sempre interessante sublinhar, que é a capacidade que o Governo Regional está a ter, no sentido de adoptar para os Açores soluções que nos parecem mais justas do que tem sido seguido ao nível nacional e nós não temos qualquer problema em admitir isto, até porque se nós virmos aquilo que são algumas das medidas mais polémicas que o Governo da República tem adoptado, como por exemplo o quadro de excedentes, o quadro especial de mobilidade, etc., isto também significa que a Administração Nacional teve, se calhar durante demasiados anos, falta de reformas e falta de estratégia de racionalização e de adaptação aos novos tempos.

Nos Açores esse desajustamento não se verificou, o que significa que o Governo teve mérito na gestão da Administração Pública, teve capacidade de antecipar e de resolver problemas que são sempre lamentáveis porque implicam grande conflitualidade social. Isso não se verifica nos Açores e nós registamos isso com muito agrado.

Aliás, convém referir (e o Sr. Vice-Presidente também o disse) que os sindicatos dão parecer favorável a esta proposta. Portanto, é o próprio reconhecimento da sensatez e da razoabilidade e das alterações que são feitas.

Julgo que esta reforma que resulta da aprovação deste diploma também abre um conjunto alargado de metodologias e de formas de gerir mais eficientemente a função pública.

Portanto, é um registo que aqui fica. É óbvio que estas medidas de integração nos quadros de ilha do pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado permitem que se possa gerir com mais flexibilidade e nós não devemos ter medo da palavra.

Mantém pressupostos de justiça social, de solidariedade para com os funcionários, mas também o nível de exigência e de adaptabilidade que é fundamental para nós continuarmos a ter uma função pública que seja eficiente, que tenha uma boa relação com os cidadãos. A propósito disso, futuramente teremos aqui um diploma que vai complementar também essa questão da relação.

Portanto, são medidas que se inserem num conjunto de reformas muito significativas e muito importantes que o Partido Socialista tem procedido nos Açores. Aliás, neste plenário ainda vamos apreciar, discutir e votar mais dois diplomas relacionados com esta área.

Por agora, na generalidade era isso que eu teria a dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por referência ao conteúdo do seu preâmbulo, e deve começar-se pelo princípio, parece-me absolutamente consensual. A verdade é que ela preconiza a integração nos Quadros Regionais de Ilha do pessoal contratado em regime de contrato individual de trabalho, o que se afigura, sendo este o núcleo essencial em termos normativos do diploma, necessário, inevitável, até obrigatório, eu diria mesmo, uma decorrência lógica da instituição dos Quadros de Ilha.

Nem sequer faria sentido nenhum que funcionários públicos com vínculo definitivo à Administração Pública integrassem os Quadros de Ilha e os trabalhadores da Administração Pública contratados agora, ao abrigo do regime do contrato individual de trabalho, que aliás tenderá a ser a modalidade preferencial de contratação e tenderá mesmo a massificar-se, não integrassem os Quadros de Ilha.

Nessa perspectiva, diremos que nos termos anunciados pelo preâmbulo, se este fosse apenas o conteúdo normativo do diploma, ele seria absolutamente consensual.

Podemos eventualmente discutir os fundamentos e, mais do que os fundamentos, os termos da aplicação dos Quadros de Ilha. Se bem se recordam, no debate então havido, questionamos a excessiva generalidade e vacuidade das normas que ele

incluía, mas, aprovado esse diploma, esta é, como disse, uma decorrência lógica da instituição dos quadros de ilha.

No entanto, olhando para o preâmbulo do diploma vemos expressões como “anuncia-se uma revolução na Administração Pública”, “afirma-se uma lei inovadora e criativa”, “inscreve-se tudo isto mesmo, no âmbito anunciado de uma nova geração de políticas”.

Enfim, pelas razões que já expus, parece-me, Sr. Vice-Presidente, manifestamente excessivo considerar esta proposta como uma revolução na Administração Pública. Nem sequer tal era suposto acontecer, porque é apenas, repito, uma decorrência lógica, aceitável, razoável, mesmo obrigatória da prévia instituição dos Quadros de Ilha.

Portanto, sem prejuízo de apreciarmos o diploma mais em pormenor, há dois vícios de forma ou de comunicação política que eu gostaria, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, de criticar, construtivamente, é claro desde já.

O primeiro, tem a ver com a necessidade, que pelos vistos envolveu a proposta, de a mesma ser apresentada como uma não especificada alternativa à aplicação de uma lei nacional, alegadamente mais penalizadora para os trabalhadores. Isso resulta, aliás, do próprio relatório da Comissão e, sinceramente, Sr. Vice-Presidente, acho-o desnecessário e despropositado. Creio que o governo podia assumir sem receio e com convicção esta proposta, quanto a este núcleo normativo, porque ela afirma-se por si própria. Não é necessário, de facto, deixar ameaças veladas, tal como aconteceu um pouco com a questão dos Quadros de Ilha, que também foram assombrados com o fantasma dos supranumerários.

Não é necessário e, mais que isso, é um elemento demagógico que convém expulsar definitivamente neste debate.

Este é apenas um comentário crítico que se reporta a um vício de forma ou de comunicação, se quiserem. É apenas isso.

O segundo, tem a ver com a excessiva ênfase da importância estrutural do diploma para a Administração Pública. A verdade é que isso também não era exigível, mas convenhamos que, em termos substantivos, não há, de facto, alterações

de monta à própria Lei Nacional, a Lei 23/2004, que aprova o Regime Jurídico do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, é um comentário também crítico a um vício de forma que revela a tendência, preocupante, de incluir nos preâmbulos dos diplomas meras declarações políticas, de natureza quase propagandística, o que nos parece desajustado e não valoriza o processo legislativo.

São, como disse, apenas vícios de forma ou tiques de comunicação política.

Mas se o preâmbulo peca por excesso na adjectivação dessas políticas, peca por defeito quando omite alterações que já nos parecem significativas, embora sejam aparentemente imperceptíveis e que têm a ver com duas questões que queremos sinalizar.

A primeira, no artigo 5º, a respeito do regime do contrato individual de trabalho na Administração Pública Regional que, suponho que todos estaremos de acordo, introduz apenas alterações de natureza procedimental, uma regra de correspondência em termos competenciais, mas tem uma diferença substancial que constitui, de facto, uma inovação em relação à Lei nº 23/2004. É que comete a competência para a celebração dos contratos de trabalho aos membros do Governo, ao contrário da Lei nacional que a mantém no âmbito da estrutura organizativa da Administração Pública, atribuindo-a, portanto, ao dirigente máximo do serviço.

Parece uma minudência, Sras. e Srs. Deputados, mas tem ou pode ter um significado político profundo. E por duas razões, essencialmente:

Por um lado, porque é uma solução contra corrente, contra o processo declarado de desburocratização e de desconcentração administrativa. Não nos parece fazer muito sentido que um membro do Governo se ocupe de actos menores como estes, que são actos claramente de gestão corrente.

Por outro lado, porque tem também um significado político, no sentido de que não promove a distinção fundamental entre Governo e Administração Pública. O Governo é só o órgão superior da Administração Pública, mas não se confunde com ela, enquanto estrutura operativa organizada em torno de princípios e de uma doutrina consolidada que a vocaciona para a prestação de bens e serviços públicos sujeitos à

Constituição e à Lei. Não é pois admissível que se enverede por caminhos em que se confunda, ou se potencie essa possibilidade, o interesse público do público e o interesse público do Governo Regional.

Eu não estou a afirmar que esta solução corresponde a um projecto de governamentalização da Administração Pública – quero já dizê-lo.

Eu não disse isso, Sr. Deputado. O que eu disse foi que conviria distinguir, em todas as soluções normativas que apresentamos, a Administração Pública, do órgão superior da Administração Pública, que são os Governos, e, para esse efeito, não ajuda nada pôr os membros do Governo a celebrar contratos de trabalhos, sinceramente.

É, aliás, como sabem, uma solução que não é acolhida na Lei Nacional. Portanto vem em contra-corrente relativamente à tendência nacional e a um processo de autonomização política, de independência, de estabilidade mesmo da própria Administração Pública como estrutura organizativa que está sujeita evidentemente à direcção e superintendência do Governo, mas que não se confunde com ele. Suponho até que todos estamos de acordo quanto ao princípio. Por isso é que não afirmo que há um processo de governamentalização da Administração Pública delineado por parte do Partido Socialista. Não afirmo isto e digo-o convictamente.

Até digo que se radica, aparentemente, numa convicção errónea de que é uma boa solução funcional.

Sr. Vice-Presidente, digo com toda a franqueza, admito que seja isso, mas se é, então podemos certamente corrigi-la. O PSD, neste sentido, apresenta uma proposta de alteração que na prática acolhe a solução da Lei Nacional e que nos parece que é um contributo leal e produtivo, preconiza a solução da Lei Nacional. Não vemos razões para ser ignorada e contribui para o consenso a que o Sr. Vice-Presidente apelou na sua intervenção. Mas o consenso, Sr. Vice-Presidente, tem dois sentidos. Espero que concorde comigo e sobretudo que o demonstre.

A segunda questão prende-se com a alteração, que não merece destaque no preâmbulo (estranhamento, deve dizer-se), ao próprio diploma que instituiu os quadros de ilha, o Decreto Legislativo Regional 49/2006. Isto não é referenciado no preâmbulo devendo sê-lo, uma vez que sai do tal núcleo essencial normativo deste

diploma. Afinal, o diploma não pretende só incluir nos Quadros de Ilha os trabalhadores da Administração Pública ao abrigo do contrato individual de trabalho. Também faz alterações, embora cirúrgicas, quer ao diploma dos Quadros de Ilha, quer ao da BEP Açores.

O da BEP Açores é meramente mecanicista, digamos assim. De facto, adita apenas os trabalhadores ao abrigo do contrato individual de trabalho aos funcionários públicos para aquele efeito. Não merece reparo nenhum.

O dos Quadros de Ilha já merece um reparo ou comentário crítico.

Como se recordará, na altura da discussão do diploma que instituiu os Quadros de Ilha (só reedito esta discussão, porque este diploma altera-o também), pronunciaram-se vários deputados, entre eles deputados do PSD e eu próprio, quanto ao que considerávamos ser uma norma excessivamente aberta no que se referia à exclusão de carreiras dos Quadros de Ilha.

Simultaneamente foi feita a pergunta por várias vezes ao Sr. Vice-Presidente, para efeitos de perceber as razões pelas quais as carreiras docente e não docente dos estabelecimentos de ensino, eram expressamente excluídas e só essas, já no artigo 2º desse diploma. A resposta na altura, do meu ponto de vista e com todo o respeito, não foi conclusiva. Em todo o caso o diploma foi assim aprovado.

Neste momento, escassos meses depois da aprovação do Decreto Legislativo Regional 49/2006/A, a verdade é que aquilo que parecia uma solução estribada no conhecimento profundo da Administração, que excluía expressamente aquelas carreiras e não outras, afinal já não é assim.

A nova formulação do artigo 2º acaba com essa exclusão automática e deixa ao Governo Regional a possibilidade de casuisticamente fazer a exclusão dessa ou de outras carreiras quaisquer, não introduzindo nenhum critério nem nenhum elenco de carreiras.

Por essa razão, e com os mesmos fundamentos, nós propomos, creio que coerentemente, alterações a este artigo, o artigo 9º da proposta, no sentido de se construírem critérios de exclusão de carreiras, os quais definem balizas, é verdade, mas que conferem ao Governo Regional um justo espaço de discricionariedade para depois decidir casuisticamente.

É uma proposta clara, não tem truques e é politicamente honesta. Também acho que não há razão para ser ignorada.

Propomos ainda uma alteração quanto à aprovação dos regulamentos internos, esta apenas preconizando a agilização procedimental por um lado, e, por outro lado, pensamos ter razão quando propomos a publicação desses regulamentos internos no Jornal Oficial e não na BEP Açores, porquanto nos parece não se enquadrar no âmbito, nem na natureza do próprio diploma que institui a BEP Açores.

Portanto, não está apenas em causa a integração nos Quadros de Ilha dos trabalhadores contratados ao abrigo do contrato individual de trabalho, como erroneamente parece resultar do preâmbulo da proposta. Nesse caso tudo seria pacífico.

Entendemos assim apresentar estas propostas de alteração dando um contributo claro para o aperfeiçoamento desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Esperamos, sinceramente, que desta vez a maioria socialista possa acolher as nossas propostas e a partir daí construir de forma consistente o consenso ansiado pelo Sr. Vice-Presidente e naturalmente também por nós, porque não temos nenhuma reserva especial quanto à questão da introdução do contrato individual de trabalho na Administração Pública. Pelo contrário, vemos até muitas virtualidades nessa iniciativa, desde que seja aplicada sem maximalismos e com a prudência requerida pelas especificidades da estrutura administrativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Agradeço os contributos dados para este debate pelas diversas bancadas parlamentares e há questões aqui que são perfeitamente de diferente interpretação e outros que são de uma discussão que pode eventualmente aperfeiçoar o próprio diploma.

Há uma matéria aqui que eu gostaria de comunicar qual é a posição do Governo.

Eu disse na minha intervenção, está no diploma e tem sido repetido várias vezes, que nós não temos qualquer problema em reafirmar que a Administração Pública da

Região, pela sua dimensão, não é de maneira nenhuma uma Administração Pública que careça de algumas medidas extraordinárias que estão a ser adaptadas a nível da Administração Central.

Já o referi na minha intervenção e reafirmo aqui que os 18.747 funcionários da Administração Pública Regional não são de maneira nenhuma excessivos para as funções que têm.

Evidentemente que existirão serviços onde poderá haver funcionários públicos a mais, noutros pode haver a menos e derivado precisamente pela existência anterior de um quadro que era inflexível ao nível da sua redistribuição dentro de um determinado limite geográfico, é possível, com a introdução de Quadros de Ilha e com esta gestão mais flexível, fazer esses ajustamentos internos nunca pondo em causa o número e nunca necessitando de medidas extraordinárias que estão a ser adaptadas no Continente, não porque nós sejamos menos rigorosos do que a República, mas porque temos única e exclusivamente uma realidade e uma dimensão na Administração Pública Regional que não constitui um peso excessivo na estrutura de despesa da Região.

É essa a razão. Afirmo e reafirmo.

Mas também por não termos essa dimensão excessiva é que existe precisamente actos, que no continente são delegados em directores e em responsáveis máximos de organismos, que aqui nos Açores não temos qualquer problema de dizer que, dada a nossa dimensão, devem ser assumidos por membros do Governo Regional, precisamente porque nenhum de nós tem medo do trabalho, mas não é esse o cerne da questão. O cerne da questão é que a nossa dimensão, a nossa proximidade, faz com que seja possível e compatível com a nossa actividade decidir sobre essas matérias, quer seja em Conselho do Governo no que concerne a regulamentos internos, quer seja no que concerne com os contratos individuais responsabilizando directamente os membros do Governo.

É uma questão que pode perfeitamente ser discutida, não é uma questão essencial, mas para nós assumimos que dada a nossa dimensão é uma forma prática e exequível de executar essas mesmas funcionalidades. Por isso sobre essa matéria tenho dúvidas.

Sobre a questão dos Quadros de Ilha integrarem ou não mais carreiras, a nossa posição é exactamente a mesma. Como sabe, e penso que já deve ter sido publicado, nós já aprovámos em Conselho de Governo, aliás na visita oficial à Ilha Graciosa, os Quadros de Ilha.

Portanto, também aqui não há nada a esconder. É tudo claro. Estão lá todas as carreiras, com excepção das carreiras docente e não docente e não é por uma situação de excepção, é porque a educação já se tinha antecipado a esta lógica criando os quadros únicos da área escolar. Portanto, nós não iríamos duplicar as situações.

Tendo em conta a especificidade própria do recrutamento e a base de gestão da carreira docente, e tendo em conta a existência anterior desses mesmos quadros, o que nós agora estamos a fazer é que toda a Administração Pública Regional passe a ter a mesma lógica de funcionamento em termos de quadro que já tinha a área da educação, nomeadamente no que concerne às escolas. Por isso é que não faz sentido integrá-las, pela sua especificidade.

De resto, posso assegurar que todas as outras carreiras, conforme podem ver pelo Decreto Regulamentar Regional já aprovado, estão integradas nos Quadros de Ilha.

Evidentemente que têm, dada a especificidade das carreiras, regras de mobilidade completamente diferentes. Uma pessoa que seja, de carreira, inspector na área do trabalho, não pode, não vai, nem nunca será afecto a uma Inspeção Regional das Pescas. Não pode.

Na especificidade da carreira, a sua própria especificidade enquadra em si a segurança e esse enquadramento que pretendia dar à situação. Portanto, não é necessário excluir essas carreiras específicas do Quadro de Ilha para defender a sua especificidade. A sua especificidade está defendida no seu conteúdo funcional, nas suas características. Portanto, penso que não devem estar, até por uma questão de transparência, por uma questão de conhecimento, inseridas nos Quadros de Ilha, mas é, como disse, uma opinião que não desmerece a opinião que transmitiu nesta Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

No fundo, estamos a fazer já o debate na especialidade, o que de certa forma alinhamos, se me permite a expressão, por uma questão de poupança de tempo.

Sr. Deputado Alberto Pereira, não querendo ser abusivo em relação a interpretações da sua última intervenção, eu registo a sua declaração de que o senhor considera que não há um projecto de governamentalização da Administração Pública. Isso é muito importante.

Como sabe, o seu líder partidário, há algum tempo atrás, proferiu declarações extremamente violentas em relação a situação perfeitamente contrária àquilo que referiu. Portanto, registamos com muito apreço essa questão.

Quanto às propostas que são aqui apresentadas, o Sr. Vice-Presidente já teve oportunidade de explicitar sobretudo as questões que referiu sobre as diferenças que existem no plano nacional e também em termos da Administração Regional. Essas diferenças são claras. Nós falámos nisso na Comissão. O senhor não faz parte da Comissão de Política Geral, mas gostaria de lhe dar essa informação.

Nós achamos, conforme eu disse na minha intervenção inicial que essas soluções são perfeitamente ajustadas. Aliás, basta ver aquilo que é dito pelos sindicatos.

Nesse aspecto, atendendo às propostas que os senhores propõem, é muito relevante os sindicatos terem dado o parecer que deram.

Também chamava a atenção para um aspecto que referi na minha intervenção inicial, mas que voltava a referir, que é, a nós, não nos choca absolutamente nada, antes pelo contrário, é um motivo de grande orgulho, termos soluções do ponto de vista técnico que representam afinações diferentes daquilo que foi adoptado a nível nacional.

Portanto, nesse sentido, nós não vemos qualquer problema.

Essas considerações significam, Sr. Deputado, que nós não estamos de acordo com essas alterações que o PSD apresenta. Percebemos a lógica, percebemos as suas críticas. Concedo que o senhor foi muito claro na sua argumentação, mas não colhem junto de nós pelas razões que eu tentei aqui sucintamente apresentar para além daquilo que foi dito pelo Sr. Vice-Presidente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu também percebi com clareza a argumentação de V. Exa., Sr. Deputado e do Sr. Vice-Presidente.

Não posso concordar com V. Exa., obviamente, porque considero que as razões e argumentos subjacentes às propostas de alteração do PSD são consistentes.

Portanto, se nós consideramos que aquelas propostas de alteração são essenciais para aperfeiçoar, significativamente esta proposta; se julgamos que da sua aprovação resultaria uma melhoria significativa da qualidade do diploma, obviamente que não podemos concordar com a contra-argumentação de Vs. Exas. nem com a previsível reprovação das mesmas pela maioria do PS. Aliás, permitam-me só que lhes diga que se não faltou ela clareza às declarações de V. Exas., faltou consistência aos argumentos expendidos, porque eu não ouvi, sinceramente, contra-argumentos minimamente consistentes e valiosos que pudessem permitir-me, com humildade democrática - o que faria com toda a certeza – deixar cair as nossas propostas de alteração, concluindo que, por esse facto, não resultaria prejudicado o sentido útil do diploma e os objectivos preconizados com essas alterações.

Ao contrário, fico até preocupado com uma declaração do Sr. Vice-Presidente, que em resposta à proposta de alteração ao artigo 5º referiu que “as especificidades da Região aconselham a que aqui haja uma concentração de competências nos membros do Governo”.

Peço desculpa, mas dizer que as especificidades da Região aconselham a uma organização da Administração Pública no sentido da concentração e não da desconcentração, no sentido da não delegação de competências, não me parece, de todo, ajustado. Pelo contrário, a própria estrutura organizativa da Administração Regional, também por estar dispersa, aconselha, para obter ganhos de eficiência, a mais delegação de poderes, a maior desconcentração administrativa e, contra isto, não é argumento sério, com o devido respeito, dizer que os membros do Governo gostam de trabalhar. Percebi que foi dito em tom irónico, mas até isso indicia que não o consideram um argumento consistente. Não é argumento sequer.

Portanto, não foram apresentados argumentos consistentes contra esta proposta nem contra a outra que se refere à alteração ao diploma que instituiu os quadros de ilha. Quanto a isso, devo dizer que não considero que seja um crime de lesa pátria. Não é isso que está em causa.

Agora, a verdade é que o Sr. Vice-presidente disse: “nós temos a mesma posição!” Mas não têm não, Sr. Vice-Presidente! Se tivessem a mesma posição, mantinham lá a exclusão das carreiras docente e não docente do ensino particular e já não mantêm. Portanto, antes achavam que havia razões para as excluir e haveria – eu não estou a fazer juízos de mérito sobre isso – só que nunca chegamos a saber quais eram. Agora consideram que já não há razões para a exclusão automática. Claro que pode haver uma exclusão, obviamente, mas agora só na base de um acto administrativo subsequente.

O único reparo que fazemos e que conduz à nossa proposta, que nos parece, sinceramente, que valorizaria o diploma, é apenas estabelecer critérios, relativamente genéricos até, que têm a ver, como disse, com a especialidade e especificidade das carreiras. É verdade que isso já decorre da própria natureza das carreiras, concedo-lhe isso.

Eu não estou à espera, nem tenho nenhum receio, que o Governo Regional vá pôr inspectores de trabalho a fazer de assistentes administrativos, ou vá fazer uma série de tropelias com carreiras especiais que são por natureza resistentes a certo tipo de mobilidade. Não estou à espera disso! Mas não vejo mal nenhum, uma vez que há porventura carreiras a excluir (e há muitas carreiras especiais na Administração como sabem, provavelmente em excesso até, mas isso é outra história que interessará discutir noutra sede) no estabelecimento de balizas e de critérios a que fica subordinada a acção do Governo Regional, a qual não resulta dificultada (longe disso!), pois a formulação proposta reconhece-lhe total legitimidade para decidir casuisticamente a exclusão de carreiras. Mantemos, deste modo, que é uma proposta correcta, construtiva e, sinceramente, eu não encontro justificação para o indeferimento liminar, passe a expressão, de todas as propostas de alteração do PSD. Por essa razão, e porque mantemos os argumentos apresentados, teremos que dizer que quanto ao núcleo considerado essencial da proposta que tem a ver com a

integração dos Quadros de Ilha do pessoal contratado ao abrigo do regime do contrato individual de trabalho, não temos nenhuma reserva, pelo contrário, tinha que ser feito. Ainda bem que é feito. É uma decorrência lógica.

Agora, há outros aspectos que reputamos de importantes e merecedores de alterações e aperfeiçoamentos e por isso teremos de, neste primeiro momento, abstermo-nos. Esperamos que na discussão na especialidade V. Exas. possam repensar essa primeira abordagem às nossas propostas de alteração e em função disso decidiremos a votação na especialidade e final global.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos fazer a primeira votação.

Na generalidade, os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos à especialidade.

Para os artigos 1º, 2º, 3º e 4º, não existem propostas de alteração.

Está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Para o artigo 5º existe uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma vez que, na discussão na generalidade, acabou por ser feita a crítica da solução da proposta de diploma e a defesa da solução preconizada na proposta de alteração em debate, não pretendo ser repetitivo a respeito deste artigo 5º. A proposta de alteração consiste assim na opção pela solução consagrada na Lei 23/2004, a lei nacional que regula o Regime jurídico do Contrato Individual de Trabalho na Administração Pública. Atribui competência para a celebração dos contratos de trabalho por tempo indeterminado ao dirigente máximo do serviço, com a obrigação, naturalmente, de comunicação aos membros do Governo Regional que tenham a seu cargo as finanças e a Administração Pública.

Os motivos subjacentes a esta proposta já foram explicados. Abstenho-me, por isso, de mais comentários.

Traduz-se em termos práticos na alteração dos nºs 3, 5 e 6 do artigo 5º da proposta de diploma.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta proposta de alteração, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 5º foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 5º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Para o artigo 6º temos de novo uma proposta de alteração apresentada pelo PSD.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como já explicado também, o artigo 6º refere-se aos regulamentos internos. A ideia é também subscrever e adoptar a solução da lei nacional.

Basicamente, pretende-se agilizar a aprovação dos regulamentos internos que são, aliás, por definição e por natureza, instrumentos a aplicar aos vários departamentos da Administração Pública e às empresas. Naturalmente que se reportam e são inspirados numa norma no Código do Trabalho.

Percebemos que possa haver regulamentos internos aplicáveis aos Quadros de Ilha, mas no essencial importa que eles sejam aprovados facilmente apenas pelo membro do Governo Regional que tutela o serviço e, sobretudo que sejam publicados no Jornal Oficial e não na BEP Açores, como consta da proposta, desde logo porque isso não se integra no âmbito, nem na natureza da BEP Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre esta proposta de alteração, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 6º foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do Deputado Independente, 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do CDS/PP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigos 7º, 8º e 9º.

Está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Não obstante a aprovação do artigo 9º tenha a ver com o diploma anterior e com os artigos 2º e 5º, eu vou por à votação estes dois artigos.

Portanto, temos uma proposta de alteração do PSD para o artigo 2º, do Decreto Legislativo Regional 49/2006/A.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Pereira.

Deputado Alberto Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta de alteração refere-se ao artigo 9º da proposta, a qual altera o artigo 2º do Decreto Legislativo Regional 49/2006/A, que institui os Quadros de Ilha.

A proposta consiste na criação de critérios que presidem à decisão casuística da exclusão de carreiras nos quadros de ilha.

Pelas razões expostas, parece-nos vantajoso e mais correcto (até numa perspectiva técnico-jurídica) criar poderes vinculados ao Governo Regional, mas não prejudicando o necessário espaço de discricionariedade que reconhecemos que deve ter um processo administrativo deste tipo.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, houve claramente um equívoco da minha parte.

Portanto, ficou prejudicada esta proposta de alteração pela aprovação anterior.

Eu espero que os Srs. Deputados do PSD compreendam isso.

Vou repetir a votação para o artigo 9º para dar a possibilidade ao PSD de manifestar o seu sentido de voto.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao artigo 9º foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do CDS/PP e 1 voto a favor do Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 18 votos contra do PSD e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Artigo 10º. Entrada em vigor.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do Deputado Independente e 18 votos contra do PSD.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão de Política Geral, para redacção final.

Passamos para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece o regime de mobilidade dos funcionários e agentes da Administração Regional Autónoma.”**

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional já foi devidamente debatida no dia 9 deste mês em sede de Comissão nesta Assembleia, e reuniu na altura o consenso

de todos os partidos aqui representados assim como do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública que emitiram parecer sobre a mesma.

Parece-me claro que o consenso só foi possível porque esta é, de facto, uma boa proposta que se aplica integralmente à nossa realidade arquipelágica.

Ao contrário, mais uma vez, da lei estabelecida pela Administração Central, este Decreto Legislativo Regional protege os nossos funcionários, que, e é bom que se repita mais uma vez fazendo apelo à referência feita há pouco, de modo algum são em excesso.

Não há nos Açores excedentários e esta é uma realidade que tem que ser constantemente recordada.

Este diploma surge no âmbito de uma nova filosofia de gestão integrada de recursos humanos que tem vindo a ser implementada por este Governo, das quais importa destacar, por exemplo, o Decreto Legislativo Regional 49/2006, há pouco referido, que aprovou os Quadros Regionais de Ilha, e o Decreto Legislativo Regional 50/2006, que aprovou e estabeleceu o funcionamento da Bolsa de Emprego Pública, medidas que têm que ser necessariamente referidas para que a análise do presente diploma não fique descontextualizada da sua realidade.

Com o Decreto Legislativo Regional que estabelece o regime de mobilidade de agentes da Administração Regional Autónoma, privilegia-se o recursos à afectação de pessoal em função das necessidades efectivas dos diversos serviços e organismos sedeados numa determinada ilha, sendo que os demais instrumentos de mobilidade previstos no presente diploma tem efectivamente uma utilização meramente subsidiária e residual, tendo em conta que a mesma só se verificará entre Quadros Regionais de Ilha.

O que se verifica na nossa administração é que não há funcionários a mais, há sim serviços que devido às alterações orgânicas e tecnológicas têm recursos humanos desaproveitados e simultaneamente há serviços que têm também, devido a algumas alterações, inevitáveis em qualquer sociedade, carência de funcionários, surgindo por isso uma necessidade efectiva de mobilidade e de adequação dos recursos humanos onde fazem mais falta, mas todos, todos, sem excepção, fazem falta e são

indispensáveis ao bom funcionamento da Administração Pública na Região Autónoma dos Açores.

Este diploma, a par dos já criados no âmbito da Administração Regional visa satisfazer serviços e funcionários recorrendo à mobilidade como meio de reajustamento estando ainda prevista a possibilidade dos funcionários da nossa Administração poderem candidatar-se aos concursos internos gerais para lugar de ingresso ou de acesso e mistos nos quadros de pessoal da Administração Local e vice-versa.

A mobilidade estabelecida neste decreto pode fazer-se por transferência, permuta, requisição, destacamento, afectação de pessoal, cedência especial e afectação em centrais de serviços, medidas que carecem de autorização prévia do membro do Governo que tem a seu cargo as Finanças e a Administração Pública, sempre que a mobilidade seja efectuada em Quadro de Ilha.

Além de ser possível aos serviços que têm falta de recursos humanos recorrerem a este diploma, a mobilidade pode ainda ser feita a pedido do próprio funcionário, nomeadamente através da BEP Açores. Ou seja, algum funcionário que por razões pessoais queira mudar de serviço, do local de trabalho ou até de ilha, pode fazê-lo sem ter que se candidatar a um concurso específico como até agora acontecia, basta apenas que haja no serviço que o funcionário pretenda disponibilidade para o acolher, podendo ainda o próprio trabalhador recorrer à permuta conforme estabelecido no presente diploma.

As formas que têm vindo a ser implementadas correspondem à concretização do compromisso assumido no plano regional de promoção da qualidade dos serviços públicos, uma meta que já começa a dar frutos e que estão a descobrir, em qualquer uma das medidas já aprovadas, o bem-estar dos nossos recursos humanos.

A Administração Regional é feita por pessoas e para as pessoas e aqui é importante salientar que os cidadãos, quer os que trabalham na nossa Administração, quer os que por ela são servidos, são indispensáveis ao funcionamento harmonioso de toda a sociedade, sendo encaradas como recursos humanos e não como uma mera mão-de-obra.

Queremos que quem trabalhe nos Açores se sinta feliz e tenha disponibilidade para aproveitar o que de melhor temos nas nossas ilhas, havendo sempre lugar para a satisfação pessoal a qual passa sobretudo pela sua qualidade de vida e de trabalho.

Além deste aspecto essencial em qualquer cidadão, é nossa ambição a qualificação dos nossos recursos, porque só assim conseguiremos ter níveis de produtividade satisfatórios e aproveitar em todas as ilhas o mesmo nível de qualidade e de eficiência.

É também nesse sentido que queremos que os nossos funcionários fiquem motivados porque só assim conseguiremos todos juntos, com o mesmo objectivo, chegar a bom termo.

É para isso que trabalhamos e é com instrumentos como o presente diploma que agora apresentamos que o iremos conseguir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

(*) **Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional vem na sequência de um conjunto de diplomas que se inserem numa geração de novas políticas, tal como foi dito (o Decreto Legislativo Regional 49 e o 50/2006/A).

Em sede de Comissão, como disse o Sr. Vice-Presidente anteriormente, afirmou-se que este diploma não vem trazer problemas na Região, porque não existem quadros de excedentes, o que seria uma situação penalizadora na Administração.

Refere-se ainda que esta legislação vem fazer uma reorganização de recursos humanos na Administração Pública, também a criação de centrais de serviços em áreas, como por exemplo o processamento de salários.

Foram também ouvidos os sindicatos, como já foi dito, que não se manifestaram contra e, por último, refere-se que procede à revogação do Decreto Legislativo Regional 16/97/A, de 27 de Julho, com o aparecimento deste diploma.

Por essas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dará o seu voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo tem por fim adoptar um regime de mobilidade pessoal, aprovado por um Decreto-Lei relativo à Administração Regional Autónoma dos Açores.

É, portanto, um quadro legislativo para gerir os recursos humanos da Administração Pública da Região.

Tem como finalidade a mobilidade intra-Administração Regional mas também com as figuras da mobilidade geral e exclui instrumentos de mobilidade especial, ou seja, aquelas que originam situações de supranumerário em resultado de extinção, fusão, reestruturação e racionalização dos serviços. Outra finalidade ainda é que estabelece as formas de mobilidade entre a Administração Central e Local e a Administração Regional Autónoma dos Açores.

Porque parte do princípio de que os quadros da Administração Pública da Região Autónoma dos Açores não são excedentários, mas podem ser melhor geridos, o PSD está de acordo. Impõe-se uma modernização da Administração e uma inteligente e eficaz gestão dos recursos humanos no quadro global da Administração Regional que é competente e que justifica por isso uma homenagem do Parlamento quanto aos seus funcionários públicos, que precisam de ser melhor geridos e melhor administrados. Este é o desafio de quem tem a responsabilidade de gerir a Administração Pública Regional.

Este quadro legislativo há-de permitir e criteriosamente avaliaremos no futuro a gestão dos nossos recursos humanos.

A não aplicação à Administração Regional dos Açores das figuras de mobilidade especial insere-se nesta lógica de que não há funcionários a mais na Região e de que a sua racionalização da gestão se fará através dos quadros de pessoal de ilha constantes do Decreto Legislativo aprovado aqui em 2006.

Também neste quadro há coerência entre o quadro legal que se apresentou neste processo. Por isso não mereceu da nossa parte, da parte do Partido Social Democrata, discordância, embora seja sempre possível (e este é o desafio que o PSD lança) assegurar mais eficiência nesta gestão e mais ousadia no quadro legal a propor, razão

pela qual fundamentamos as nossas propostas de alteração ao diploma anteriormente discutido e votado.

No entanto, gostaria de deixar duas notas críticas ou de necessidade de esclarecimento. Uma tem a ver com o nº 6 do artigo 4º, que procede de forma incompleta à definição dos instrumentos de mobilidade a utilizar na Administração Central e Administração Regional Autónoma.

Na verdade, continua a haver um impedimento de congelamento de mobilidade entre a Administração Regional Autónoma decidir unilateralmente pela Administração Central.

Propomos agora, por via de Decreto Legislativo Regional que se assegure esta mobilidade, matéria, aliás que já se discutiu aqui aquando da aprovação do Estatuto da Carreira Docente.

É preciso conhecer e reconhecer que expectativas podem ter os funcionários da Administração Regional Autónoma quanto a esta mobilidade entre Administração Regional e Central.

Ela está prevista num Decreto-Lei entretanto congelado na sua aplicação.

É prevista agora num Decreto Legislativo e será, novamente, assegurada na proposta de revisão estatutária do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores que amanhã debateremos e aprovaremos.

Resta saber que compromissos efectivos há que assegurar na efectividade desta mobilidade entre a Administração Regional Autónoma e a Administração Central, visto que para já, de forma unilateral, esta mobilidade está congelada por iniciativa do Governo da República.

É, portanto, um desafio legislativo que aqui se propõe. No entanto, é de duvidosa eficácia que eu gostava de ver aclarado por parte do Sr. Vice-Presidente do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu aproveito para agradecer a questão colocada e, inclusivamente a sua pertinência objectiva.

Nós, como referiu o nº 6 do artigo 4º, vimos claramente a possibilidade do desenvolvimento dos mecanismos de mobilidade entre a Administração Regional e a Administração Central.

Evidentemente como referiu, houve aqui um processo e há, do ponto de vista legislativo nacional, de congelamento, mas permita-me que clarifique essa situação. Congelamento, apenas num sentido, porque o Decreto Legislativo Regional que aprovou o Orçamento de 2007 e o Decreto Legislativo Regional que foi hoje entregue nesta Assembleia, em relação ao Orçamento de 2008, define claramente que é possível o processo de mobilidade de funcionários da Administração Central para a Administração Regional, desde que tenha um despacho conjunto do Sr. Presidente do Governo e do Membro do Governo com tutela na área da Administração Pública e das Finanças.

Ou seja, nós exercemos nesta matéria, e não retirando nada exactamente ao que disse e às suas preocupações, a nossa competência efectiva de permitir e de aplicar, em termos práticos, com essas condicionantes, esta norma no que concerne às possibilidades de mobilidade de funcionários da Administração Central que queiram exercer a sua actividade na Administração Regional e que pela sua especificidade e qualidade, mesmo que sejam devidamente integrados, depois da avaliação e de despacho conjunto do Sr. Presidente do Governo e dos Srs. Membros do Governo que tenham tutela na parte da Administração Pública.

Por isso nós exercemos efectivamente e criámos, a ser anualmente analisado e revisto, esta possibilidade de mobilidade mas naquela que temos a competência absoluta que é permitir que funcionários da Administração Central possam exercer a sua actividade na Administração Regional. É uma parte da questão que está resolvida por via do nosso exercício de competências, o que também não deixa de dever ser equacionado na globalidade que referiu. Era apenas uma achega importante, porque uma parte da questão está neste momento resolvida e em funcionamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço a disponibilidade do Sr. Vice-Presidente para o esclarecimento prestado e anuncio que o Grupo Parlamentar do PSD votará favoravelmente o diploma.

Neste momento, gostaria de deixar registado que pela parte do PSD fica o desafio, e da nossa parte também o empenho, para que haja um princípio de reciprocidade e um esforço político de acerto com o Governo da República e com a Administração Central de modo a que se possa assegurar também a mobilidade da Administração Regional para a Administração Central.

No passado e até há poucos anos, era possível um funcionário público da Administração Regional, pelos instrumentos adequados de mobilidade, transferir-se para a Administração Central.

Esta exigência de reciprocidade tem equidade e faz sentido relativamente à unidade do ordenamento jurídico nacional e, desde logo, à responsabilidade do Estado perante a generalidade das Administrações Públicas do País.

Portanto, fica pela nossa parte este desafio e também o nosso empenho para que fique assegurada, em negociações com o Governo da República, este dever de reciprocidade, porque assegura uma boa compatibilização entre a Administração Regional Autónoma e a Administração Central.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer a primeira votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso pôr à votação na especialidade todos os artigos.

Parecendo haver consenso, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam na especialidade com os artigos do presente diploma, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Clélio Meneses pede a palavra para...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, é para, nos termos regimentais, pedir um intervalo de 30 minutos.

Presidente: Está concedido.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 45 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos prosseguir os nossos trabalhos com o **Projecto de Resolução – “Propõe a realização, pela Comissão de Assuntos Sociais, do diagnóstico da real situação na RAA ao nível da maternidade na adolescência, e recomenda ao Governo Regional a efectiva aplicação do DLR N.º 18/2000/A, que determina a adopção de medidas no âmbito do Planeamento Familiar e da Educação Afectivo-Sexual”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado mês de Maio o Grupo Parlamentar do PSD apresentou nesta Câmara um Projecto de Resolução com o objectivo de propor a realização, pela Comissão dos Assuntos Sociais, do diagnóstico da real situação na Região Autónoma dos Açores ao nível da maternidade na adolescência, e recomendar ao Governo Regional a efectiva aplicação do Decreto Legislativo Regional 18/2000/A que determina a adopção de medidas no âmbito do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual.

Mais do que o poder de iniciativa, que assiste aos Grupos Parlamentares, esteve na base de tal proposta um objectivo muito mais profundo, de preocupação e responsabilidade, perante a constatação do elevado número de casos de gravidez na adolescência e perante a verificação real da parcial aplicação do Decreto Legislativo Regional nº 18/2000/A, aprovado há sete anos nesta Assembleia.

O objectivo daquele diploma era claro. Pretendeu reforçar a nível regional a superior importância de tal temática, reconhecendo que era necessário facilitar a aplicação do vasto complexo legal existente. E, assim, definia um conjunto de “orientações específicas dirigidas à Administração Regional para a efectiva concretização dos objectivos de informação, formação e implementação do planeamento familiar e da educação afectivo-sexual”.

Passados sete anos, sobre a aprovação de tal legislação, não podemos considerar que o objectivo tenha sido atingido.

Passados sete anos, sobre a sua aprovação, muito daquilo que ficou previsto nunca chegou a ser implementado.

Passados sete anos, a situação dos Açores não evoluiu no que concerne às exigências de planeamento familiar e da educação afectivo-sexual.

Passados sete anos, a Região Autónoma dos Açores continua a apresentar das mais altas taxas de maternidade na adolescência do país.

Passados sete anos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esqueceu o que defendeu. Esqueceu a importância de tal temática. Esquece que não basta produzir legislação, que é essencial saber se e como é aplicada.

Esqueceu que aquando da aprovação deste diploma, congratulou-se afirmando: “ (...) esta Assembleia ao aprovar hoje, Junho de 2000, este diploma está a legislar dentro do espírito mais nobre que deve mover o exercício das suas funções que é a promoção da pessoa no que diz respeito à sua essência de ser.”

Parece não interessar saber se estas palavras foram levadas com o vento ou se, por outro lado, estão efectivamente a dar frutos.

Mais uma vez, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esconde-se na concha. Torna-se autista perante as evidências. Finge que está tudo bem!

E as mais diversas desculpas podem dar, mas não convencerão ninguém.

Quando não se tem argumentos tudo serve para desviar as atenções.

Podem preocupar-se com significados e construções linguísticas. Nós preocupamo-nos com a falta de consultas específicas de planeamento familiar nos centros de saúde.

Podem achar incompatível a realização de um estudo na Comissão dos Assuntos Sociais para identificação das causas dos elevados casos de gravidez na adolescência. Propuseram à última da hora algo diferente. Esperaram pelo dia da votação para o fazer. Ainda bem! O que nos preocupa é a essência da questão não o acessório.

A nós preocupa-nos o facto do Senhor Secretário dos Assuntos Sociais não saber exactamente qual o número de casos da gravidez na adolescência.

Em comissão foram apresentados números díspares relativamente aos apresentados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores. Por exemplo, o Senhor Secretário apresentou 175 casos no ano 2005. Quando na realidade foram 321.

E apesar dos números revelarem que 321 adolescentes foram mães no ano de 2005, foram seguramente mais as adolescentes grávidas nos Açores nesse mesmo período.

A nós, preocupa-nos as respostas que os utentes – adolescentes ou não - vão recebendo ao tentarem aceder a uma consulta específica de planeamento familiar.

Em quase todos os casos a primeira pergunta é: “tem médico de família?”

Apenas um centro de saúde afirma ter consultas específicas de planeamento familiar, independentemente da idade e independentemente do utente ter ou não médico de família.

Um centro responde ter consultas específicas de planeamento familiar apenas para menores de 18 anos; encaminhando os restantes casos para o seu médico de família;

Nos restantes centros de saúde encaminham genericamente os utentes para o respectivo médico de família ou para a privada.

Não se pode deixar que ninguém, seja adolescente ou não, perante um pedido de consulta de planeamento familiar, desligue o telefone sem uma resposta concreta.

A situação a nível país é semelhante. E como que por coincidência a Deco apresentou um estudo, em Junho, sobre o acesso dos jovens às consultas de planeamento familiar. Os resultados foram desastrosos. É pena que não tenham vindo aos Açores,

porque teríamos tirado a teima de alguns senhores que acham que está tudo muito bem.

Na Região Autónoma dos Açores, existem cerca de 80.000 Açorianos sem médico de família.

Os utentes que não têm acesso a médico de família têm três alternativas possíveis, conforme respostas dos centros e unidades de saúde: inscrevem-se e ficam à espera do tal médico de família que há-de vir; solicitam aos enfermeiros, do serviço materno-infantil, meios de contraceção gratuita ou dirigem-se à medicina privada.

Resultado: a maioria dos utentes acaba por não ter acesso a consultas de planeamento familiar, ao contrário daquilo que consagra a Constituição da República Portuguesa e a demais legislação aplicável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A educação sexual nas escolas dos Açores ainda não se concretizou com o alcance que efectivamente deve ter...

Deputado Nuno Amaral (PS): Já existe na escola do Nordeste há 6 ou 7 anos!

A Oradora: ... no processo de formação pessoal, apesar de escolas e famílias reconhecerem a importância da educação sexual na vida das crianças e dos adolescentes. Verifica-se que as escolas e os professores necessitam de um posterior acompanhamento e apoio técnico para passarem a um envolvimento activo em programas de educação sexual.

Não basta planos em papel, para dizer que tudo está a ser feito. Planos que na maioria das vezes não são cumpridos por falta de tempo e coordenação.

Não serão de extrema importância a criação de gabinetes técnicos de atendimento de jovens na área do planeamento familiar e sexualidade, quer seja nos centros de informação juvenil, nos centros de saúde ou até nas escolas, como a própria legislação determina? Pelos vistos não!

A gravidez na adolescência é um facto que não pode ser ignorado. E perante isto o que fazem? Praticamente nada. Enterram a cabeça na areia e fingem que tudo está a ser feito.

É preciso prevenir as gravidezes indesejadas, as doenças sexualmente transmissíveis.

E como é que isso se faz? O que falta então?

A aplicação na íntegra da legislação existente que aponta os caminhos a percorrer.

Nomeadamente:

- Consultas específicas de Planeamento familiar, que possam verdadeiramente atender individualmente às diversas problemáticas em causa. Desde os direitos sexuais e reprodutivos até aos rastreios e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, passando pela detecção e orientação nos casos de infertilidade;
 - Divulgação permanente dos locais, horários e regime de funcionamento das respectivas consultas;
 - Aconselhamento, através da promoção de uma linha telefónica directa e gratuita;
 - Criação de Gabinetes de apoio nas escolas, compostos por equipas multidisciplinares em articulação com as estruturas de saúde da área e divulgação dos horários de atendimentos.
 - Implementação de uma verdadeira educação para a promoção da saúde, nas escolas.
- Nem tão pouco foi presente à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores qualquer relatório sobre a aplicação do quadro legal vigente na Região relativo a esta temática, como consagra o diploma em causa.

A dignidade da vida humana exige que sejam criadas condições para a valorização do papel de pais e filhos, no sentido de ser promovida a natalidade e protegida a maternidade e a paternidade.

Todos sabemos que a maternidade na adolescência é dramática, que as consequências são o insucesso ou abandono escolar, a baixa escolaridade, as más condições sócio-económicas, ou a interrupção voluntária da gravidez.

Mas, não!

Não é necessário nada fazer, porque apregoam que tudo está a ser feito.

Sentem-se bem perante as evidências?

Não se esqueçam que além dos privilegiados e daqueles que são esclarecidos, quanto a estas temáticas, e que têm, com certeza, conhecidos ou amigos que a qualquer altura lhes deitam a mão e condições financeiras para pagar uma consulta privada.

Lá fora há muitos e muitos açorianos que não têm acesso facilitado, nem condições económicas que lhes permitam pagar essa mesma consulta privada.

Nós conhecemos a realidade. Testámos essa mesma realidade e percebemos que passados todos estes anos muito há a fazer.

Continuem, na vossa redoma, intocáveis, fingindo que nada se passa.

Disse.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A dada altura de um processo legislativo, quer se trate do Decreto Legislativo Regional ou Resolução, importa pegar nas peças fragmentadas e colocá-las no seu devido lugar, tal como se de um puzzle se tratasse. É o que eu pretendo fazer com esta intervenção a propósito do Projecto de Resolução do PSD, agora em debate, e que visa recomendar a realização de um estudo pela Comissão de Assuntos Sociais e ao Governo a afectiva aplicação do Decreto Legislativo Regional 18/2000/A, porque conforme se pode ler a dada altura na exposição de motivos e aqui veementemente reafirmado, e passo a citar: “Passados 7 anos os Açores não evoluiu como podia, em matéria de planeamento familiar e educação afectivo-sexual.”

Sra. Deputada Carla Bretão:

Não poderíamos estar mais de acordo com o grau de evolução, mas já não podemos concordar com o tempo referido.

Quando se fala em 7 anos, eu gostaria de relembrar a esta câmara que se passaram 23 anos desde o dia 24 de Março de 1984, data da Lei 3/84, em que o Estado se afirma como garante fundamental da educação sexual enquanto componente fundamental da educação e 31 anos sobre a data que o Dr. Albino Aroso, enquanto Secretário de Estado da Saúde, criou as consultas de planeamento familiar, e passo a citar: “determinando que todas as actividades de planeamento familiar fossem integradas na valência de saúde materno-infantil em todos os centros de saúde”.

Com o apontar destas datas, somente quero dizer que se nos Açores se tivesse começado a intervir nestas áreas de tão diversas matizes sócio-culturais, desde essa altura, e nesta complexidade sócio-cultural, com certeza estaríamos hoje num patamar mais elevado de respostas e de resultados, porque ao contrário do que o PSD quer fazer crer, não se trata de matéria nova nascida há meia dúzia de anos.

Também é necessário relembrar que foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que reconhecendo a importância e o alcance para a saúde das mulheres, das crianças, dos casais e dos jovens açorianos, das questões relacionadas com a sexualidade e o planeamento familiar, tomou a iniciativa de propor legislação regional no intuito de reforçar a prossecução dessas políticas na Região.

Assim, a 19 de Fevereiro de 1998, e no contexto do debate a nível nacional da interrupção voluntária da gravidez, em que o planeamento familiar foi colocado no seu centro enquanto único método de prevenção, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista anuncia essa intenção concretizada em Junho, com entrada nesta Assembleia do Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Planeamento Familiar”.

Sobe a plenário a 23 de Setembro e, pasme-se, Sras. e Srs. Deputados, o projecto de diploma que tinha tido parecer favorável, por unanimidade, em sede de Comissão, é rejeitado com 23 votos contra do PSD e 3 votos do CDS/PP.

No fervor do seu argumentário de *volte face* o PSD anuncia que iria apresentar um projecto e, esse sim, um verdadeiro projecto.

Chegada à Sessão Legislativa de 2000 (estávamos a falar de 98), sem que a anunciada iniciativa do PSD fosse cumprida (lembro que o PSD e o PP juntos tinham maioria absoluta) o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta a 19 de Janeiro um novo Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Planeamento Familiar e Educação Sexual”, introduzindo um capítulo novo relativo à Lei nº 120/99, de 11 de Agosto, que veio reforçar as questões do planeamento familiar e educação sexual.

Tendo baixado à Comissão, cuja presidência pertencia ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entendeu-se que devia ser promovido um debate mais alargado.

Extravasando para comunidade educativa e sociedade em geral, promoveu, nesse mês de Abril, um colóquio com a participação de uma conferencista versada na matéria, a Prof. Dra. Manuela Sampaio, com as juventudes partidárias dos partidos com

representação parlamentar, a Associação de Planeamento da Família Nacional e Regional e a Direcção Regional da Educação.

Pressionado por toda esta ambiência, finalmente a 4 de Maio de 2000 dá entrada o Projecto de Decreto Legislativo Regional do PSD – “Planeamento Familiar e Educação para a Afectividade e Sexualidade”.

Perante os dois diplomas com o mesmo objecto, o mesmo enquadramento, inclusive alguns preceitos enunciados de forma semelhante à invocada no anterior debate como uma das razões de rejeição do Projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e estando os dois projectos disponíveis para efectuar o trabalho técnico e político a nível de Comissão, foi efectuado um texto de substituição resultante de uma vontade política do Grupo Parlamentar do Partido Socialista de levar por diante a iniciativa legislativa que se propusera em 1998.

A 6 de Julho de 2000 é aprovado por unanimidade o Projecto de Decreto Legislativo Regional – “Planeamento Familiar e Educação Afectivo-Sexual”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Publicado o Decreto Legislativo Regional, as escolas da Região deram início a experiências na área da educação afectivo-sexual. Algumas muito incipientes e descontínuas, outras mais consistentes e outras ainda com projectos bem estruturados e com continuidade.

Não tem sido linear tal tarefa por variados factores de ordem sócio-cultural das comunidades educativas autoras e interventoras, originando por vezes reacções que levavam a escola a retroceder.

Nós próprios, tivemos no seio desta Câmara um exemplo de um Deputado, pai, que se levantou contra o projecto da escola do seu filho.

Entretanto, tal como qualquer outra sociedade neste novo século e neste mundo global, a sociedade açoriana sofre transformações rápidas por força dos diferentes paradigmas que enformam o mundo actual.

É neste contexto que a mobilização do país e da Região no debate sobre a interrupção voluntária da gravidez no início deste ano, levou à tomada de consciência mais aprofundada da importância das questões relacionadas com a sexualidade e o seu impacto na vida das pessoas.

Assim, tal como tivemos a iniciativa do CDS/PP, temos hoje, aqui e agora, um PSD a reclamar mais cumprimento do Decreto Legislativo Regional.

Este facto é motivo de regozijo...

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Então vão votar a favor!

A Oradora: ... porque vem corroborar a importância e o empenho que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo têm tido na prossecução de políticas relacionadas com estas matérias.

Veja-se a melhoria dos números de consultas de planeamento familiar nos Centros de Saúde e nos hospitais, a disponibilidade de anticonceptivos nas unidades de saúde para distribuição gratuita, mesmo que a consulta tenha sido feita no sector privado, a colaboração dos centros de saúde, nomeadamente através das Sras. e Srs. Enfermeiros com as escolas, nos gabinetes de apoio ou intervenções mais específicas no âmbito dos projectos de educação afectivo-sexual.

Veja-se o quadro nº 4 do IV Inquérito Nacional de Saúde, relativo à proporção da população feminina, em percentagem, que utiliza o método contraceptivo, em que a população da Região Autónoma dos Açores e do Continente têm a mesma percentagem (é uma diferença e 56.5 para 56.4).

Refiro que este inquérito não exclui (por isso as percentagens são diferentes de outros estudos) casos de gravidez, infertilidade, menopausa e inactividade sexual, mas quero referir que 56.5 utiliza no continente e nos Açores 56.4. É de referir ainda que nas idades entre 15 e 19, no Continente 19.8 utilizam métodos e nos Açores 25.6.

Gostaria também de referir, como eu venho falando, nas modificações, nas mudanças.

Veja-se o número de casos de gravidez na adolescência.

Relembro que estamos a falar de um grupo etário até aos 19 anos e que do ponto de vista sócio-cultural, nos Açores e em muitas regiões, a partir nomeadamente dos 17 aos 19 anos, a gravidez não é uma “disrupção” no projecto de vida, mas ainda é um projecto de vida com um casamento perfeitamente inserido na sociedade. É preciso trabalhar estas coisas, mas não são questões lineares.

Como eu referia, de qualquer forma o número de gravidezes na adolescência tem vindo a descer, descida lenta, com oscilações, mas efectiva. Senão, vejamos (números do INE):

Em 5 anos, de 96 a 2006, tivemos 1912 gravidezes. Nos 5 anos seguintes, de 2001 a 2005, 1658, menos 253, correspondendo a uma variação de menos 13.23.

Veja no site da Direcção Regional da Educação a Circular 27/07, com orientações claras, Sra. Deputada Carla Bretão. Lá, verá a obrigatoriedade (já não estamos na fase da experimentação) das escolas elaborarem um projecto de educação afectivo-sexual e toda a vasta informação de apoio pedagógico para que elas possam efectuar esse projecto. Todas as unidades orgânicas tinham até 30 de Setembro de enviar o projecto para a DRE. Mais. Tinha que ter um coordenador e tinha que responder sobre a sua durabilidade anual ou plurianual.

Esse projecto será alvo de um relatório no fim do ano lectivo e alvo de avaliação pela DRE e será feito o *feed-back* à escola.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É verdade que muito há para continuar a realizar, a avaliar, a corrigir, a inovar e ouvir a oposição, tal como foi feito a propósito do Projecto de Resolução de iniciativa do CDS/PP sobre essas matérias, que com as alterações propostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi aprovado por esta Câmara na sessão legislativa passada.

Por essa razão o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que o Projecto de Resolução do PSD agora em debate está fora de tempo. Não tem, por isso, cabimento do ponto de vista material, já que em relação ao estudo proposto somos de opinião que isso deve ser palavra de especialistas e não de uma Comissão Parlamentar.

Assim, e pelas razões expostas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não encontra razões para aprovar o Projecto de Resolução do PSD agora em debate.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Carla Bretão, fazendo eco de uma acusação que já é normal no Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata acusa o Grupo Parlamentar do Partido Socialista de autista. Sra. Deputada, eu tenho que lhe dizer que quem exhibe sintomas de autismo é a senhora.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

A Oradora: A senhora, naquela tribuna, convencida da sua omnisciência, incongruente com sintomas autistas, convencida do seu quadro de referência e que esse quadro de referência é comum a toda a gente, acha que sabe o que é que nós pensamos, o que é que nós achamos, o que é que nós vamos dizer, até sabe onde é que nós estaríamos 7 anos após a aprovação do Decreto Legislativo Regional 18/2000, se não tivessem sido tomadas as medidas que entretanto foram tomadas. Eu também gostaria que outras medidas tivessem sido tomadas e acho necessário que muitas outras sejam tomadas.

São estes os sintomas de autismo e de omnisciência...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Autismo não bate muito certo!

A Oradora: ... que eu verifiquei na intervenção da tribuna e desafio o Sr. Deputado a contestar esses sintomas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Autismo não bate muito certo!

A Oradora: Menos certo baterá ainda com aquilo que o senhor acabou de ouvir da Deputada Fernanda Mendes e vai ouvir a seguir se mim se tiver paciência para prestar atenção.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Com certeza!

A Oradora: A gravidez na adolescência, mesmo que desejada (a Sra. Deputada Carla Bretão assume que a gravidez na adolescência é indesejada, e não é) é um fenómeno que para nós, Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é de grande relevância e merece a nossa atenção pelo impacto que tem no percurso e perspectivas de vida das mães adolescentes e dos seus filhos.

É um fenómeno relevante para a sociedade açoriana, mas também para a sociedade nacional, europeia e para a sociedade mundial.

Dispomos hoje de dados de organizações internacionais, como seja a Organização Mundial de Saúde e a UNICEF, de entidades nacionais como sejam o Instituto

Nacional de Estatística e a Associação para o planeamento da família, de entidades regionais, como por exemplo, o Serviço Regional de Estatística, que nos permitem confrontar estas diferentes realidades.

A conclusão a que se chega é que a gravidez na adolescência não é específica dos Açores, nem assume nos Açores traços de particular relevância ou alarmantes como a Sra. Deputada quis aqui fazer parecer, nem tão pouco é exclusivo de sociedades menos desenvolvidas ou de países em vias de desenvolvimento.

De acordo com o relatório da Organização Mundial de Saúde de 2007, e cito:

“A gravidez na adolescência é comum a muitos países. Entre os anos de 1995 e 2000, 14 milhões de jovens mulheres com idades compreendidas entre os 15 os 19, deram à luz em cada ano e não se pense que este é um fenómeno exclusivo de países da América Latina, de países da Ásia ou da África. Nos países desenvolvidos, os índices de fertilidade na adolescência variam muito. Nós verificamos índices de 4,6% no Japão, é verdade, mas também verificamos de 30,1 no Reino Unido e na Irlanda do Norte, que muitas vezes são apontados como países modelo, nomeadamente em termos de políticas de educação, e verificamos taxas de 48,7 nos Estados Unidos.”

Eu não estou a referir estes dados para dizer que temos uma situação positiva, Sra. Deputada.

Deputada Carla Bretão (PSD): É o que parece!

A Oradora: Não parece. Parece é que mais uma vez a senhora tira conclusões precipitadas e pensa que sabe o que é que eu vou dizer ou o que penso.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É previsível! Já sabemos o fim da novela!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Chumbaram na Comissão antes do debate!

A Oradora: O senhor já viu o fim da novela? Depois não quer que eu diga que tem sintomas!

Deputado Nuno Amaral (PS): Estão a precisar de uma vida nova, mas é lá fora!

A Oradora: “Importa referir que em 2005 a taxa de fecundidade na adolescência em Portugal, era 19 por 1000 e nos Açores era 35,4”. É verdade, Sra. Deputada, nos Açores era 35,4 e eu não vou esconder. Não é um número que me agrada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ah!!! Mas vão chumbar!

A Oradora: A Sra. Deputada Fernanda Mendes já explicou por que é que vamos chumbar e a seguir eu vou explicar outra vez. Tenha paciência, Sr. Deputado.

Eu não me importo de lhe explicar outra vez por que é que nós vamos chumbar. Nós explicamos em Comissão, a Sra. Deputada Fernanda Mendes acabou de explicar e daqui a bocadinho eu vou explicar-lhe outra vez.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está mal, mas vão chumbar!

A Oradora: O que está mal é a vossa proposta, por isso vamos chumbar!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas diga porquê!

A Oradora: Já lhe disse. Nós explicamos em Comissão, a Deputada Fernanda Mendes acabou de explicar e se o senhor tiver um bocadinho de paciência...

Deputado Clélio Meneses (PSD): É um bocadinho difícil!

A Oradora: ... e me deixar chegar ao fim da minha intervenção eu vou explicar mais uma vez.

Em 2006 a taxa portuguesa era de 17 e a dos Açores era de 31,6.

Num ano, passámos de uma taxa de 35,4 para uma taxa de 31,6.

Não aponto estes números para indicar satisfação com os indicadores. Acho que temos que continuar a desenvolver esforços ou mesmo repensar a nossa actuação.

Temos, no entanto, de ter consciência de que a gravidez na adolescência ocorre em todas as sociedades, com consideráveis variações a magnitude e consequências entre diferentes países e regiões, sendo que em todos os casos envolve uma variedade de fenómenos sócio-económicos e culturais muito complexos.

Se queremos prevenir a gravidez na adolescência temos que ter um melhor entendimento das adolescentes que hoje estão grávidas, um melhor entendimento nestas diferentes vertentes, entender melhor o que não surtiu os resultados esperados e porquê. É isso que nós queremos e não é isso que a vossa proposta propõe e é por isso que vamos chumbar a vossa proposta.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: A Organização Mundial de Saúde alerta ainda para o facto de que a situação e necessidades de adolescentes que engravidam são muito variáveis, em função da idade, do estado civil, consoante a gravidez tenha sido desejada ou não, condições económicas, sociais, nível de escolaridade, contexto cultural e alerta

também para o facto de que as intervenções que venham a ser tomadas para prevenir a gravidez têm que ser igualmente variáveis e flexíveis para se adequarem a estas realidades distintas.

Sabemos de forma empírica que a sociedade açoriana sofreu nas últimas décadas alterações significativas nestas várias vertentes, ao nível cultural, educativo, social, até mesmo ao nível religioso.

Nós temos que reconhecer a importância da família e das experiências formadoras da personalidade e da identidade que decorrem no seu seio, assim como as influências culturais, históricas e até religiosas que interferem nesse desenvolvimento.

Temos que procurar entender a lógica e os significados desses valores e dessas práticas. É isso que o estudo da gravidez na adolescência tem que fazer, sobretudo nas localidades onde existe maior incidência de gravidez. Não é pegar nas estatísticas, não é telefonar para os centros de saúde, é analisar os contextos sócio-económico, cultural e até religioso, familiar das jovens que engravidam hoje.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso é uma proposta de alteração ao projecto?

A Oradora: Não é uma proposta de alteração ao projecto. O senhor já sabe que deu entrada nesta mesa um projecto alternativo que propõe aquilo que nós achamos que deve ser feito.

A adolescente na construção da sua identidade psico-sexual confirma a sua feminilidade, tendo como modelo feminino mais próximo, muitas vezes, a mãe, e a duplicação de padrões como forma de lidar com o seu corpo, com a sua sexualidade.

Se tivermos em conta que muitas das adolescentes que engravidam duplicam um padrão de vida, um padrão de sexualidade, um padrão de feminilidade que já viveram na sua família de origem, perceberemos que nem sempre a gravidez na adolescência é indesejada.

Nós temos que reconhecer que a gravidez na adolescência confronta o meu padrão, talvez o seu padrão, talvez o padrão de normalidade que nós desejávamos para a totalidade dos Açores, que é uma maternidade controlada, uma entrada mais tardia na maternidade, uma escolarização prolongada e uma maternidade dentro do casamento,

mas não sejamos mais uma vez autistas. Não é esse o padrão de normalidade da totalidade da nossa sociedade.

Para algumas pessoas na sociedade açoriana, casar com 17, com 18 anos é um padrão de normalidade.

Nós temos ainda que ter em conta que a adopção de contracepção confere à sexualidade uma dissociação da procriação que continua a não ser assumida por muitos açorianos.

É verdade que o envolvimento da família é muito importante. Mas como é que nós podemos esperar que os pais ajudem os filhos a planear um início de vida sexual segura, quando os próprios pais continuam a pensar, e de alguma forma a transmitir aos seus filhos, que esta vida sexual fora do casamento é pecado ou é ilícita?

O Projecto de Resolução que está agora em discussão propõe a realização de um estudo, pela Comissão de Assuntos Sociais.

Nós queremos que seja feito este estudo, mas não pela Comissão de Assuntos Sociais.

Nós queremos que seja feito este estudo por uma equipa multidisciplinar que saiba o que é que está a fazer, que fundamente o seu trabalho de forma científica...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os Deputados não sabem o que é que estão a fazer?

A Oradora: A Comissão de Assuntos Sociais não está preparada, não tem os elementos para fazer o estudo que nós queremos fazer. Para fazer o estudo que os senhores querem, a Comissão está preparada, mas não é esse o estudo que queremos.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Os Deputados não sabem o que é que estão aqui a fazer!

A Oradora: Não foi isso que eu disse. Talvez o senhor ache que não sabe o que é que está aqui a fazer, mas isso é outro problema.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu sei o que é que estou a fazer. A senhora é que não sabe o que é que está a dizer, por isso é que está tão nervosa.

A Oradora: Nós partilhamos a preocupação da gravidez na adolescência. O que nós não concordamos é com as medidas que estão propostas. Não concordamos que o estudo seja feito pela Comissão de Assuntos Sociais, porque queremos um estudo

com outro rigor científico e porque queremos um estudo com outra profundidade. Muito menos podemos concordar que na mesma altura em que se encomenda o estudo se diga também quais são as conclusões a que esse estudo vai chegar, porque é isso que o vosso Projecto de Resolução faz.

Em simultâneo diz que deve ser feito o estudo que “recomenda o reforço da informação, da formação, da implementação...”. Não. Nós queremos que o estudo seja isento, que estudo detecte as causas, que faça um diagnóstico e que com base nessa realidade proponha as intervenções adequadas. Não vamos, à partida, apontar quais são essas intervenções.

Em relação ao segundo ponto, a Deputada Fernanda Mendes já teve oportunidade de referir por que é que nós não iremos aprovar. Eu relembriaria apenas o Projecto de Resolução que nós aprovámos há poucos meses nesta casa que prevê precisamente o reforço de todas as medidas previstas no Decreto Legislativo Regional 18/2000.

Deputados Catarina Furtado e Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Ouvi com muita atenção a intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão e ouvi o que aqui foi dito.

Como já disse a Deputada Fernanda Mendes, aliás, muito bem, esta questão do planeamento familiar e da educação sexual, remonta a 1984 e, curiosamente, de uma proposta conjunta do PS e do PSD na Assembleia da República.

Depois, foram feitas várias iniciativas nessa matéria. Em 98 foi feito um Despacho do Ministério da Saúde sobre a mesma matéria; também em 98, um Despacho Normativo; em 96 na Lei de Bases do Sistema Educativo, lá está como área de formação pessoal e social a educação sexual nas escolas; da Secretaria Regional da Educação, mais precisamente da Direcção Regional da Educação, se não me falha a memória, há um documento sobre essa matéria.

Portanto, já há muita legislação sobre isso.

Sobre a gravidez na adolescência, em 93, em Portugal a taxa era de 11,3%. Em 99, era 6,3%. Caiu para metade de 93 para 99.

Fico muito satisfeito, Sra. Deputada, da OMS ser um organismo credível ao Grupo Parlamentar do PS. Vejo com satisfação que também se socorrem, quando é necessário, da Organização Mundial de Saúde

Vamos agora ao Projecto de Resolução em si, que me parece extemporâneo, totalmente extemporâneo, nos seus propósitos, na sua apresentação, no seu timing. É uma “gravidez” que não vai chegar a termo, acho eu.

Porque o Decreto Legislativo 18/2000 já prevê uma série de coisas.

Nós apresentamos no plenário de Junho, e foi votado a favor, um Projecto de Resolução do CDS/PP. Com muita dificuldade, com uma oposição, às vezes incompreensível por parte do PSD na altura.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O PSD votou a favor!

O Orador: Posso ler-lhe as suas declarações.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já agora gostava!

O Orador: A sua primeira intervenção a intenção de voto é de abstenção e apresentava os motivos que justificava e depois acabou por votar a favor.

Não vou recordar aqui tudo o que se passou antes da aprovação deste projecto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Em momento nenhum!

O Orador: Nós conhecemos o que diz o Decreto Legislativo Regional 18/2000. O que é que nós propusemos no nosso Projecto de Resolução?

“Reforçar a educação sexual nas escolas” (reforçar porque ela já estava prevista); promover (aumentar) “a educação sexual em todas as instituições de natureza social e a formação adequada dos responsáveis pelo trabalho com jovens”; e, mais abrangente do que isto, “criar condições para a existência e manutenção do maior número de consultas regulares e informação e de planeamento familiar dos centros de saúde”, (aumentar, porque já estava previsto). Propusemos ainda “criar condições para a maior divulgação, promoção e facilitação do acesso em condições de garantia de confidencialidade dos meios contraceptivos.”

Tudo isto nós propusemos!

Tudo isto foi aprovado!

Tudo isto se quer repetir!

Não me parece que seja necessário agora.

O que é necessário agora é dar seguimento ao 18/2000 e reforçar com as medidas que nós propusemos.

Quanto ao outro objecto do Projecto de Resolução do PSD, antecipadamente peço que a Comissão de Assuntos Sociais não se ofenda com aquilo que eu vou dizer, mas não me parece e julgo que todos facilmente me entenderão, que tenham os meios, a capacidade de fazer um estudo técnico, altamente técnico, como é este da gravidez da adolescência.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Porquê?

O Orador: Sr. Deputado, acalme-se um bocadinho. Tome qualquer coisa! Faça qualquer coisa!

Não foi nada que os senhores não tivessem feito no passado. O projecto conjunto é vosso. Enfim... Ainda ontem assistimos aqui a um voto conjunto entre o PS e o PSD. Quando os senhores fazem está tudo muito bem feito. Eu tenho a liberdade de fazer aquilo que quero e entendo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Com certeza!

O Orador: Ah! Com certeza! Então vamos lá ver se nos entendamos nessas matérias.

Sr. Deputado, eu estou a falar e o senhor está consecutivamente a interromper, consecutivamente a mandar a sua boca brejeira ou lateral. Eu devo dizer-lhe que, apesar de não ouvir muito bem do ouvido esquerdo, ainda vou conseguindo ouvir alguma coisa, porque se eu ouvisse tudo, a coisa ia-se complicar mais um bocadinho. Portanto, recomendo-lhe calma, serenidade, ouça até ao fim.

O senhor faz a política que o seu partido entende que deve fazer e todos sabemos que a está fazendo, e eu faço a política que o meu partido entende que deve fazer. Ponto final, parágrafo. Não há discussão para ver se nos entendemos nesta matéria.

Este Projecto de Resolução não é minimamente útil neste momento, não tem utilidade nenhuma para a sociedade. O que devemos fazer é procurar servir a sociedade e não os interesses partidários para fazer brilharetas. É isso que nós

queremos, é servir os açorianos. É essa a nossa postura e não fazer aqui demagogias, muitas vezes baratas, como já ouvi ainda hoje.

Da parte do CDS/PP, esse Projecto claramente, clarissimamente, não merece o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para deixar algumas notas que me parecem pertinentes sobre a matéria em discussão. Como já foi profusamente demonstrado, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera este Projecto de Resolução simultaneamente inoportuno e inútil pelas razões expandidas.

Em primeiro lugar, porque aborda uma matéria, como já foi dito, que foi muito recentemente (em Junho deste ano) aprovada nesta casa e que no seu primeiro ponto recomenda que se faça o que esta Assembleia aprovou e já disse que se fizesse.

Em segundo lugar, porque propõe a realização pela Comissão dos Assuntos Sociais de um estudo de análise da situação da gravidez na adolescência, extravasando, em muito, as competências que esta Comissão tem e a capacidade técnica de estudar uma matéria desta importância.

Obviamente o desajustamento entre a necessidade efectiva de se conhecer melhor, de se perceber os contornos desta questão, os motivos e as causas subjacentes à gravidez na adolescência, e a indicação de que essa deveria ser feita pelas CAS, penso que ficou claramente expresso nas audições que a Comissão teve oportunidade de fazer, porquanto inclusivamente representantes da Ordem dos Enfermeiros, da Ordem dos Médicos tiveram oportunidade de dizer que não consideravam, apesar de entenderem como pertinente o estudo da situação, que a Comissão tivesse hipótese, possibilidade e capacidade de desenvolver esse estudo. Portanto, a existir esse estudo, nunca deveria ser feito pela Comissão.

Como também já foi profusamente demonstrado e dito por deputados antes de mim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem um património extensíssimo, como ficou patente nas palavras da Deputada Fernanda Mendes, em matéria de

preocupação de planeamento familiar, em matéria de educação sexual, especificamente.

Quem não tem esse património tão vasto é o PSD. Obviamente, que agora passa a ter interesses francamente de esquerda e vemos um desvio por um partido de direita com preocupações muito à esquerda. Aliás, este ziguezague é interessante de se analisar do ponto de vista da evolução do próprio entendimento do Grupo Parlamentar do PSD.

Recordemos que em 2001, o Deputado Costa Pereira, ilustre colega desta Assembleia, proferiu uma intervenção sobre esta matéria em que questionava a própria pertinência de se ter uma disciplina, autónoma, de educação sexual nas escolas.

Aquilo que nós vemos é que, de questionar em 2001 (há 6 anos, portanto) a pertinência da existência dessa disciplina, se evoluiu muito, se evoluiu imenso e hoje considera-se não só importante como até se deve reforçar a implementação dessa disciplina.

Portanto, saudamos, embora havendo um ziguezague, este grande avanço do ponto de vista do pensamento do PSD.

Curioso será vermos, como há pouco se comentava, que a história se repete, que efectivamente a história repete-se e há coisas que são curiosas e fabulosas de se registar.

No fundo, aquilo que aqui assistimos por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, é a apresentação de um projecto que, ao contrário do que diz a célebre frase, “não é uma ideia boa, nem é uma ideia original”, porque um projecto de semelhante natureza que foi apresentado e aprovado na Assembleia da República em Março deste ano, mas curiosamente pelo Bloco de Esquerda e não pelo PSD.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço a vasta lição de entendimento da matéria e de estatísticas que aqui foi feita, mas o que nos interessa realmente são os factos.

Os factos vão contra toda essa história e toda essa demagogia que aqui foi apresentada.

Eu não tenho médico de família e por isso não tenho acesso a uma consulta de planeamento familiar em Angra do Heroísmo e em quase todos os outros centros de saúde da Região. Como eu, há cerca de 80 mil açorianos que estão na mesma situação.

Por isso, o que nós pretendemos e o que quisemos aqui trazer foi uma proposta no sentido de que as medidas que foram aprovadas nesta Assembleia, que pretendiam reconhecer a necessidade de compilar a legislação existente e criar para a região um diploma único, abrisse um caminho para que fosse facilitada a questão do planeamento familiar.

A nossa intenção realmente era de que recomendássemos, neste momento, ao Governo que esse diploma fosse efectivamente cumprido, porque muito está por fazer.

Relativamente ao estudo e ao argumentário que foi aqui levantado pelas várias Sras. Deputadas de que a Comissão não tem capacidade, de que a Comissão não tem saber para fazer esse tipo de estudo, eu sinceramente acho que ela não quer é trabalhar.

(Risos da Deputada Nélia Amaral)

Deputada Catarina Furtado (PS): Virou-se o feitiço contra o feiticeiro!

A Oradora: Lembro que na anterior legislatura foram aprovadas duas propostas de Resolução apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PCP que propunham exactamente fazer dois estudos:

Um no âmbito da toxicodependência;

O outro, no âmbito da leptospirose.

Nesse sentido gostaria de relembrar o que foi dito nessa altura pelos Srs. Deputados e os elogios que foram feitos ao relatório emanado da Comissão, porque pelos vistos neste momento esqueceram.

Relativamente ao relatório da toxicodependência foi dito por um dos Srs. Deputados que este relatório seria, e cito, “um contributo válido para os Deputados e sociedade

em geral” e por isso mesmo iriam aprovar a Proposta de Resolução e o estudo iria ser realizado pela Comissão de Assuntos Sociais.

No outro caso, no caso da leptospirose, afirmavam que, e cito, “entendiam que tal proposta tinha cabimento no quadro da situação que se vivia para o caso da leptospirose. De facto concordamos que é necessário formar uma equipa de trabalho, nomeadamente composta por técnicos que percebam do assunto e possam, através do seu parecer, contribuir para o combate mais eficaz a esta situação que nos preocupa a todos”.

Bom, pelos vistos a questão da gravidez na adolescência não vos preocupa assim tanto.

Penso que é verdadeiramente lamentável a postura do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta matéria e apenas demonstra mais uma vez que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apenas vota contra por ser uma proposta do PSD. Mais uma vez deixam claro a importância que atribuem aos Açores e à vida dos açorianos.

Deputados Clélio Meneses e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Assumem mais uma vez uma postura politqueira quando à última hora se apresenta uma contraproposta para esvaziar a já apresentada, quando a proposta esteve 5 meses em Comissão, quando foi relatada há um mês e ainda têm o desplante de pedir urgência e dispensa de exame em Comissão.

É realmente uma postura que não dignifica em nada esta Assembleia, não dignifica o trabalho dos Srs. Deputados e por isso mesmo parece que basta haver legislação, mesmo que não seja cumprida, porque têm a consciência tranquila. Está feita. Mesmo que não seja cumprida, paciência!

Penso que relativamente a esta situação nada mais há a dizer, porque factos são factos e o que se passa lá fora e o que é na realidade apreensível é que nós não conseguimos uma consulta de planeamento familiar num Centro de Saúde.

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputada Nélia Amaral.

(*) **Deputada Nélia Amaral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Começaria por si para lhe dizer que da minha parte (não vou falar pela Comissão, mas vou falar enquanto membro da Comissão de Assuntos Sociais) não me ofende absolutamente nada aquilo que o senhor disse, da comissão não ter competência e saber para realizar o estudo, porque eu partilho dessa percepção. Aliás foi isso que tentei dizer na minha intervenção inicial.

Partilho dessa percepção porque acho que ao contrário daquilo que a Deputada Carla Bretão referiu aqui, não foram dois (fez mal o seu trabalho de casa), foram três. Foi a leptospirose, foi a toxicodependência e foi a doença Machado Joseph. Não foram dois. Seja precisa. Já que a senhora fez o seu trabalho de investigação seja precisa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A leptospirose pode ser! A gravidez não!

A Oradora: A senhora esqueceu-se de fazer uma análise qualitativa do ponto em que a Região se encontra em relação à toxicodependência, dos dados estatísticos que nós temos disponíveis que, aparentemente, para a senhora não retratam os factos, uma vez que a senhora diz que agradece as estatísticas, mas o que lhe interessa são os factos. A senhora já teve a explicação do que aconteceu com os dados que foram levados...

Deputada Carla Bretão (PSD): Eu não tive!

A Oradora: Não teve? Então peça ao Sr. Secretário que talvez ele lhe explique.

Deputada Carla Bretão (PSD): O Sr. Secretário não sabe quais são os números!

A Oradora: Esse trabalho que a Comissão de Assuntos Sociais podia fazer está feito. Os dados que a Comissão podia colher estão disponíveis. Tanto estão disponíveis para mim como estão para a senhora.

É preciso dar o passo seguinte e esse passo seguinte precisa de ser feito com rigor científico. Embora a Comissão possa eventualmente integrar elementos que tenham esse conhecimento, não é na qualidade de deputado que o devem fazer. É a minha percepção.

A senhora fala novamente nos médicos de família.

É verdade que nem todos os açorianos têm médicos de família, mas também é verdade que a consulta de planeamento familiar não depende exclusivamente de médico.

Deputado Osório Silva (PS): Muito bem!

Deputado Clélio Meneses (PSD): O centro de saúde é que manda para o médico!

A Oradora: Nem devia. Eu diria mais. Na minha opinião, se calhar o médico é o elemento mais dispensável da consulta de planeamento familiar.

Hoje, dispomos de recursos em praticamente todos os concelhos, de recursos médicos, de recursos de enfermagem, de recursos de psicologia, de recursos de técnicos de serviço social.

Estas adolescentes que engravidam hoje não recorrem aos centros de saúde, não recorrem aos médicos e temos que chegar a estas adolescentes por outras vias, Sra. Deputada. É esta a minha convicção.

A senhora diz que a Comissão de Assuntos Sociais não quer trabalhar. Eu gostaria de saber se essa apreciação é extensível aos Deputados do PSD que integram a Comissão de Assuntos Sociais?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Carla Bretão (PSD): O vosso Grupo Parlamentar é que vai votar contra. Não venha com demagogias, Sra. Deputada!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Carla Bretão:

A primeira coisa que tenho a dizer-lhe é que a infantilidade devia pagar imposto. Vir para aqui dizer que a Comissão de Assuntos Sociais não quer trabalhar é, no mínimo, ridículo.

A questão e a comparação que a Sra. Deputada fez com a outra legislatura e com os outros estudos não tem nenhuma relação, porque precisamente nesta matéria nós não estamos na fase em que estávamos nas outras duas matérias estudadas na anterior legislatura. Estamos noutra contexto.

As causas, a envolvência, os dados, os números que era aquilo que a Comissão podia colher, já o tem. Não precisa voltar a colher ou então andamos aqui a brincar às escondidas só porque os senhores querem marcar pontos políticos. Nem pensar nisso. Nós não alinhámos nessa demagogia.

A nossa posição aqui é outra, Sra. Deputada e como lhe disse não vamos nesta cantiga. Repito: o vosso Projecto de Resolução é inútil e inoportuno, porque vem na esteira de um apresentado pelo PP e que foi aqui aprovado por unanimidade em Junho.

Nós não andamos aqui a repetir, a aprovar o que já aprovámos.

Já dissemos que no diploma 18/2000 há aspectos que poderiam ser melhor aplicados. É verdade sim senhor. Vamos reforçar esse apoio mediante aquilo que aprovámos um Junho.

Agora, estar aqui a fingir que afinal há um problema que se mantém e que por isso temos que aprovar dizendo o que já dissemos antes, isso é infantil, ridículo, demagogia política pura e nós não vamos por aí.

Aquilo que do nosso ponto de vista deve ressaltar deste debate é o seguinte:

Nós temos um caso concreto que tem uma importância política. Por essa razão o Grupo Parlamentar do PS já apresentou um Projecto de Resolução que subirá amanhã que põe o enfoque nesta matéria, que é uma matéria importante.

Os números não baixaram. É verdade que não aumentaram, mas não atingiram ou não estão a caminho de uma melhoria que seja para nós significativa. É um problema. Reconhecemo-lo.

Queremos e achamos que há pertinência neste estudo, mas vir para aqui com esta brincadeira de fingir que estamos aqui a aprovar só porque é do PSD, nós não entramos nessa, porque é exactamente igual àquilo que foi aprovado em Junho e apresentado pelo PP. Nós não vamos por aí.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tem sido por mais que uma vez enquadrado, no aqui e agora, o Projecto de Resolução do PSD e a razão pela qual não deve ser nem vai ser aprovado. Eu gostaria só de lembrar uma questão muito importante:

De facto, nós não estamos no mesmo patamar de evolução nestas matérias, como até estávamos há 7 anos. Em relação aos 31 anos que eu referi e aos 7 anos, a evolução da nossa sociedade e das comunidades educativas tem sido enorme, porque é todo um contexto de globalização, de informação, de uma sociedade do conhecimento que faz com que as sociedades tenham mutações muito mais rápidas do que aquelas que aconteciam no passado. Esta é uma realidade.

Por essa razão, até alguns conteúdos que estão no Projecto de Decreto Legislativo Regional de 2000, hoje, com a experiência que nós temos no terreno, demonstram, por exemplo, que vai ser muito mais útil os Gabinetes de Atendimento estarem nas escolas, com a obrigatoriedade de todas as escolas terem o seu projecto (aquelas que tiveram projectos em continuidade tiveram um enorme sucesso), terem um psicólogo, a coordenadora do projecto e os enfermeiros do centro de saúde para apoio e informação. A escola, é o local mais adequado para chegar aos jovens no que diz respeito às questões do planeamento familiar, do que uma consulta para adolescentes nos nossos centros de saúde, dada a nossa característica de sermos populações pequenas e todos se conhecerem.

A experiência no terreno vem demonstrar que este caminho é o que melhor chega à nossa população alvo.

Portanto, nestes projectos de educação afectivo-sexual das escolas vai ser fundamental a existência desses gabinetes, até porque os senhores enfermeiros, o coordenador do projecto e o psicólogo da escola (não podemos esquecer que todas as escolas têm um psicólogo) fazem a ponte com o próprio centro de saúde.

Gostaria também de referir que com o aumento do número de enfermeiros na nossa Região e com a formação que um grande grupo deles tem em saúde materna, planeamento familiar e até em educação sexual, aquela componente das consultas de planeamento familiar que sendo feitas no âmbito da consulta de saúde materna, em que não havia a componente fundamental de ensino, passa a existir. Já há uma série de centros de saúde que têm enfermeiros disponíveis que fazem esta componente, ou seja, individualizam a consulta de planeamento familiar por força da vertente do ensino. Era essa uma meta fundamental quando se implementaram as consultas de planeamento familiar em todo o país. Posso dizer isto porque todo o trabalho que se

efectuou, desde 78 até 84, onde eu participei activamente (na Zona Centro do país, onde era médica), foi um trabalho continuado de formação a diversos níveis sobre estas matérias. É um trabalho lento, progressivo, mas que tem os seus efeitos.

Portanto, quando eu dizia que se nós tivéssemos começado cedo, hoje, estaríamos noutra patamar, também é verdade que mesmo sem esse facto, hoje, estamos noutra patamar, não tão avançado, mas estamos. Temos evoluído.

Gostaria de referir, ainda, que em Janeiro de 2007, tendo sido inquirido aos centros de saúde o que é que eles estavam a fazer no cumprimento do Decreto Legislativo Regional, podemos ficar com uma ideia de que todos eles fazem consultas de planeamento familiar no âmbito da consulta de saúde materna, um tinha uma valência à parte, e temos uma coisa muito importante, que é a consulta de enfermagem de aconselhamento, informação sexual e saúde reprodutiva, quer no centro de saúde, quer no apoio e colaboração com as escolas.

Isto é só para dizer que estamos no bom caminho.

Mais uma vez refiro que há muito a fazer, mas que estamos no bom caminho.

Querer demonstrar que a situação é negra nos Açores, não é correcto.

O Projecto de Resolução do PSD perdeu a validade só porque no processo legislativo o PSD, tal como em 98, dizia que o ia fazer e só em 2000 foi empurrado a fazê-lo, aqui também sucedeu o mesmo.

É só agora em Outubro, quando já temos um Projecto de Resolução aprovado que contém essas matérias. Não dignifica esta Assembleia estar a aprovar resoluções com a mesma matéria. Dá a ideia de que não há mais assuntos para legislar ou outros temas para esta Assembleia se debruçar.

Uma última nota, uma nota positiva. Todos os aportes que venham a favor da implementação destas matérias na nossa sociedade são importantes. Não há dúvidas, mas também não nos podemos propor e aceitar executar tarefas para as quais, neste patamar, não temos competência. Temos que ser realistas.

No que diz respeito ao trabalho proposto pelo PSD temos que ser muito claros. É importante agora para se avançar deste patamar de conhecimento ter um estudo feito por técnicos, por gente que saiba da matéria, porque os trabalhos efectuados pelas comissões são sempre muito restritos. Têm uma determinada dimensão e uma

determinada profundidade. É assim mesmo. A Assembleia pede pareceres a técnicos para realizar o trabalho. Neste caso, em vez de ser uma despesa da Assembleia, é uma despesa do governo, porque vai-se recomendar ao Governo que execute essa tarefa.

Se fosse a Assembleia a propor um estudo a técnicos, seria a Assembleia a custear.

Como é uma recomendação ao Governo, é o Governo que deve custear esse estudo.

Nós queremos mais. Queremos um conhecimento mais profundo, por isso queremos que o estudo seja feito por pessoas competentes na matéria principalmente no âmbito da sociologia, quer os ligados à saúde, quer conhecimentos ligados à educação.

Presidente: Srs. Deputados, tenho ainda mais duas inscrições para este debate. Entendam o que eu vou dizer agora, por favor. Sem prejuízo do debate e da liberdade absoluta de debaterem isto, eu lembro que este debate não se esgota hoje, porque para amanhã já entrou outra proposta sobre a mesma matéria. Portanto, amanhã vamos voltar a ter outro debate sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Clélio Meneses, pessoa por quem tenho a maior estima e apreço pessoal, quando pôs em causa aquilo que eu tinha dito.

Quando eu disse que se absteve, eu tenho aqui cópia do diário e o senhor disse no início do debate “obviamente que o PSD vai abster-se”. Quando começou o debate disse “nesta medida vamos abster-nos”.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas votámos favoravelmente!

O Orador: Depois votaram favoravelmente como disse há pouco e V. Exa. disse que eu estava a dizer mal. Eu disse bem. No início abstiveram-se, no fim votaram favoravelmente. Foi isto que disse há pouco e o Sr. Deputado achava que não estava a ser correcto. Portanto, está aqui a correcção feita para ver que sou rigoroso nas minhas afirmações.

Depois, para reforçar aqui um aspecto que me parece importante. É que o médico de família nestas questões de planeamento familiar e por uma questão de gestão racional de recursos, deve ser o último elo da cadeia. Depois de ter passado pelas enfermeiras

de saúde materna que existem nos nossos centros de saúde, nessa especialidade, pelos sociólogos, pelos assistentes sociais, pelos psicólogos que fazem bom trabalho nessa matéria e têm-no feito, o médico deve ser o último elo da cadeia. Acho que isso é consensual. Toda a gente concorda, até porque nós, no nosso Projecto de Resolução que foi aqui aprovado, introduzimos uma coisa que nos pareceu importante, que era promover a educação sexual não só nas escolas mas em todas as instituições de natureza social, como por exemplo os escuteiros, um óptimo habitat para promover essas coisas.

Introduzimos também a formação adequada dos responsáveis com o trabalho dos jovens e quem deve dar essa formação são os psicólogos, os sociólogos e os assistentes sociais, eventualmente, que possam fazer isto.

Portanto, há primeiro um trabalho de base e de campo a fazer, de promoção, de divulgação, de alerta, etc. e que deve ser feito por toda essa gente, no máximo de instituições possíveis (lembrei-me agora dos escuteiros, mas naturalmente hão-de haver outras associações de jovens), para começar a dar frutos.

Devemos, porque não temos abundância, reservar o médico de família para o elo final desta cadeia e sobre este debate, Sr. Presidente, não faço conta de intervir mais.

Muito obrigado. Acato a sua recomendação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Propositadamente fiquei para o fim porque o meu esclarecimento não é relevante para o debate que está feito. Mas, por uma questão de princípio, não podia deixar de esclarecer a Sra. Deputada Cláudia Cardoso que não foi capaz de fazer a sua intervenção sem invocar, para justificar determinadas posições, aquilo que tinha sido uma intervenção minha sobre este assunto no plenário em 2001.

É importante esclarecer esta câmara que a forma e o contexto em que foi abordada a minha intervenção em nada adianta para aquilo que está aqui em causa.

De facto, aquilo que eu trouxe, na essência, em 2001, foi o exemplo, na minha opinião negativo, da forma como estavam a ser ministrados os conteúdos da disciplina de educação sexual numa escola desta ilha.

Trouxe esse caso aqui como exemplo da forma como essa disciplina não devia ser abordada, sobretudo porque os conteúdos que estavam a ser ministrados eram inadequados, em absoluto, à idade das crianças a quem se dirigiam essas aulas. Foi isso a essência da minha intervenção.

Na sequência desse mau exemplo eu afirmei - e continuo a afirmar hoje (aliás, o entendimento é partilhado pela Sra. Deputada Fernanda Mendes que ainda há pouco deixou aqui a mesma ideia) - que entendo que mais importante do que uma disciplina de educação sexual, em sentido formal, é disponibilizar aos alunos gabinetes de aconselhamento onde eles de forma particular e com toda a privacidade, possam colocar os seus problemas e receber os necessários e individualizados esclarecimentos. Não vejo o que é que isto tem de polémico, nem sequer vejo o que é que isto adianta para o debate que se está aqui a ter.

A verdade deve ser dita, a verdade deve ser reposta e lamento que se tenha procurado distorcer estes factos para os adaptar a interesses que não têm nada a ver com aquilo que se está a discutir aqui.

Os senhores têm todo o direito de tomar as posições que entendem que devem tomar e têm todo o direito de as defender. Agora não aceito é que para defenderem essas posições subvertam a verdade. Isso para mim é inaceitável.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para intervir neste debate, mas fui suscitado pela intervenção do Sr. Deputado Artur Lima. Também pelo respeito e consideração pessoal que eu tenho por si, sobretudo por esta casa e mais do que isso, pela verdade, vou ter que esclarecer.

O Sr. Deputado Artur Lima quis induzir uma eventual contradição da minha parte relativamente a este diploma que está aqui a ser discutido, no que diz respeito ao

planeamento familiar, de que a início o PSD estava contra isto (falou em oposição), depois que se tinha absterido e finalmente votou a favor.

Sr. Deputado Artur Lima, é muito importante que todos nós apresentemos as nossas propostas, as nossas posições e para além disso é muito importante que não tenhamos ciúme do que cada um apresenta.

O PSD absteve-se na votação de uma proposta que o Sr. Deputado apresentou e que ia no sentido de criar condições para que as grávidas residentes no Continente mudassem a residência para os Açores. Foi relativamente a isso que o PSD manifestou a sua disconcordância.

O PSD não estava de acordo com o facto das grávidas residentes noutras zonas do território nacional, com dificuldades económicas, viessem para os Açores para alterarem a sua situação pessoal e familiar.

Quando o Sr. Deputado retirou essa proposta, essa alínea, aí sim, o PSD, de convicção plena e absoluta votou a favor. Por isso, quem mudou foi o Sr. Deputado que retirou uma proposta que era sua. Da nossa parte mantivemos o rumo, a postura, sempre e sempre isenta. Não lhe admito, Sr. Deputado, que ponha em causa, com a melhor das boas vontades e com alguma falta de cuidado a seriedade de cada um de nós.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso, para que fique a verdade aqui claramente dita e registada, o PSD esteve sempre no mesmo caminho. Lamentavelmente um debate com esta importância, um debate que tem a ver com a vida dos açorianos, que tem a ver sobretudo com o facto de estarmos nos piores níveis relativamente à gravidez na adolescência, com o facto de termos um secretário regional que diz num dia, numa comissão, que estamos a descer relativamente à gravidez na adolescência, hoje temos um PS a dizer que não estamos a descer (os órgãos de governo próprio dos Açores não se entendem relativamente à gravidez na adolescência!), apesar disso tudo, o PS diz que não quer estudar, que não quer saber.

O PS, sobre a gravidez na adolescência, não sabe, nem quer saber, não quer estudar e, sobretudo, o PS sabendo que não tem argumentos, utiliza o argumento de que não cabe à Assembleia, quando foi esse PS que aprovou exactamente propostas para

estudar, propostas para que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores produzisse estudos, avaliasse, através da Comissão de Assuntos Sociais, questões como a toxicodependência, a Leptospirose. Isto é, o PS acha que a Assembleia tem condições para estudar a Leptospirose; o PS acha que a Assembleia tem condições para estudar a toxicodependência; o PS acha que a Assembleia não tem condições para estudar a gravidez na adolescência. Esta é que é a verdade.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: E é preciso que os açorianos saibam que este Partido Socialista, esta maioria, depois de ter estado cinco meses a estudar um diploma em Comissão, apressou-se a votar contra. Em sede de comissão o Partido Socialista votou contra esta proposta de que a Assembleia estudasse os problemas da gravidez na adolescência.

Durante todo este período o Partido Socialista nunca se lembrou em apresentar uma alternativa, em apresentar a possibilidade do Governo estudar.

No último dia, no dia do debate, à pressa, o Partido Socialista apresenta uma solução, que o Governo estude aquilo que não quer que a Assembleia estude.

O mais ridículo de tudo isto, a prova de que não há argumentos que justifiquem a vontade cega de chumbar aquilo que vem do PSD, é alguém dizer que um dos argumentos é a despesa (se for o Governo a fazer o estudo, é que paga, não é Assembleia).

Quando o primeiro órgão da Autonomia utiliza como argumento o facto de não estudar aquilo que é importante para a vida dos açorianos, para que a despesa não seja da Assembleia, mas do Governo, está tudo dito. Demonstra exactamente a falta de argumentos que o Partido Socialista tem para fundamentar essa vontade cega e sem qualquer fundamento de chumbar esta proposta, apenas e só, porque é do PSD.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi hoje aqui relativamente ao planeamento familiar, foi ontem relativamente a uma proposta referente aos arquivos da emigração e foi relativamente a uma proposta sobre os apoios ao desporto. Isto é, o PSD, que é oposição, tem preocupações com a vida dos açorianos. Esta semana apresentámos várias propostas que dizem respeito à vida dos açorianos. O Partido Socialista esquece que está aqui

também a oportunidade dos açorianos e chumba tudo isto, apenas e só, porque é do PSD.

Não é um bom papel. Isto não dignifica a democracia, não dignifica a Assembleia, não dignifica a Autonomia e o PSD não se revê nessa proposta e por muito que seja a vossa vontade de não apresentarmos propostas, o PSD irá fazer a crítica, a denúncia e a oposição daquilo que não concorda e irá apresentar propostas construtivas para melhorar a vida dos açorianos em cada uma das nossas 9 ilhas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não contava participar, ao contrário do que sugeriu o Sr. Presidente da Assembleia, neste debate, mas as duas intervenções que me precederam a isto me conduzem.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Costa Pereira, eu tenho apreço por V. Exa. e pelas intervenções que nesta casa profere. Acontece, porém, que o seu esclarecimento não esclareceu. Devo dizer que ainda me confundiu mais, porque eu tenho o Diário das Sessões dessa altura, tenho essa intervenção e aquilo que a minha memória consegue recordar é que o senhor apresentou nesta casa um caso pontual, com uma visão profundamente conservadora daquilo que é ou que deveria ser a educação sexual nas escolas, que nada coincide e é de todo divergente com aquele caminho que o PSD trilhou nesta matéria que agora veio aqui apresentar.

Portanto, o senhor não queira reescrever a história, até porque ela está escrita e é bem visível. Aquilo que o senhor dizia na altura era, e cito:

“Porquê e para quê criar mais uma disciplina curricular se o espírito que parece nortear o legislador é o da transversalidade e da interdisciplinaridade? Vale a pena criar uma disciplina quando a maior parte dos conteúdos que nela se concentram já são abordados em contextos próprios e integradores, em várias disciplinas curriculares que existem e em vários momentos do processo educativo?”

Ou seja, o que o senhor dizia em termos gerais era que a disciplina de Biologia servia bem para ensinar educação sexual. Era isso que o senhor explicava claramente na sua intervenção e em nada coincide com a perspectiva mais liberal que o PSD hoje defende.

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado está satisfeitíssimo com esta proposta. Todos nós já percebemos!

A Oradora: Já percebemos que o senhor obviamente questiona a pertinência e provavelmente, se pudesse, se não fosse a disciplina parlamentar, votaria contra o Projecto de Resolução do seu partido, mas como não pode fazê-lo vai ter que aprovar, vai ter que votar favoravelmente.

Sr. Deputado Clélio Meneses, deixe-me dizer-lhe que a Comissão de Assuntos Sociais trabalha, como tem trabalhado, em muitas matérias, sem nenhum temor, sem nenhum prurido com os prazos e com o tempo que tem a Comissão para análise de qualquer diploma que nela entre. Que fique uma coisa muito clara, como já tive oportunidade de explicar (eu não sei se o seu problema é auditivo): na verdade, este estudo que aqui se propõe não coincide em nada, nos seus propósitos, com aqueles que foram feitos na outra legislatura e eu já expliquei, porque estamos numa fase completamente diferente em que nós conhecemos os contornos e o contexto dessa situação. Aquilo que a Comissão deveria recolher até já possui. Portanto, como disse há pouco, não vamos continuar aqui na feira das inutilidades e fingir que trabalhamos. Nós não embarcamos.

Presidente: Já terminou o seu tempo, Sra. Deputada.

A Oradora: Já termino, Sr. Presidente.

Finalmente, para lhe dizer também que de cegueira e de falta de capacidade de entender a realidade dos açorianos os senhores são um bom exemplo, como se vê.

O PS, por seu lado, não teria nenhum problema em aprovar um diploma do Partido Social Democrata. Venham esses projectos! Mas venham com qualidade, oportunidade e utilidade, coisa que até agora e neste plenário em particular não conseguimos ver.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões:

Uma que eu acho muito importante é a reposição da verdade em relação ao que o Sr. Deputado Clélio Meneses referiu ao desfocalizar o meu argumento. Não é correcto focalizar e trazer como essencial algo que nós dizemos como marginal e pôr a questão da despesa como argumento em relação à posição face ao Projecto de Resolução do PSD. Eu quero repor esta questão.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em relação ao estudo, quer mais que o PSD, porque quer um estudo técnico e científico e o estudo técnico e científico deve ser feito por quem tem as capacidades para o fazer. É somente isto e nada mais. Portanto, é uma questão de patamar, de evolução e de exigência.

Gostaria, para que depois o Sr. Deputado Costa Pereira não se surpreenda, de referir que os projectos de educação afectivo-sexual são projectos em que as vertentes são multidimensionais, tem que focar a vertente biológica, psicológica, sociológica e ética. São transversais, multidisciplinares, tendo áreas curriculares e não curriculares. Portanto, vão abordar todos aqueles temas, inclusive aqueles que o Sr. Deputado Costa Pereira entendeu que não deviam ser focados. É preciso que isto fique muito claro, mas também há uma coisa muito importante, é que para cada idade, para cada ciclo, já estão perfeitamente definidos os temas, e eu gostaria de salientar isso.

Em 7/9/2007, o Grupo de Trabalho de Educação Sexual coordenado pelo Professor Daniel Sampaio entregou no Ministério da Educação o seu relatório e também o trabalho efectuado pela Subcomissão para avaliação de manuais de educação sexual. Foi um trabalho muito importante, porque dos 43 manuais e livros analisados, 85% deles eram bons em relação ao objectivo que pretendiam. Portanto, os manuais, o material pedagógico que está disponível para as escolas poderem elaborar os seus projectos de educação afectivo-sexuais, são válidos, foram aferidos. As escolas têm que abordar esses temas, as mudanças do corpo, as relações interpessoais, etc., etc.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há bocadinho tinha voltado a inscrever-me para falar da questão de quem é que deve fazer o estudo. Acho que agora é inoportuno. Amanhã, quando se debater a proposta do PS terei com certeza oportunidade de intervir.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para agradecer à Sra. Deputada Cláudia Cardoso a citação que fez da minha intervenção.

Hoje, faria e diria exactamente a mesma coisa. Ela reflecte aquilo que eu penso, aquilo que eu entendo que é a verdadeira posição sobre esta matéria. Ela está, completa e plenamente, enquadrada no espírito da legislação que está em vigor...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não está não senhor!

O Orador: Está sim senhora. A senhora quer interpretar a legislação que está em vigor à sua maneira. Repare só no título da legislação que está em vigor.

A senhora quis criar aí um pequeno *fait divers* que não tem para mim nenhuma importância neste contexto e lamento que para adornar mais isto tenha recorrido a um chaval e a um lugar comum perfeitamente dispensável, que é dividir as pessoas em conservadores e liberais, como se isso quisesse dizer, nos dias que correm, alguma coisa a um Partido Socialista que faz o que faz no Governo da República e aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Resolução apresentado pelo PSD, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 1 voto contra do CDS/PP e registou 19 votos a favor do PSD.

Presidente: Passamos para o **pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução que “resolve encarregar a Comissão Especializada de Economia para, no acompanhamento da actividade política e administrativa, se ocupar especificamente da verificação das condições em que a empresa TAP/Portugal presta o serviço público de transporte aéreo de e para os Açores.”**

Este projecto é apresentado pelo CDS/PP e tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para se pronunciar exclusivamente sobre a urgência.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência justifica-se pela própria natureza da matéria e para que o estudo seja feito em tempo útil, já que temos o novo contrato de serviço entre a Região e a República. Portanto, era importante e útil discutirmos e analisarmos este Projecto de Resolução.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para dar a indicação de voto do Partido Socialista.

Pelas razões invocadas pelo Deputado do CDS/PP, quer no requerimento que fez, quer agora, o PS irá votar favoravelmente o pedido de urgência e a dispensa em Comissão do Projecto de Resolução apresentado nesta casa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD também votará favoravelmente o pedido de urgência apresentado pelo CDS/PP.

Presidente: Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a urgência e com a dispensa de exame em Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora ao **Projecto de Resolução** que “**resolve encarregar a Comissão Especializada de Economia para, no acompanhamento da actividade política e administrativa, se ocupar especificamente da verificação das condições em que a empresa TAP/Portugal presta o serviço público de transporte aéreo de e para os Açores.**”

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular traz este Projecto de Resolução à Assembleia no sentido desta casa, através da sua Comissão de Economia, esclarecer variadíssimos assuntos que se passam com a TAP Portugal e no serviço que presta aos Açores.

A TAP Portugal, recentemente, fez uma coisa que achamos inaceitável, segundo as regras nacionais e europeias. Num voo Lisboa/Pico teve que parar na Terceira (devido a más condições atmosféricas no Pico) e a TAP, pura e simplesmente, deixou os passageiros à sua sorte, à sua mercê, não lhes dando aquilo que o regulamento comunitário obriga.

É um procedimento totalmente diferente do que tem tido, por exemplo, a SATA, até agora.

A Sra. Delegada da TAP até se deu ao luxo de fazer leis e interpretar leis. Depois da queixa de alguns passageiros, a administração da TAP veio reconhecer que os passageiros tinham razão e a Sra. Delegada vai então reconsiderar se era de indemnizar ou não os passageiros. Houve pessoas que ficaram 2 dias na Terceira a pagar o alojamento e comida do seu bolso.

São vários os voos, sobretudo o voo da noite para a Terceira que sai de Lisboa com duas e três horas de atraso.

Não poucas vezes, o voo nocturno Lisboa/Terceira não é servida refeição a bordo porque vem com a tripulação mínima de segurança. A mim pessoalmente já me aconteceu 3 vezes. Outros deputados desta casa uma vez.

Portanto, insiste em fazer aquilo que bem entende. Aplica uma taxa de carga sobre o quilo de 60 cêntimos enquanto a SATA aplica 16. Isto é claramente um abuso e querer prejudicar as ilhas que são servidas maioritariamente pela TAP, nos bens que obviamente vêm por avião.

Há estes e outros assuntos que temos que estudar.

A assistência aos passageiros em terra, nomeadamente no aeroporto das Lajes é muito deficiente e deficitária. Ultimamente, o escritório da TAP está fechado no aeroporto das Lajes, são atrasos contínuos, não há justificação nenhuma aos passageiros, são cancelamentos quando lhes apetece, é a recusa inaceitável e incompreensível de fazer *code-share* no voo que a SATA fez Terceira/Porto, em que a TAP se recusou pura e simplesmente a aplicar as tarifas de residente e de estudante prejudicando centenas de estudantes que estão no Porto, Coimbra, em Vila Real, Braga, nomeadamente os da Terceira e obviamente os passageiros que iam.

Portanto, são muitas recusas.

É preciso lembrar que a TAP tem um contrato de serviço público com a Região, tem obrigações e não se pode dar a estes luxos de não servir a Região como deve ser e de não servir a Região como tem servido até aqui. Portanto, é uma matéria que nos causa muita preocupação. É uma matéria que tem causado muita preocupação, nomeadamente aos terceirenses, que é o destino mais serviço pela TAP, e aos picoenses que também não têm grande serviço nessa matéria.

Nessa perspectiva haverá naturalmente outros assuntos que a Comissão se encarregará de estudar. Há outras matérias que temos que aprofundar e é preciso saber que serviço a TAP quer prestar aos açorianos e se quer prestar esse serviço aos açorianos em boas condições, como aliás é sua obrigação, porque é paga para isso e é para isso que recebe as indemnizações compensatórias.

Portanto, não pode nunca tratar os Açores e os açorianos como um destino de terceira. Não podemos, nunca, suportar daqui para o futuro que os aviões do centro da Europa cheguem a Lisboa sempre com atraso e depois saem com três horas de atraso para a Terceira. Mais grave do que isso saem obviamente com três horas de atraso da Terceira chegando a Lisboa às 3 e 4 da manhã, que é uma hora que nem dá para dormir, nem dá para sair.

Com estas e outras situações que havemos de estudar, achamos muito útil e oportuno que este Projecto de Resolução seja aprovado para esclarecermos uma série de situações de uma vez por todas e fiquem esclarecidas as condições em que a TAP presta o serviço que, no nosso entender, neste momento é mau.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD aprecia esta iniciativa do CDS/PP que resolve encarregar a Comissão Especializada de Economia de fazer o devido acompanhamento e a fiscalização do modo como é implementado o modelo e as regras de serviço público de transporte aéreo de e para os Açores.

Essa estima e essa apreciação positiva poderia ser um pouco mais abrangente. Evidentemente que todas as questões que foram colocadas e levantadas pelo Sr. Deputado Artur Lima são questões que têm que ser esclarecidas, verificadas e devidamente fiscalizadas, mas recordo nesta casa que o problema não se coloca apenas do ponto de vista dos operadores. Coloca-se fundamentalmente do ponto de vista das regras de serviço público às quais os operadores são obrigados quando para cá querem voar ou operar.

Nesse sentido e entendendo que o modelo e as regras, na opinião do PSD, não são os mais adequados, não servem os Açores e os açorianos com toda a serenidade e sentido de responsabilidade eu (tinha na mente a palavra desafio, mas retiro-a) pergunto aos grupos parlamentares aqui presentes, ao proponente e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, se estariam disponíveis para aprovar uma Proposta de Resolução que, para além dos assuntos mencionados na Proposta de Resolução apresentada pelo CDS/PP, tornasse o seu âmbito mais vasto e em um ou dois meses a mais, no espaço de seis meses, pudesse estudar as regras, o modelo e o modo como as operadoras cumprem ou não as regras desse modelo?

Fica este pedido que, repito, tinha na minha mente que seria um desafio, mas julgo que nesta casa importa salvaguardar o interesse e a mobilidade de todos os açorianos e não apenas dos açorianos que utilizam, e pelas palavras do Deputado Artur Lima, um mau serviço de uma das operadoras, no caso a TAP.

Existem também problemas relativamente à outra operadora, a SATA Internacional, problemas esses de outro índole, mas esquecendo um pouco nesta fase de debate, pese embora devêssemos e pudéssemos aprofundar o cumprimento das regras que um e outro operador executam, pudéssemos ir mais além e de um modo um pouco mais abrangente, diria mesmo, bastante mais abrangente, pudermos dar um contributo aos Açores na Comissão de Economia, que já suficientes vezes provas deu de poder fazer esse tipo de trabalho, e ir um pouco mais além tentando encontrar, do ponto de vista construtivo, outros modelos, novos modelos, melhores ajustamentos, regras mais claras que impossibilitassem que situações que como aquelas que foram aqui relatadas pudessem acontecer.

Mas indo mais além, pode-se também comparar aquilo que são as regras de serviço público aplicadas aos Açores, com as regras de serviço público aplicadas a outras regiões da mesma dimensão.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS/PP propôs um Projecto de Resolução para que a Comissão de Economia nas funções de acompanhamento da actividade política e administrativa se ocupar da verificação das condições em que a TAP AIR Portugal presta o serviço público no transporte aéreo de e para os Açores.

Em nosso entender, há matérias pertinentes que a Comissão de Economia deverá analisar em Comissão, ouvindo entidades regionais, nacionais e privadas sob as relações da TAP AIR Portugal em algumas rotas, em especial nas rotas da Ilha Terceira, e matérias como a interpretação do Regulamento CE 261/2004, do Parlamento Europeu que vemos e temos visto que ao longo dos tempos, quer a TAP, quer a SATA têm uma leitura diferente daquele regulamento e alguns açorianos têm sido penalizados por isso, em especial das ilhas servidas pela TAP, como as Ilhas do Grupo Ocidental e do Grupo Central.

Relativamente ao cumprimento das obrigações de serviço público, por mais que uma vez, quer o Sr. Deputado Artur Lima, quer outras bancadas, já trouxeram algumas

referências ao incumprimento em parte das obrigações ou não. Portanto há que verificar se há esse incumprimento por parte daquela transportadora aérea, e a Comissão de Economia deverá fazer essa análise.

Critérios ainda quanto à aplicação da taxa de combustível aplicável à carga que é 4 vezes superior à que a SATA apresenta em outras rotas ou na mesma rota para a Terceira, deverão ser explicitados em Comissão com essas entidades para compreendermos melhor o transporte aéreo que está aqui em causa.

O Partido Socialista vai votar favoravelmente o Projecto de Resolução do CDS/PP nos termos em que foi apresentado nesta casa.

Relativamente ao repto apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, da bancada do PSD, o pedido de urgência foi aprovado há pouco e sobre esta matéria o senhor não se pronunciou e achou que devia ser discutido esse Projecto de Resolução. O que está a ser discutido agora é este Projecto de Resolução apresentado pelo PP.

Portanto, relativamente ao repto lançado ele não tem qualquer sentido. Se o tivesse o senhor não tinha aprovado o pedido de urgência, levava a análise à Comissão e faria lá as propostas que só poderiam ser alteradas por consentimento do proponente e não por maioria. Não podemos desvirtuar a apresentação de um Projecto de Resolução.

Portanto, o que estamos aqui a discutir neste momento é o Projecto de Resolução apresentado pelo PSD e relativamente às matérias elencadas pelo Sr. Deputado Jorge Macedo, sabemos que há divergências muito grandes entre as várias bancadas parlamentares.

O modelo até agora apresentado pela parte do PSD, não está de acordo com o respectivo modelo. Já apresentou vários modelos, desde os modelos SCUTs a outros modelos.

Portanto, da nossa parte sabemos o caminho que percorremos e relativamente ao futuro, ainda ontem, ou ainda hoje, o Sr. Secretário Regional disse que já apresentou no Ministério o futuro projecto para o modelo de transporte aéreo para os próximos anos ou para o futuro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queria deixar de responder ao desafio do Deputado Jorge Macedo.

A urgência é justificada porque teremos lá para Fevereiro, em fase de conclusão, o novo contrato de serviço público entre a Região e o Continente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É um Janeiro!

O Orador: Ou em Janeiro. Mais me ajuda! O último foi assinado a 27 de Março.

Há toda a urgência em esclarecer este assunto o mais rapidamente possível, justamente porque, por aquilo que eu sei, quem mais tem falhado (eu não estou a dizer que não há queixas sobre a SATA) é a TAP.

Eu conheço essas queixas em pormenor, tenho-as documentadas. As outras não sei se existem. Poderá existir uma ou outra, mas as que eu tenho e as que nós temos são sobre a TAP e isso interessa esclarecer o mais rapidamente possível.

De resto, para dizer-lhe que também aqui em debates anteriores, o CDS/PP, construtivamente, apresentou propostas que nos agrada que o Governo tenha achado por boas e as tenha, inclusivamente, acatado para sugerir no próximo contrato de serviço público aéreo entre o Continente e a Região, nomeadamente nas tarifas referenciadas que existem por exemplo na Madeira e não existiam nos Açores.

Demos o nosso contributo nesta matéria. Temo-lo dado ao longo dos debates que temos promovido aqui sobre transportes e julgo que agora a questão pertinente e objectiva, sem prejuízo de outras coisas, mas neste momento, é estudar a qualidade do serviço público que a TAP presta aos Açores e aos açorianos.

Julgo que este deve ser o nosso objectivo. É este o objectivo deste Projecto de Resolução e é isto que neste momento, no meu entender, deve ser aprovado e deve ser estudado no âmbito desta Resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste pequeno debate ficou claro que o PSD é o único que questiona o modelo de serviço público de transporte aéreo de e para os Açores.

Neste debate ficou claro que o Partido Socialista se preocupa e quer estudar apenas pormenores e minudências, administrativas e burocráticas, com a agravante de que

neste momento a proposta que o CDS acabou de apresentar já não tem qualquer validade para o serviço público de 2008.

Quando eu apresentei e quando o Grupo Parlamentar do PSD apresentou o relatório de interesse regional sobre a mesma matéria no início de Outubro...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não era a mesma!

O Orador: ... o Partido Socialista argumentou que já vinha tarde e às más horas. Isto foi em 2005. Entretanto já passou 2006, está a passar 2007 e vamos entrar em 2008.

A conclusão deste debate é que os senhores estão preocupados apenas com a “árvore”. Não olham a “floresta”.

O PSD, por outro lado, questiona o modelo. Está sozinho e isolado a questionar o modelo, modelo esse que implica tarifas absurdas para residentes e não residentes, prejudica fortemente a mobilidade dos açorianos e penaliza de uma maneira insustentável o turismo nos Açores.

Quando se avalia apenas uma parte importante, como referia há pouco, de incumprimentos de uma operadora que devia ser fiscalizada, que devia ser melhor fiscalizada, é importante, mas muito mais importante que isso é que as regras de serviço público pudessem ser claras, objectivas e que respondessem às necessidades dos açorianos em termos de custo de passagens, em termos de aplicação de tarifários PAX e promocional para os residentes, situação essa que todos nós sabemos que acontece na Região Autónoma da Madeira há mais de dois anos e que relativamente aos Açores vamos dar agora timidamente uns pequeninos passos que ainda ninguém percebeu bem quais são porque são tímidos demais.

Concluindo, diria que orgulhosamente sós, o PSD gostaria de estudar e de questionar o modelo, gostaria que a própria Comissão de Economia pudesse avaliar, porque tem competência para isso, porque já o demonstrou, o modelo e a questão que preside e que está na génese de todos os incumprimentos e do serviço que é prestado ou não, mas que penaliza os açorianos e não serve os Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que esta é uma iniciativa de um partido e que não teria que me pronunciar, porque concordo com esta iniciativa e acho bom que a Comissão de Economia se debruce sobre a actuação de uma companhia aérea (pode ser a SATA ou a TAP, não há qualquer problema nisso).

Como todos sabem, existem obrigações de serviço público. Essas obrigações de serviço público são da responsabilidade do Governo da República, embora o Governo Regional tenha tido sempre uma forte posição na definição destas obrigações de serviço público.

Também devo dizer que estas obrigações de serviço público, na sua génese, na sua globalidade foram aprovadas nesta casa por unanimidade.

As regras principais, orientadoras destas obrigações de serviço público foram aprovadas nesta casa.

Quanto às afirmações que o Sr. Deputado produziu há pouco, são incríveis!

O turismo em 2005 e em 2006 cresceu 20%. Como é que o modelo impediu o desenvolvimento do turismo na nossa Região, Sr. Deputado? Isso era no passado. Agora não. Agora cresce todos os anos.

Em relação ao tarifário que se pratica na Região (este não é o tema da discussão) eu já disse e repeti várias vezes, nós não somos a Madeira, Sr. Deputado. Somos 9 ilhas. Temos dificuldades diferentes. É muito fácil criar injustiça na Região.

Repare agora no problema da TAP. A TAP para a Terceira, para o Pico e para o Faial aplica uma taxa de combustíveis pela carga que a SATA não aplica. No fundo, cria uma divisão entre os açorianos.

No passado não havia essa taxa. Com o aumento brutal dos combustíveis (neste momento já está a 93 dólares ao barril), a TAP, a nível nacional, aplica para todas as rotas essa taxa de 60 cêntimos. A SATA foi muito mais comedida e aplicou 17 cêntimos. Não estava prevista nenhuma taxa. Há que regular e nós propusemos uma taxa fixa para os combustíveis para que não haja diferenciação entre açorianos.

Qualquer tentativa de promoção ou de tarifas de promoção na Região Autónoma dos Açores, se o Sr. Deputado não for suficientemente cauteloso no modelo, vai criar diferenças graves entre açorianos. Uns vão ter tarifas promocionais, outros vão ter menos tarifas promocionais, outros vão ter outros valores, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, eu não preciso da sua explicação, porque já está em prática a situação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Sr. tem muito que aprender!

O Orador: Sr. Deputado, pelo amor de Deus. Aprender consigo alguma coisa sobre transporte aéreo é que não vou aprender certamente. O senhor nisso tem muito que aprender para falar comigo sobre este assunto.

Eu acho coerente que esta Assembleia possa interrogar qualquer companhia aérea. De facto, existe um instituto regulador, que é o INAC, que tem que fiscalizar as obrigações de serviço público. Existem interpretações diferentes nas companhias aéreas acerca da indemnização dos clientes. É preciso perceber que a TAP também está certamente estribada em alguns pareceres jurídicos, porque é assim que ela utiliza a nível nacional.

Nós, SATA, percebendo as dificuldades que os açorianos têm tivemos uma interpretação diferente. Achamos que a nossa interpretação é coerente e já questionámos o INAC sobre este assunto, mas é bom que se dê visibilidade e notoriedade a estas diferenças de tratamento entre açorianos para que a companhia aérea de bandeira nacional compreenda que aqui nos Açores deve ter um tratamento especial para os açorianos.

Presidente: Como já perceberam a minha interpretação é suficientemente abrangente para deixarmos a Resolução propriamente dita e para já irmos por aí fora. Portanto, recomendava que nos debruçássemos sobre a recomendação propriamente dita e não discutíssemos os transportes aéreos em geral, isto sem prejuízo da liberdade da intervenção de cada um, que é a minha grande preocupação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Macedo:

Eu julgo que na minha primeira intervenção fui claro ao dizer que estávamos aqui a discutir a proposta do CDS/PP e não estávamos a discutir o modelo de transportes aéreos dos Açores.

Portanto, sobre essa matéria julgo que desviar o debate para questões que não estão no momento a ser tratadas, não é o mais correcto.

Temos tido vários debates sobre essa matéria. Continuaremos a ter e sabemos que o vosso modelo não é o nosso, a vossa demagogia não é a nossa. Nós temos o sentido prático da realidade açoriana e esse sentido prático da realidade açoriana tem sido transmitido ao longo dos 11 ou 12 anos que o Partido Socialista está no Governo e, relativamente ao transporte aéreo, à política aérea, dá “calças” ao PSD em relação à política aérea dos Açores.

Em relação ao PSD o que eu tenho a dizer é que girou de Santa Maria para as Lajes e verificou, relativamente ao Partido Socialista, os números apresentados em termos de passageiros dos Açores para o Continente, prestados pela SATA e pela TAP, as alterações que se deram nos Açores em termos da mobilidade dos açorianos e dos que nos querem visitar. Portanto, face a isso, nós temos um exemplo e uma história que nos dignifica relativamente ao transporte aéreo.

Sabemos que as passagens são caras. Não temos dúvidas. Todavia, temos uma história em que há 6 ou 7 anos atrás descemos em 30% as passagens e durante esses anos, o percurso que houve relativamente aos combustíveis.

Eu não queria entrar neste debate, não queria ir ao seu encontro para o debate do transporte aéreo, não é esta matéria que está em causa e, portanto, por aqui me fico e digo que o Partido Socialista orgulha-se do que tem feito nos Açores pelo transporte aéreo, continuará a pugnar pelo melhor serviço do transporte aéreo para os açorianos e para todos os que nos visitam no presente e no próximo futuro.

Presidente: Não havendo mais inscrições passamos para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de Resolução apresentado pelo CDS/PP, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração de voto porque a hora vai avançada.

O PSD ao aprovar e votar favoravelmente o Projecto de Resolução do CDS/PP entende que é um primeiro passo para que a Comissão de Economia possa ir mais

longe, porque estamos cientes de que o estudo que a Comissão de Economia vai produzir e o respectivo relatório levarão a uma conclusão. A conclusão será de que os incumprimentos que foram aqui referidos por uma operadora devem-se fundamentalmente à má definição das regras de serviço público que induzem a interpretações erradas e dúbias de uma operadora para a outra.

O Grupo Parlamentar do PSD espera que esse seja o primeiro de muitos passos que a Comissão de Economia possa dar no sentido de mudar o actual estado de coisas no serviço público de transporte aéreo de e para os Açores.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu registo com surpresa o espanto do Sr. Presidente, mas deve ser da hora.

Sr. Deputado Jorge Macedo, permita-me que lhe diga que isso é o que se chama uma esperteza saloia.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É quase!

O Orador: Aproveitar uma proposta do PSD sobre uma determinada matéria para divergir e fazer uma declaração de voto sobre outra completamente diferente.

Nós aprovamos a proposta de resolução do PSD porque julgamos que ela é oportuna e assiste-nos ao direito de questionar a TAP sobre essas matérias e sobre uma série de incumprimentos que tem afectado muitos utentes da TAP, incluindo os meus conterrâneos.

Para além disso, permitam-me que diga que relativamente ao actual modelo e porque isso foi focado, sabemos que não é um modelo perfeito e que não tem só virtudes, mas são mais as virtudes que os defeitos. É um modelo que não está esgotado, é o nosso modelo que iremos aperfeiçoando e melhorando. É esse o sentido que o Sr. Secretário da Economia tem apresentado e vai continuar a seguir. Por isso vamos levar a fim esse trabalho proposto pelo PP e aguardamos por propostas do PSD que façam sentido para também nos podermos pronunciar, porque a de hoje não fez qualquer sentido.

Presidente: Srs. Deputados, o meu espanto foi só porque não se tratavam de transportes marítimos, mas sim aéreos.

Srs. Deputados, terminam por aqui os nossos trabalhos. Recomeçamos amanhã às 10 horas.

Eram 20.00 horas.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Abílio Lopes Pereira

Jorge Alberto da Costa Pereira

Deputado Independente (Indep.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Avelar Cunha Santos

(*) *Texto não revisto pelo orador*

Documentos entrados

1- Resposta a Requerimentos:

Assunto: Aumento do preço do leite aos produtores da ilha do Faial

Autores: Alberto Pereira e Jorge Costa Pereira (PSD)
Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência
Data de Entrada: 07.10.22
Referência: 54.03.08 – N.º 279/VIII;

Assunto: Ligação Aérea Terceira-Porto
Autores: Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura (PSD)
Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência
Data de Entrada: 07.10.24
Referência: 54.03.03 – N.º 293/VIII;

Assunto: Mau funcionamento da Comissão para a dissuasão da toxicodependência de Ponta Delgada
Autores: Clélio Meneses e Maria José Duarte (PSD)
Proveniência: Gabinete do Secretário Regional da Presidência
Data de Entrada: 07.10.25
Referência: 54.03.02 – N.º 291/VIII.

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO N.º 279/VIII – AUMENTO DO
PREÇO DO LEITE AOS PRODUTORES DA ILHA DO FAIAL**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento n.º 279/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados Alberto Pereira, Jorge Costa Pereira, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

Ponto Prévio:

O Governo Regional dos Açores entende e reconhece a grande importância do sector leiteiro na economia da Ilha do Faial, razão pela qual dispensou e dispensa um

significativo esforço de apoio e incentivo aos agentes locais do sector, nomeadamente aos produtores e suas organizações representativas (associações e cooperativas), que dinamizaram processos de modernização e ganharam maior eficácia e eficiência.

Esclarece, por outro lado, que o preço do leite na Ilha do Faial, como em qualquer outra ilha, não é fixado por via administrativa, como certamente saberão os Senhores Deputados requerentes, antes resulta dos mercados e do posicionamento que os operadores encontram para os seus produtos.

Quanto às questões colocadas:

- a) O Governo Regional desenvolve uma política de permanente diálogo com os agentes do sector agrícola, tendo mantido com os representantes dos produtores (quer das associações, quer da cooperativa de Lacticínios) várias reuniões, nomeadamente para análise da evolução dos mercados do leite e dos lacticínios e respectivas dinâmicas determinantes de oportunos ajustamentos.
- b) O Governo Regional acompanha a evolução dos mercados e, com os agentes locais do sector, tem feito a análise e reflexão necessárias, sabendo que a dimensão dos operadores enforma as suas dinâmicas de mercado. Da reflexão conjunta que é feita, não resultou, até hoje, qualquer necessidade de mediação.
- c) O mercado do leite tem verificado uma evolução positiva mas, simultaneamente, o mercado dos cereais tem registado uma evolução negativa para as produções pecuárias regionais. Esta dinâmica dos mercados, geradora de alguma turbulência e imprevisibilidade, tem, no entanto, permitido manter os níveis de rendimento do sector.
- d) Os reajustamentos do preço do leite aos produtores, já verificados no decorrer de 2007, ajudam a perceber a oportunidade das declarações do Governo sobre tal temática, bem como o funcionamento da economia de mercado, sendo um facto que contraria os pressupostos do questionado.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 293/VIII – LIGAÇÃO AÉREA
TERCEIRA-PORTO**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 293/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

Tal como já foi anunciado publicamente é intenção do Governo Regional dos Açores, propor a inclusão da rota Porto/Terceira/Porto nas obrigações de serviço público a vigorar a partir do próximo ano. Assim, nesse sentido, deu orientações à SATA Internacional para realizar este ano um voo experimental de, 15 de Junho a 31 de Agosto, com vista a obter dados sobre a viabilidade desta operação.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

**ASSUNTO: ENVIO DE REQUERIMENTO Nº 291/VIII – MAU
FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO PARA A DISSUAÇÃO DA
TOXICODÊPENDÊNCIA DE PONTA DELGADA**

Encarrega-me S. Exa., o Secretário Regional da Presidência de enviar a resposta ao Requerimento nº 291/VIII, subscrito pelo Senhores Deputados, Clélio Meneses e Maria José Duarte, do Partido Social-Democrata. O Governo Regional, sem prescindir quanto ao teor dos considerandos, informa o seguinte:

A Lei nº 30/2000, de 29 de Novembro, que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica, criou a Comissão para a Dissuasão da Toxicoddependência (CDT), que tem por

competência o processamento das contra-ordenações e a aplicação das respectivas sanções;

O artigo 27º da referida Lei define que nas Regiões Autónomas a distribuição geográfica e composição das comissões, a competência para a nomeação dos seus membros, a definição dos serviços com intervenção nos processos de contra-ordenações e o destino das coimas são estabelecidos por decreto legislativo regional;

O Decreto Legislativo Regional nº 7/2001/A, de 27 de Abril, adapta à Região a referida Lei nº 30/2000, de 29 de Novembro;

Pela Portaria nº 61/2002, de 4 de Julho, foi definido o estatuto dos membros dessas Comissões;

O número de processos atendidos desde o início de funções das CDTs é o descrito no seguinte quadro:

Aos	S Miguel	Terceira	Faial	Totais por anos	Os indivíduos, cujos processos são remetidos às comissões para a dissua
2001	33	15	9	57	
2002	73	7	13	93	
2003	88	30	18	136	
2004	82	24	4	110	
2005	72	17	7	96	
2006	72	36	14	122	
2007 (até 15/9)	64	47	6	117	
Totais por ilhas	484	176	71		
Total regional				731	

são da toxicodependência, são encaminhados por estas para tratamento nos Centros de Saúde, Hospitais, Comunidades Terapêuticas e para as instituições que prestam apoio psicológico, social ou outro.

Para melhor articular o conjunto de respostas, o Governo continuará a investir na formação contínua dos membros das CDTs e reforçará a ligação das CDTs com as demais instituições de apoio a toxicodependentes, no âmbito das parcerias e da Rede de Apoio à Mobilidade Humana.

Os melhores cumprimentos.

O Chefe de Gabinete, *Hermenegildo Galante*

—

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco